

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

**DEBORA MARIA NOGUEIRA CORBAGE**

**A ESCOLA COMPLEMENTAR EM SÃO PAULO (1892-1933)**

**MARÍLIA**

**2021**

**DEBORA MARIA NOGUEIRA CORBAGE**

**A ESCOLA COMPLEMENTAR EM SÃO PAULO (1892-1933)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Área de Concentração: Filosofia e História da Educação no Brasil.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Clara Bortoleto Nery.

MARÍLIA

2021

C789e

Corbage, Debora Maria Nogueira

A Escola Complementar em São Paulo (1892-1933) / Debora Maria Nogueira Corbage. -- Marília, 2021

118 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Ana Clara Bortoleto Nery

1. Formação de Professores. 2. Educação e Estado. 3. Professores  
Formação. 4. Ensino primário Professores. 5. Escolas públicas. I.

Título.

DEBORA MARIA NOGUEIRA CORBAGE

A ESCOLA COMPLEMENTAR EM SÃO PAULO (1892-1933)

Tese para a obtenção do título de Doutorem Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências,  
da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.

Linha de pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: \_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Clara Bortoleto Nery – UNESP Marília

2º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Raquel Lazzari Leite Barbosa – UNESP Marília

3º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Rosane Michelli de Castro – UNESP Marília

4º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Tony Honorato - UEL

5º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. César Romero Amaral Vieira - UNIMEP

Marília, 31 de março de 2021 .

*Para os meus três pilares:  
minha mãe, Regina,  
meu filho Gabriel  
e Fabricio, meu amor!*

## AGRADECIMENTOS

---

Agradeço primeiramente e com todo o meu coração à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Clara Bortoleto Nery, que acreditou que este momento chegaria e nem por um momento desistiu da minha pesquisa. A você, professora Ana Clara, minha eterna gratidão e admiração por ser essa pessoa e profissional maravilhosa. A você também dedico esta tese.

Aos professores que compuseram a banca: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosane Michelli de Castro, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Lazzari Leite Barbosa, Prof. Dr. Tony Horato e Prof. Dr. César Vieira, pelas valiosas contribuições para o presente trabalho.

Um agradecimento especial à Prof.<sup>a</sup> Ms. Eva Weber, que me recebeu em sua casa em Itpetininga para conversarmos sobre a Escola Complementar. Ao meu colega de grupo de pesquisa, Prof. Dr. Rony Rei do Nascimento Silva, por seu olhar amigo e atento ao meu trabalho. Ao Prof<sup>o</sup>. Ms. Vagner Mathias da Silva, colega de trabalho que teve o carinho e atenção para as leituras dos capítulos e escrita do *abstract*.

Um agradecimento cheio de amor à minha família: mãe, avó Deborah, vô João, Marcela, Rebeca, Lívia e Alice. Fabrício e Gabriel, obrigada por compreenderem minhas horas de ausência.

**Tempo Rei**  
(Gilberto Gil)

Não me iludo  
Tudo permanecerá do jeito que tem sido  
Transcorrendo  
Transformando  
Tempo e espaço navegando todos os sentidos  
Pães de Açúcar  
Corcovados  
Fustigados pela chuva e pelo eterno vento  
Água mole  
Pedra dura  
Tanto bate que não restará nem pensamento  
Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei  
Transformai as velhas formas do viver  
Ensinai-me, ó, pai, o que eu ainda não sei  
Mãe Senhora do Perpétuo socorrei  
Pensamento  
Mesmo o fundamento singular do ser humano  
De um momento  
Para o outro  
Poderá não mais fundar nem gregos nem baianos  
Mães zelosas  
Pais corujas  
Vejam como as águas de repente ficam sujas  
Não se iludam  
Não me iludo  
Tudo agora mesmo pode estar por um segundo  
Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei  
Transformai as velhas formas do viver  
Ensinai-me, ó, pai, o que eu ainda não sei  
Mãe Senhora do Perpétuo socorrei  
Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei

## RESUMO

---

Esta tese de doutorado tem como tema a Escola Complementar no Estado de São Paulo no período entre 1892 e 1933. Essa periodização compreende o tempo em que a referida escola existiu na legislação paulista, abrangendo todas as reformas da Instrução Pública pelas quais ela passou. O objetivo da tese está em compreender o lugar desta escola dentro do aparelho escolar paulista, uma vez que, primeiramente, a Escola Complementar foi concebida para ser um complemento do ensino primário. Após uma alteração na lei, ela se converteu em escola de formação de professores e se manteve nessa configuração até a Reforma Oscar Thompson em 1910, quando as quatro Escolas Complementares existentes foram convertidas em Escolas Normais Primárias e Normais Secundárias. A reforma ocorrida em 1917 restabeleceu a Escola Complementar como preparatória para o Curso Normal, criando, assim, um elo entre o ensino primário e o normal. As fontes utilizadas para este estudo são os *Annuarios do Ensino*, o jornal *O Estado de S.Paulo* e, especialmente, o jornal *Correio Paulistano*; bem como teses e dissertações produzidas sobre as Escolas Complementares. Como referencial teórico para o desenvolvimento da tese, toma-se como base os estudos de Chartier, Capelato e de Lucca para compreender as representações construídas sobre esta escola, sobretudo através dos periódicos. Tomamos como base os estudos de Tanuri e Antunha, representantes da historiografia clássica sobre história da educação, como ponto de partida para preencher a lacuna acerca da Escola Complementar que, para esses autores sempre esteve à sombra da Escola Normal. Observa-se a necessidade de se pensar sobre o sentido desta escola para a formação docente. Considera-se, por fim, a Escola Complementar como uma instituição que ocupa uma lacuna na constituição do sistema público de ensino no Estado de São Paulo. Ela foi, para a formação docente, um elo importante entre os ensinos primário, secundário e normal no Estado de São Paulo durante a Primeira República, ao preencher ausências na organização do sistema educacional paulista.

**Palavras-chave:** Escola Complementar. Escola Normal. Formação de Professores.

## ABSTRACT

---

This doctoral thesis has as its theme the Complementary School in the State of São Paulo, from 1892 to 1933. This periodization comprises the time in which this school existed in São Paulo legislation, covering all the reforms of public education through which it went through. The objective of the thesis is to understand the place of this school within the school system of São Paulo, since, firstly, the Complementary School was conceived to be a complement to primary education; after a change in the law, it has become a teacher training school and has remained in this configuration until the Reform of Oscar Thompson in 1910 when the four existing Complementary Schools are converted into Primary and Secondary Normal Educational Institution. The reform which occurred in 1917 has re-established the Complementary School as preparatory to the Normal Course thus creating a link between primary and normal education. The sources used for this study are the Teaching Yearbooks, the newspapers O Estado de S.Paulo, and especially the newspaper Correio Paulistano; as well as theses and dissertations produced on complementary schools. As a theoretical background for the development of the thesis, we have taken as a basis the studies of Chatier, Capelato and Lucca to understand the representations constructed about this school, especially through journals.

**Keywords:** Complementary School, Normal School, Teacher training

## LISTA DE FIGURAS

---

Figura 1 – Nomeação de professor para a Escola Complementar.....	63
Figura 2 – Nomeação da professora Emília Voss.....	67
Figura 3 – Matrículas na Escola Complementar de Campinas.....	92
Figura 4 – Aluna complementarista.....	94
Figura 5 – Curso preparatório para exames de suficiência nas Escolas Complementares.....	94
Figura 6 – Homenagem política na Escola Complementar de Guaratinguetá.....	95
Figura 7 – Homenagem política na Escola Complementar de Campinas.....	96
Figura 8 – Sud Mennucci.....	97
Figura 9 – Amadeu Mendes.....	101
Figura 10 – João de Toledo.....	103
Figura 11 – Fabiano Lozano.....	105
Figura 12 – Leonel Vaz de Barros (Léo Vaz).....	107

## LISTA DE QUADROS

---

Quadro 1 – Currículo do primeiro ginásio do Estado aprovado em 1895.....	50
Quadro 2 – Currículo do primeiro ginásio do Estado aprovado em 1895.....	51
Quadro 3 – Matrículas na Escola Normal de São Paulo, de 1890 a 1910.....	83
Quadro 4 – Matrículas nas Escolas Complementares, de 1886 a 1910.....	84
Quadro 5 – Estabelecimentos anexos às Escolas Normais do Estado - 1918.....	86
Quadro 6 – Estatística Geral das Escolas Complementares em 1926 .....	89
Quadro 7 – Egressos de destaque das Escolas Complementares.....	108

## SUMÁRIO

---

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 A ESCOLA COMPLEMENTAR EM SÃO PAULO:ENTRE O PROLONGAMENTO DO CURSO PRIMÁRIO E AFORMAÇÃO DE PROFESSORES .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 A Escola Complementar na historiografia clássica .....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 De Escola Primária Complementar a Escola Complementar (1892-1910): disputas e representações no cenário educacional paulista .....</b>	<b>27</b>
2.2.1 <i>Uma instituição almejada: os pedidos de criação .....</i>	29
2.2.2 <i>De custos à precária formação: discussões e críticas em torno da criação das Escolas Complementares .....</i>	33
<b>2.3 Um hiato na trajetória: a Escola Complementar entre sua extinção e seu retorno com novo formato (1911-1918) .....</b>	<b>36</b>
<b>2.4 A Escola Complementar renasce: etapa preliminar na formação de professores.....</b>	<b>46</b>
<b>2.5 Enfim, qual seria o lugar da Escola Complementar na organização do ensino paulista? .....</b>	<b>48</b>
<b>2.6 Um arremedo na formação docente? .....</b>	<b>52</b>
<b>3 OS PROFESSORES DA ESCOLA COMPLEMENTAR E SUAREPRESENTAÇÃO NA CULTURA ESCOLAR E NO JORNALCORREIO PAULISTANO .....</b>	<b>56</b>
<b>3.1 Ingresso e nomeação de professores na Escola Complementar .....</b>	<b>59</b>
<b>3.2 Remoção e designação: circulação de professores nas Complementares .....</b>	<b>64</b>
<b>3.3 Figuras de expressão no campo educacional paulista .....</b>	<b>68</b>
<b>3.4 Professores da Escola Complementar: representações .....</b>	<b>73</b>
<b>4 “A CIDADE ESTÁ EM FESTA”: OS ALUNOS COMPLEMENTARISTASCOMO LEGÍTIMOS PROFESSORES PRIMÁRIOS? .....</b>	<b>81</b>
4.1 <b>“Rápida e volumosa produção de professores“: a formação profissional docente na Escola Complementar, o perfil dos aprendizes e suas representações .....</b>	<b>81</b>
4.2 <b>“Grande melhoramento intelectual” : o legado do professor formado na Escola Complementar .....</b>	<b>90</b>
4.3 <b>As gerações de egressos da Escola Complementar: o magistério e outros destinos ...</b>	<b>96</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>

# 1

## INTRODUÇÃO

---

A presente tese sobre a Escola Complementar durante o período compreendido entre 1892 e 1933, que se inicia com a publicação da Lei n.º 88, de 8 de setembro de 1892, responsável por criar a Escola Primária Complementar, e termina com a publicação do Código de Educação de 1933, quando a Escola Complementar desaparece da estrutura do ensino paulista. No período de 1890 a 1933 houve a constituição do sistema estadual do ensino no Estado de São Paulo do qual a Escola Complementar participou, daí a relevância deste estudo.

Partindo dos estudos do mestrado sobre a Escola Complementar de Guaratinguetá, surgiu a necessidade e o interesse em pesquisar as Escolas Complementares do estado, com o objetivo de compreender e analisar o papel desse tipo escolar na organização do sistema público de ensino, bem como desvelar sua representação social no cenário educacional da época.

Trata-se de uma escola que ao longo de toda a sua existência esteve atrelada à Escola Normal, muitas vezes se confundindo com ela. Em sua primeira fase (1892-1910), serviu de escola de formação de professores através de uma alteração na legislação. Com a chamada Reforma Oscar Thompson, em 1911, a escola foi transformada em Normais Primárias e Normais Secundárias. Em 1917, a Escola Complementar retornou como pré-requisito não obrigatório para o acesso às Escolas Normais.

Anteriormente, no mestrado, o foco principal de estudo foi a Escola Complementar de Guaratinguetá, numa análise sobre a memória da escola produzida e difundida através de suas Revistas Comemorativas. Investigou-se, na dissertação, como a memória produzida sobre a escola e seus alunos sedimentou na cidade através dos complementaristas que se tornaram professores. Foi também investigada a trajetória profissional desses complementaristas que se locomoveram pelo Estado de São Paulo e assumiram cadeiras em todos os níveis e segmentos da Instrução Pública paulista. Ao longo desse estudo, surgiu um questionamento acerca do verdadeiro significado da Escola Complementar para a formação de professores, para a Instrução Pública para a história da educação.

No início da pesquisa do mestrado foi possível perceber que a Escola Complementar de Guaratinguetá foi retratada pelos memorialistas e pelos ex-alunos como Escola Normal – fato que causou surpresa, pois em nenhum momento nessas memórias foi encontrada a escola

em sua denominação inicial: Escola Complementar. Diante disso, percebeu-se que se enraizou na memória coletiva acerca da escola o fato de ela ter se transformado em Escola Normal Primária em 1911. Ou seja, foi necessário enfatizar na dissertação que o propósito inicial da Escola Complementar era fazer parte do ensino primário.

No fim do mestrado, pôde-se constatar que havia poucos estudos sobre a Escola Complementar, e estes, na maioria dos casos, estavam sempre atrelados ao estudo da Escola Normal, que sempre foi referência no que tange à história da formação de professores. Chamou a atenção o fato de que a Escola Complementar, durante todo o seu período de funcionamento, esteve atrelada à formação de professores, de maneira direta ou indireta. Surgiu, a partir daí, a necessidade de investigar a Escola Complementar em toda a sua existência.

A primeira função da Escola Complementar era ser um complemento ao ensino primário, conforme a Lei n.º 88, de 8 de setembro de 1892, porém os legisladores determinaram que ela seria utilizada para formar professores por ser de baixo custo e mais fácil de ser implantada em relação à Escola Normal. Diante disso, a Escola Complementar sempre estava atrelada à Normal, surgindo a necessidade de estudá-la em separado, para verificar qual foi sua eficácia e sua importância no conteúdo das primeiras reformas da Instrução Pública paulista.

Os estudiosos da história da educação tratavam da Escola Complementar de maneira muito superficial e inferior à Escola Normal. Os autores da chamada historiografia clássica utilizados para a presente tese são Leonor Tanuri (1979) e Heládio César Antunha (1976), e ambos concordam em afirmar a função “acessória” da referida escola em relação ao aparelho escolar criado a partir da primeira Reforma da Instrução Pública Paulista em 1892.

Antunha (1976) aponta que o curso complementar era ambíguo, a partir do momento em que se tornou formador de professores. Para ele, não havia sentido a organização da Escola Complementar conforme foi estruturada pelo legislador, pois a Escola era “profundamente insatisfatória, desarticulada e sem unidade” (p. 80). Suas palavras também evidenciam a inexistência do que ele chama de “espinha dorsal” no sistema de ensino da época.

Outra observação Antunha (1976) acerca da Escola Complementar se refere ao fato de os alunos egressos terem as mesmas vantagens profissionais dos alunos diplomados pela Escola Normal. Outra crítica está relacionada à redução da escolaridade primária proposta pela Reforma de 1892, além de alterar profundamente a formação de professores.

O autor aponta que uma das principais razões para que a Escola Complementar se transformasse em escola de formação de professores foi a necessidade de prepará-los rapidamente para atender a demanda do estado, já que somente a Escola Normal da Capital não conseguia sozinha. Outro fator importante foi a carência de recursos econômicos que impediam a criação imediata de Escolas Normais segundo o padrão existente.

De acordo com Antunha, a Escola Complementar era frágil em sua concepção:

O ensino complementar, tal como existiu em São Paulo até o início da década de trinta é hoje uma curiosidade em nosso Estado, extinto que foi completamente pela Reforma Fernando de Azevedo em 1933. As próprias vicissitudes que sofreu durante sua breve história mostra a fragilidade de sua concepção e a precariedade de sua localização na escala ascensional do sistema de ensino da época. (ANTUNHA, 1976, p.82-83)

As reflexões de Antunha acerca da Escola Complementar giram em torno da carência de professores e de recursos econômicos estaduais para a criação de escolas normais e, conseqüentemente, de formação docente.

Outra visão sobre a Escola Complementar que prevaleceu na história da educação vem dos estudos de Tanuri (1979). Ao estudar o ensino normal no Estado de São Paulo, a autora aborda a Escola Complementar como formadora de professores.

Tanuri indica que apesar do projeto republicano de reforma da instrução pública visar um sistema uniforme e homogêneo, isso não ocorreu na prática por questões financeiras – conforme também evidencia Antunha (1976) –, e ressalta o caráter “inferior” da Escola Complementar em detrimento da Normal.

Pode-se discernir a estruturação do ensino em dois tipos instituições formadoras do magistério: uma de padrão elevado, sonho dos primeiros republicanos, onde se centralizaram todas as atenções, mas que restrita a uma única unidade – a Escola Normal da Capital – só conseguiu absorver um limitado contingente de alunos; outra de padrão inferior, solução condizente com as necessidades de preparo de pessoal em quantidade adequada às exigências do ensino primário em expansão, e que foi a principal responsável pela produção de pessoal docente (TANURI, 1979).

A autora afirma que a Escola Complementar foi um tipo “paralelo” de Escola Normal de categoria inferior, um “arremedo” de escola. Observa-se, então, que os dois autores descrevem a Escola Complementar como precária, ao mesmo tempo em que constatam que ela foi a única solução para atender a demanda docente. Outro termo usado por Tanuri(1979)

é o “papel acessório” da Escola Complementar no sistema de formação do magistério. Esse questionamento foi trazido para esta tese.

Existia, de acordo com Tanuri (1979), um dilema: de um lado, a emblemática Escola Normal e seu modelo irradiador, de outro, uma escola primária, sem preparo teórico e pedagógico, sendo utilizada pelo governo para atender a crescente demanda docente do Estado. Nesse sentido, a autora aponta:

Partilhavam entre si a tarefa de preparação de professores para a escola primária, um deles destinado especificamente a isso, embora de conteúdo de reduzida feição profissional e outro de conteúdo exclusivamente cultural [...] Seria, entretanto, sobretudo essa característica e instituição coadjuvante da Escola Normal. (TANURI, 1979, p. 102).

Ambos os autores mostram dois tipos de escolas atuando em funções quase idênticas, com estruturas paralelas dentro de um mesmo sistema escolar. Portanto, cabe a este estudo fazer os seguintes questionamentos: a Escola Complementar cumpriu seu papel como preparação para a atividade profissional docente? Em quais situações? Onde atuaram os egressos dessas escolas?

Diante do panorama exposto, surgiram alguns questionamentos acerca da Escola Complementar e sua trajetória na instrução pública e na sociedade paulista:

- 1) Qual foi o papel da Escola Complementar na constituição do sistema estadual de educação em São Paulo, em especial, o lugar deste tipo escolar na organização do sistema público de ensino?
- 2) Qual imagem foi construída sobre ela e quais os meios de construção e divulgação de sua representação?
- 3) Qual foi a participação dos agentes públicos na proposta inicial e nas várias mudanças pelas quais passou?
- 4) Os complementaristas supriram a demanda de vagas docentes no Estado de São Paulo?

Partindo desses questionamentos, utilizou-se como referencial teórico mais importante o conceito de representação, apropriação e prática proposto por Roger Chartier (1991). Com ele, pode-se observar como os grupos sociais envolvidos construíram e deram um sentido para a Escola Complementar durante o período em que ela existiu.

Tendo em vista a presente tese, o conceito de representação proposto por Chartier possibilita a compreensão da Escola Complementar dentro de seu contexto para

Reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição, enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetua a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991, p. 183)

A Escola Complementar, a partir daí, adquire um sentido, uma caracterização, ao ser analisada de maneira isolada dentro do grupo a que pertence, ou seja, atribuindo um sentido para ela em suas práticas específicas. Daí a importância de articular os discursos em torno da escola nos âmbitos político, social e pedagógico da época, para compor sua representação histórica e, de acordo com Chartier (1990, p. 16-17), para “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

Observar a escola dentro dessa perspectiva política, social e pedagógica possibilita a percepção de como os sujeitos construíram sua representação. Nas palavras de Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p. 17)

Partindo das representações acerca da escola, foi necessária a escolha das fontes e seus discursos. Quem daria voz às representações da Escola Complementar? Conforme já dito, foram selecionadas fontes que pudessem mostrar essa representação nos âmbitos político, social e pedagógico. Para isso, foram selecionados os *Anúarios de Ensino*<sup>1</sup>, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano* e as Legislações da Instrução Pública. A escolha desse material possibilitou enxergar as representações da escola na sociedade paulista da época.

Sendo assim, outros referenciais teóricos foram consultados para a análise das fontes. Para os periódicos, destaca-se o estudo da Tania de Luca (2005), que ressalta a importância da análise dos periódicos para a compreensão das forças políticas dos discursos propagados por eles sobre a Instrução Pública e a Escola Complementar. Pensar na representação da Escola Complementar nesses periódicos selecionados possibilita melhor compreensão sobre o lugar da escola e sua importância, tendo em vista que

---

<sup>1</sup> Eram publicações oficiais elaboradas pela Inspeção Geral da Instrução Pública e tinham como finalidade registrar e divulgar as ações e estatísticas do sistema educacional paulista. O primeiro *Anuario* foi publicado em 1908 sob a direção de João Lourenço Rodrigues (CATANI, 1995, p.10), e o último foi publicado em 1936.

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita. (DE LUCA, 2005, p. 140)

Observar o lugar da escola na sociedade é importante, pois possibilita enxergar como a imprensa, através de seu grupo político-ideológico, intervém e influencia a vida social de sua época. Assim, torna-se possível verificar se foi atribuída à Escola Complementar uma importância ou uma crítica, o esquecimento ou o prestígio.

É importante ressaltar que os jornais representam uma voz, ou seja, falam por um grupo político específico. Portanto, foi utilizado neste estudo outro referencial teórico importante para a análise da conjuntura política ao longo deste período estudado: a obra de Maria Helena Capelato intitulada *Os arautos do Liberalismo*, na qual aborda os discursos políticos no jornal *O Estado de S. Paulo*, durante a Primeira República e a Revolução de 1930.

Como a Escola Complementar estava presente ainda nesse período, é necessário compreender o jogo político ideológico dessa ruptura que ocorre quando se altera a estrutura do poder trazida por Getúlio Vargas e exposta nos periódicos estudados. Considerando uma década antes da Revolução de 1930, Capelato (1989, p. 12) aponta: “Na década de 20 fortaleceu-se em São Paulo um movimento de oposição ao governo da Primeira República. Setores liberais atuaram através da imprensa, educação e partidos, procurando nesses campos, produzir novas elites dirigentes e formar a consciência nacional”.

Sendo assim, pode-se inferir que a Escola Complementar, como parte importante da organização da Instrução Pública na época, sofreria mudanças para que esse movimento de formar uma nova consciência nacional fosse formada. A autora evidencia a participação fundamental desses periódicos: “o projeto pedagógico que visava regenerar o país com base nos parâmetros do liberalismo orientou a intervenção dos representantes dos periódicos na vida política e social” (CAPELATO, 1989, p. 12).

Para construir a representação da Escola Complementar nos periódicos elencados, é necessário compreender, como afirma a autora, a inserção da imprensa na história. Ou seja, a circulação das ideias, a formação de uma consciência por trás das ideias dos personagens envolvidos com a produção jornalística, bem como os partidos políticos que fomentavam esses periódicos<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Os partidos são o Partido Republicano Paulista (PRP), liberal situacionista, e o Partido Democrático (PD), liberal oposicionista (CAPELATO, 1989).

Não se pode esquecer da representação da Escola Complementar na visão da Instrução Pública, representada aqui pelos *Anuários de Ensino*. Por meio deles é possível perceber como a escola foi implantada e qual a visão dos inspetores acerca de seu funcionamento ao longo de sua existência. Assim, os *Anuários de Ensino*, por serem uma publicação oficial da Diretoria Geral da Instrução Pública, são a voz que representa o governo e sua política educacional, e possibilitam, a este estudo, criar a representação da Escola Complementar.

Catani (2003, p. 156) afirma que os *Anuários*, por representarem o governo, possuíam “nítidas funções de celebração das excelências do sistema educacional, esses periódicos informam e disciplinam ao mesmo tempo as diversas instâncias do campo profissional”. A autora afirma que os *Anuários* eram um mecanismo utilizado pelo estado para exercer “vigilância e controle” do trabalho dos professores para “tornar visíveis as várias relações entre os discursos e as práticas dos professores e inspetores escolares” (CATANI, 2003, p. 156).

É importante situar a Escola Complementar dentro dos discursos difundidos pelos *Anuários*, para que seja possível elaborar a representação da escola ao longo do tempo, especialmente em se tratando da formação de professores e, de acordo com Catani (2003, p. 156), “como parte do processo de ordenação do campo educacional”. Isso vale especialmente no início do período republicano, no qual a educação era pauta de estruturação social.

Diante desse panorama, poder-se-ia dizer que a representação da Escola Complementar reforçou a ideologia da classe dominante nas fontes estudadas? Seria ela uma espécie de vitrine do ideário político dominante? Como ela sobreviveu em um período tão longo e com tantas rupturas dentro da Instrução Pública Paulista?

Foram encontradas teses de doutorado e dissertações de mestrado que abordam as Escolas Complementares nos âmbitos regionais e que forneceram, a este estudo, importantes dados para compor suas representações. Destaque-se aqui os trabalhos de Chiarelli (2007), Weber (2008), Teixeira Júnior (2005), Corbage (2010), Honorato (2011) e Bertolai (2018). Esses trabalhos se referem particularmente às Escolas Complementares de Piracicaba, Campinas, Guaratinguetá e Itapetininga, e analisam tanto os processos de implantação das escolas quanto à cultura escolar, mediante a escassez de fontes. As pesquisas desses autores colaboram com a presente tese frente à lacuna que existe nas pesquisas acerca da Escola Complementar, sempre vista, como já mencionado, como uma parte da Escola Normal, sendo confundida com ela principalmente na memória local, o que se apresentou como um obstáculo no início desta pesquisa.

A tese vem de encontro a duas questões evidenciadas ao longo da carreira docente desta pesquisadora e que envolvem a memória produzida e suas representações sobre os professores e sua trajetória formativa e profissional. Como professora da rede pública estadual, deparei-me com questões acerca da história de formação docente através das políticas públicas pelas quais os professores enfrentaram no passado e continuam a enfrentar no presente e que, ao sabor dos governantes, são extintas ou reinventadas. Além disso, despertaram minha curiosidade as memórias produzidas pela escola. São várias as histórias acerca da Escola Complementar de Guaratinguetá (cidade na qual eu resido) e que povoam até os dias de hoje o imaginário da população, perpetuadas como referência intelectual na história da cidade.

Estruturalmente, a presente tese está dividida em cinco seções, sendo a primeira esta Introdução. A segunda seção aborda o lugar da Escola Complementar dentro das Reformas da Instrução Pública, especialmente no que se refere à formação de professores. Busca identificar como ficou representada pelo jornal *Correio Paulistano* e como foi abordada pela literatura da história da Educação.

A terceira seção trata do perfil do professor da Escola Complementar, e engloba também todo o período de existência da Escola. Discorre sobre quais foram os critérios adotados para a seleção do professor responsável por formar os complementaristas e suas representações através do jornal e da cultura escolar.

A quarta seção aborda o perfil dos complementaristas, os alunos matriculados na Escola Complementar. Dialogando com a legislação e o jornal, busca evidenciar a representação desses alunos que seguiram a carreira do magistério, ou seja, de que maneira o jornal evidenciou os tiros escolares e suas nomeações para os Grupos Escolares, Escolas Isoladas e até Escolas Normais do Estado. Por fim, são apresentados alguns complementaristas que se destacaram no cenário intelectual da época, deixando sua marca na educação paulista e nacional.

A quinta seção se refere às considerações finais acerca dos dados observados ao longo desta pesquisa. Apresenta uma reflexão geral sobre a trajetória e a importância da Escola Complementar ao longo de toda a sua existência.

# 2

## A ESCOLA COMPLEMENTAR EM SÃO PAULO: ENTRE O PROLONGAMENTO DO CURSO PRIMÁRIO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

---

A República no Brasil foi implantada sob a promessa de intensas e profundas mudanças na escolarização. Logo após a sua instalação, a presidência do Estado de São Paulo promoveu Reformas na Instrução Pública que trouxeram muitas alterações.

Algumas das alterações realizadas nesse momento inicial da república em São Paulo foram suplementares no sentido de enfrentar – de maneira mais rápida e com menor custo – o alto índice de analfabetismo. A criação do Grupo Escolar e da Escola Modelo, necessários naquele momento para um país que se pretendia moderno, impossibilitava a extensão da escolarização a toda à população em idade escolar.

Ao lado dessas instituições modelares, foram mantidos e criados outros tipos escolares como, por exemplo, a escola isolada urbana e a escola isolada rural. A Escola Complementar foi um tipo escolar ímpar no conjunto das reformas e pode ser analisada a partir de um tipo escolar suplementar, pois sua finalidade e composição dentro da estrutura da instrução pública paulista passou por mudanças ao longo dos mais de 30 anos de sua existência. Na presente seção, será analisado o lugar da Escola Complementar nessa nova organização educacional implantada pela República paulista e os sentidos e significados das configurações desse tipo escolar.

A Escola Complementar foi criada pela Lei n.º 88, de 8 de setembro de 1892, e passou a formar professores a partir da Lei n.º 374, de 3 de setembro de 1895. Foi suprimida pelo Decreto n.º 2025, de 29 de março de 1911, e retornou em 1918 como preliminar não obrigatório ao Curso Normal, funcionando no mesmo prédio das Normais. Foi extinta em 1933 pelo Decreto n.º 5.884, de 21 de abril de 1933.

O projeto republicano colocou São Paulo no centro das discussões e atenções políticas do País. O Estado de São Paulo se tornou o eixo de reformas e reflexões políticas que serviram de modelo ou que alavancaram outras propostas para outros estados da federação. Uma dessas propostas era a reforma da educação que, conforme Souza (1998) tornou-se um campo de atuação política.

Na última década do século XIX, políticos, intelectuais, homens de letras e grandes proprietários rurais enfrentaram e debateram intensamente o problema do crescimento econômico do país, a transição para o trabalho

livre, a construção de uma identidade nacional, a modernização da sociedade e o progresso da nação. (SOUZA, 1998, p. 27)

Essas preocupações com a identidade nacional e com o ingresso do Brasil na modernidade ficaram atreladas ao desenvolvimento da educação nesse período. Portanto, São Paulo se esforçou para dar corpo a uma estrutura de ensino que atendessem aos anseios da jovem república.

Os republicanos paulistas iniciaram um projeto que englobou principalmente a extensão da escolarização para se propagar os ideais republicanos. A partir daí, a escola se colocou no centro dessa reforma como “instituição fundamental para o novo regime e para a reforma da sociedade brasileira” (SOUZA, 1998, p. 29). João Lourenço Rodrigues, no seu relatório para o *Anuario do Ensino* de 1907, afirma entusiasmadamente:

O período que decorre de [18]92 a [18]97, foi indiscutivelmente um dos mais fecundos na evolução do ensino em São Paulo, nele se consolidou a legislação escolar; nele se operaram os mais assinalados progressos: foi uma época de trabalho, entusiasmo e, por isso mesmo de extraordinário brilho. Em conclusão: o período de 1892 a 1897 mereceu o título de período áureo da instrução paulista (*ANUARIO DO ENSINO*, 1907, p.30).

O discurso triunfante de Rodrigues tem relação com a natureza da fonte. Para aqueles que participaram das mudanças ocorridas nos primórdios da república, marcar o momento como período áureo é demarcar território dos agentes, tal qual analisa Catani (2003). A Constituição Federal republicana de 1891 reafirmava a descentralização da instrução pública no País ao informar que o Ensino Secundário e Superior era uma prerrogativa do Congresso Nacional – mas não uma exclusividade – e ao deixar em aberto a responsabilidade sobre o Ensino Primário, subentendendo-se que este deveria ser assumido pelos Estados.

Timidamente, o Estado de São Paulo propôs a criação do Ginásio<sup>3</sup> como primeira etapa do Ensino Secundário, sendo inicialmente apenas um em todo o território estadual: o Ginásio da Capital. Ao mesmo tempo foi criada a Escola Primária Complementar, portanto, de grau inferior ao Ginásio, sendo que até 1900 quatro foram instaladas no interior do estado. São elas: Escola Complementar de Campinas, Escola

---

<sup>3</sup> Ressalta-se também o fato de que, de acordo com a Reforma de 1892, os alunos formados no Ginásio também podiam ser professores caso realizassem a Prática de Ensino.

Complementar de Itapetininga, Escola Complementar de Guaratinguetá<sup>4</sup> e Escola Complementar de Piracicaba, boa parte delas como atendimento a pedidos locais de criação de escolas públicas secundárias, como no caso de Piracicaba.

É de se supor que a Escola Complementar estaria suprimindo a ausência do Ensino Secundário no estado, dadas as condições efetivas proporcionadas pela Constituição Federal, com a prevalência da responsabilidade do Estado sobre o Ensino Primário. No entanto, ela se configurava como uma extensão da escolarização primária de quatro para oito anos, uma vez que a organização previa o Ensino Primário Preliminar e o Ensino Primário Complementar. Ressalta-se também o fato de que os alunos formados pelo Ginásio também podiam ser professores se realizassem a prática de ensino, de acordo com a Reforma de 1892, dando equivalência aos dois seguimentos em relação à possibilidade de formar professores primários.

A segunda reforma do ensino realizada por São Paulo, após a Proclamação da República, ocorreu em 1892 (cumprindo o dispositivo constitucional da descentralização), com a organização do ensino primário contendo dois cursos: o preliminar e o complementar. Após essas mudanças, a escola graduada, que aglutinava escolas primárias com a denominação de Grupo Escolar, passou a ser a melhor alternativa, a que mais atendia ao projeto republicano, ponto de partida para a modernização da educação. O Grupo Escolar, sob influência do modelo de escola graduada norte-americana, tinha como características: agrupamento dos alunos pelo suposto nível de conhecimento; racionalização do currículo e do controle do tempo; criação de programas de ensino; estabelecimento do cargo de direção escolar (SOUZA, 1998, p.114).

Para que a escola graduada pudesse ser implantada de maneira eficaz, a reforma teria que partir da formação docente. A primeira das alterações feitas na instrução pública paulista foi a Reforma Caetano de Campos (1890), que reorganizou a Escola Normal da Capital.

De acordo com Souza (1998), os republicanos paulistas iniciaram a reforma do ensino pela reforma da Escola Normal. Os reformadores entenderam que a formação de professores era fundamental para a nova proposta. Estruturou-se, então, todo o aparato metodológico que norteou a formação de professores nesse período. Como aponta

---

<sup>4</sup> A Escola Complementar de Guaratinguetá foi inicialmente criada junto à Escola Normal do Capital. Sua transferência ocorreu em 1902 (CORBAGE,2010).

Carvalho (1989), numa educação baseada no primado da visibilidade, ou seja, no espaço urbano, a presença da República se dá através da visualização de símbolos representativos da modernidade. As instituições escolares estão entre esses símbolos.

Na própria instituição escolar a República deveria ser vista pela população como o grande símbolo de modernidade, conforme já mencionado. Essa visibilidade estava não somente no uso do método intuitivo e tampouco ficava apenas no âmbito escolar. Era mais que isso: havia todo um projeto político e social de difusão e propagação de bons modelos, uma educação para “se dar a ver”. Para que essa reprodução do modelo fosse eficaz, era necessária a homogeneização da prática docente promovida pela Escola Modelo, divulgada, conforme Carvalho (1989), através de relatórios oficiais e da imprensa especializada, através das revistas *A Schola Publica* e *Revista de Ensino*<sup>5</sup>. Nas palavras de Carvalho:

A remissão a esse modelo pôs em cena uma concepção específica de pedagogia moderna: uma pedagogia prática na qual a arte de ensinar é prescrita como boa imitação de práticas modelares; em que “ensinar a ensinar” é fornecer bons moldes, seja na forma de roteiro de lições, ou seja, na de práticas exemplares cuja visibilidade é assegurada por estratégias de formação docente. (CARVALHO, 1989 p. 185-186).

Portanto, observa-se que o processo de institucionalização do ensino paulista criou um modelo escolar com uma complexa estruturação que se tornou o reflexo de seu tempo, inserida em um contexto de mobilização de todo um grupo de intelectuais, legisladores, gestores, inspetores, professores e diretores de escola (CARVALHO, 1989). Tornou-se nuclear a Escola Modelo, onde deveriam acontecer as boas práticas de aplicação do método intuitivo e onde os alunos da Escola Normal fariam a observação de tais práticas. E ainda:

A ênfase dada à formação prática como base para a aprendizagem dos métodos modernos de ensino resultou na criação das Escolas-Modelo como escola de prática de ensino, ela deveria ser a instituição modelar, o paradigma da escola primária a ser seguido pelas demais escolas públicas do estado. (SOUZA, 1998, p. 40)

---

<sup>5</sup> A revista *A Schola Publica* era uma iniciativa dos professores da Escola Modelo. Publicada entre 1893 e 1896, com curta duração, seus membros editoriais eram oriundos da Escola Normal da Capital destacando aqui Oscar Thompson e Pedro Voss. A *Revista de Ensino* foi uma publicação da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo e teve sua primeira publicação em 1902. De 1902 a 1911, contou com o apoio da Secretaria do Interior e, mais tarde, na chamada segunda fase, de 1911 a 1918 foi coordenada pela Diretoria Geral do Ensino (CATANI, 2003).

Com base nos novos métodos de ensino que partiam da Escola Normal da Capital e que tinham como parâmetro as Escolas Modelo, erigiu-se o modelo escolar paulista. No entanto, a criação da Escola Primária Complementar, bem como os vários tipos de Escolas Primárias (Escolas Isoladas, Escolas Reunidas etc.) que coexistiram ao Grupo Escolar, parecem não coadunar com o modelo escolar paulista.

Compreende-se como modelo escolar o que afirma Carvalho:

o modelo escolar paulista é constituído pelas interrelações que articulam sistematicamente seus componentes. A lógica que o põe a funcionar é a de reprodução de bons moldes; é a cópia ou imitação de modelos [...] é o primado da visibilidade que lhe confere identidade: trata-se de modelo produzido por dispositivos de visualização de práticas escolares que articulam e colocam em cena uma concepção de pedagogia entendida como a arte de ensinar indissociável de uma estratégia de formação docente em que é central a imitação de práticas exemplares. (CARVALHO, 1989, p. 189)

Essa hipótese decorre do fato de que essas escolas teriam o caráter de suprir as necessidades de atendimento populacional escolar que o Grupo Escolar, as Escolas Modelos e a Escola Normal – todas elas modelares – não tinham a capacidade de atender. Assim sendo, a escola modelar era restrita à população urbana dos grandes centros, enquanto as demais escolas atenderiam a população periférica e rural e das pequenas cidades e núcleos populacionais. Quando a Escola Complementar foi convertida em escola de formação de professores por meio do Decreto n.º 2025, de 29 de março de 1911, elas foram instaladas em regiões atendidas pelo Grupo Escolar, mas não eram supridas por Escolas Secundárias públicas. O caso mais evidente é o da cidade de Ribeirão Preto, que recebeu o primeiro Ginásio do interior, mas não foi atendida por uma Escola Complementar nem, posteriormente, por uma Escola Normal oficial.

As Escolas Complementares, segundo a legislação que as criou, deveriam ofertar o curso primário complementar com a duração de quatro anos, destinado aos alunos habilitados no curso primário preliminar. Sua finalidade consistia em uma preparação para a escola secundária.

## **2.1 A Escola Complementar na historiografia clássica**

É necessário retomar, com o objetivo de uma breve revisão bibliográfica, a maneira como a historiografia da educação enxergou a Escola Complementar, principalmente nos seus primeiros anos, como formadora de professores entre os anos

de 1892 a 1911. Para tanto, foram selecionados os principais autores que abordaram em seus estudos as primeiras reformas da instrução pública paulista.

Antunha (1976, p. 80) aponta que o curso complementar era ambíguo, a partir do momento que se tornava formador de professores. Para ele, não havia sentido. A organização da Escola Complementar, conforme estruturada pelo legislador, era “profundamente insatisfatória, desarticulada e sem unidade”. Suas palavras também evidenciam a inexistência do que ele chama de “espinha dorsal do sistema de ensino da época”.

Outra observação feita por Antunha (1976) está nas vantagens recebidas pelos professores oriundos da Escola Complementar serem as mesmas da Normal. Outra crítica está relacionada à redução da escolaridade primária proposta pela Reforma de 1892, além de alterar profundamente a formação de professores.

O mesmo autor aponta que as principais razões para que a Escola Complementar se transformasse em escola de formação de professores foi a necessidade de prepará-los rapidamente para atender a demanda, já que somente a Escola Normal da capital não conseguiria. Um fator importante foi a carência de recursos econômicos que impediam a circulação imediata de Escolas Normais, segundo o padrão existente.

Para Antunha, a Escola Complementar era frágil em sua concepção:

O ensino complementar tal como existiu em São Paulo até o início da década de trinta é hoje uma curiosidade em nosso Estado, extinto que foi, completamente pela reforma instituída por Fernando de Azevedo em 1933. As próprias vicissitudes que sofreu durante sua breve história mostra a fragilidade de sua concepção e a precariedade de sua localização na escala ascensional do sistema de ensino da época. (ANTUNHA, 1976, p. 82-83)

As reflexões de Antunha acerca da Escola Complementar giram em torno da carência de professores e de recursos econômicos estaduais para a criação de Escolas Normais – e, conseqüentemente, de formação docente.

Para Tanuri (1979), ao se reconstruir a trajetória da Escola Normal em São Paulo, infalivelmente se traz à tona a Escola Complementar, elaborando críticas e constituindo uma imagem dessa instituição que a coloca num plano inferior na estrutura educacional paulista. A referida autora aponta que apesar do projeto republicano de reforma da instrução pública visar a um sistema uniforme e homogêneo, a falta de recursos financeiros foi determinante para que se criasse uma escola de formação de

professores de caráter “inferior”, tal qual a Escola Complementar em detrimento à Escola Normal.

Podemos discernir praticamente o início da estruturação de dois tipos de instituições formadoras do magistério: uma de padrão elevado, sonho dos primeiros republicanos, onde centralizaram todas as atenções e que restrita a uma única unidade – a Escola Normal da Capital – só conseguiu absorver um limitado contingente; outra de padrão inferior, solução condizente com as necessidades de preparo de pessoal em quantidade adequada às exigências do ensino primário em expansão, e que foi a principal responsável pela produção de pessoal docente. (TANURI, 1979, p.80)

Tanuri afirma que a Escola Complementar foi um tipo paralelo de escola normal e de categoria inferior. Observa-se que os dois autores (ANTUNHA, 1976; TANURI, 1979) descrevem a Escola Complementar como precária e ao mesmo tempo constatam que ela seria a única solução para atender a demanda de professores pelo interior do estado. Outro termo utilizado por Tanuri é o papel acessório da Escola Complementar no sistema de formação do magistério.

Esses apontamentos permitem o seguinte questionamento: qual teria sido o papel da Escola Complementar na estrutura do sistema escolar paulista naquele período? Como era a representação social dessa escola e de seus agentes (alunos e professores) durante suas fases de vida?

Tanuri evidencia em sua análise que existia um dilema: de um lado, a emblemática Escola Normal e seu modelo irradiador, de outro, uma escola primária, sem preparo teórico e pedagógico, sendo utilizada pelo governo para atender a crescente demanda docente do Estado. Boa parte das Escolas Primárias criadas não era provida de professores preparados, e algumas eram providas de professores leigos. Nesse sentido, Tanuri aponta:

Partilhavam entre si a tarefa de preparação de professores para a escola primária, um deles destinado especificamente a isso, embora de conteúdo de reduzida feição profissional e outra de conteúdo exclusivamente cultural [...] Seria, entretanto, sobretudo essa característica coadjuvante de Escola Normal. (TANURI, 1979, p. 102)

Os autores são unânimes em afirmar que apenas um ano de prática na Escola Modelo não era suficiente para a formação pedagógica, pois o curso complementar não sofreu nenhuma alteração na sua estrutura curricular. No que diz respeito às disciplinas

de caráter pedagógico e teórico, a referida escola deixou a desejar, mantendo a organização de Escola Primária.

## **2.2 De Escola Primária Complementar a Escola Complementar (1892-1910): disputas e representações no cenário educacional paulista**

Conforme foi visto, a formação docente se tornou de extrema importância no cenário educacional da Primeira República em São Paulo e o professor se transformou no grande responsável por irradiar o modelo pedagógico e a noção de cidadania e o ideal republicano. Esses valores estavam inseridos na reforma da instrução pública paulista, sintetizados na Lei n.º 88, de 8 de setembro de 1892. Essa lei determinou como seriam organizadas e construídas as escolas.

O ensino público primário estava organizado, conforme dados do Regimento Interno das Escolas Públicas (1894), em dois cursos: o preliminar e o complementar. As Escolas Preliminares seriam regidas por professores normalistas ou por professores habilitados em concurso perante a congregação da Escola Normal da capital, nos termos do regimento de 27 de novembro de 1893.

Esse ensino preliminar tinha como seu maior chamariz os grupos escolares, que através da Lei n.º 88 estavam assim configurados: “Funcionarão no mesmo edifício as escolas de sexo masculino e do feminino havendo separação dos sexos” (BRASIL, 1892).

A organização do ensino paulista, tão complexa e ousada, tinha como local de destaque a formação de professores. Os reformadores entendiam que não seria possível uma transformação na educação pública se esta não tivesse como ponto de partida a formação de professores, por entenderem que somente professores bem formados poderiam construir a escola primária necessária. A Escola Normal, apoiada pela Escola Modelo, seria o carro chefe dessa grande transformação do ensino paulista.

Conforme Souza (1998, p. 40), os paulistas iniciaram a reforma do ensino pela reforma da Escola Normal, pois “acreditaram na imprescindibilidade da formação de professores para a renovação da escola pública”. Nesse sentido, o Estado de São Paulo deu um passo à frente no que tange à reforma do ensino normal.

Nas palavras de Tanuri (1979, p. 75),

Especificamente para o Estado de São Paulo, a república assinalou um passo a frente no âmbito das realizações práticas, representando um significativo marco na organização da educação pública no setor do ensino primário e normal e assistindo ao desencadear de um processo de desenvolvimento na rede escolar que não pode ser subestimado.

A Lei n.º 27, de 12 de março de 1890, reformou o curso normal e as escolas anexas, que foram convertidas em Escolas Modelo. Para os reformadores, a Escola Modelo seria uma espécie de miniatura do que deveria ser o ensino primário no estado (TANURI, 1979). Com isso, a Escola Normal seria a principal porta de entrada para o magistério e a grande irradiadora de modelos pedagógicos em São Paulo.

O relatório feito por Caetano de Campos para o presidente do estado acerca da Escola Normal e da Escola Modelo evidencia o caráter redentor dessas escolas:

Trabalho hoje a Escola de São Paulo para obviar tanta inépcia. Seu triunfo é certo porque ela caminha na senda da razão. Bastou a prova ainda imperfeita de alguns meses de tirocínio para evidenciá-lo, eu vejo a promessa do pleno sucesso no entusiasmo com que todos os mestres e alunos procuram a Escola-Modelo. Os pais solicitam três vezes mais admissões de que me é possível conceder; os alunos mestres surpreendem-se com os resultados obtidos e apoderam-se do espírito do trabalho com louvável aplicação [...] as crianças, finalmente amam de tal modo a escola, que choram e lamentam – se em casa por não irem mais cedo para a classe [...]. (ANNUARIO DO ENSINO, 1907, p.104)

De acordo com Souza (1998), com exceção da Escola Modelo do “Carmo”, anexa à Escola Normal da Capital, as demais escolas modelo “Prudente de Moraes” e Escola Modelo “Maria José”, funcionavam mais como grupos escolares independentes do que como uma escola modelar, ou seja, sem nenhuma uniformidade. Apenas uma Escola Modelo foi criada no interior, em Itapetininga, em 1895, que mais tarde seria a Escola Complementar.

Prevaleceu e até se enraizou na memória da educação, como instituição privilegiada e de referência, a Escola Modelo Caetano de Campos. Nas palavras de Souza:

Escolas modelares, as escolas-modelo foram, na primeira década republicana, escolas preliminares privilegiadas considerando os professores – escolhidos entre os melhores alunos da Escola Normal -, as condições físicas dos edifícios e a dotação de materiais didáticos. Foram acima de tudo, instituições de propaganda do governo republicano. Entre todas, a Escola Modelo “Caetano de Campos” constituiu a referência suprema. (SOUZA, 1998, p.55)

Assim, a formação docente se colocou de extrema importância no cenário educacional da Primeira República em São Paulo, e o professor se transformou no grande responsável por irradiar o modelo pedagógico, a noção de civismo e o ideal republicano.

A referida lei, em seu artigo 9.º, aponta que estava destinada uma quantia de 500:000\$000 para a construção de edifícios apenas para as escolas preliminares, mediante auxílio das municipalidades. Observa-se que a política orçamentária se preocupava apenas com o primeiro segmento do ensino primário, portanto, a Escola Complementar tinha sua instalação submetida aos interesses das cidades. Na lei de instrução pública de 1892, observa-se essa condição no artigo 10: “as escolas Complementares serão instaladas, de preferência, nas cidades cujas municipalidades se comprometam a fornecer prédios e terrenos apropriados às aulas e aos diversos trabalhos”.

### *2.2.1 Uma instituição almejada: os pedidos de criação*

Se no artigo 16 da Lei n.º 88/1892 já estava previsto que ao se formarem na Escola Complementar os alunos já estariam habilitados para o cargo de professores adjuntos, por que o governo postergou a organização estrutural da Escola Complementar?

O rápido crescimento de demandas por professores gerou também a demanda por um curso complementar. O artigo 11 da Lei n.º 88/1892 determinava que para cada 10 escolas preliminares haveria uma escola complementar, dispositivo que não foi cumprido pelas edilidades. Embora seja sabido que houve um número reduzido dessas escolas, muitos pedidos de criação de escolas complementares foram feitos por diversas municipalidades. É possível verificá-los através da publicação desses pedidos nos jornais.

Muitos desses pedidos eram publicados da seção “Mala do Interior”, do jornal *Correio Paulistano*<sup>6</sup>. Em 1900, a cidade de Mogi Mirim se manifestou pedindo a criação da Escola Complementar na cidade.

---

<sup>6</sup> O jornal *Correio Paulistano* foi fundado ainda no período imperial, em 1854, a partir da fundação do PRP. O periódico se tornou o órgão de divulgação das ideias do partido e seus candidatos independente do poder político oficial (COHN, s.d.).

Consta que a pretensão da nossa municipalidade, de conseguir uma escola complementar, é apadrinhada por influências políticas respeitáveis, de modo que, como parece, há de ser atendida pelos poderes superiores. E isto será ato de justiça, por quanto pela posição que ocupa na linha mogyana, esta cidade é o centro de uma zona importante do Estado e está em condições de servir com toda a comodidade as cidades vizinhas. Além disso, a criação da escola complementar será uma compensação do péssimo edifício do grupo escolar que nos deram. (CORREIO PAULISTANO, 01/10/1900)

Mais adiante, em 24 de outubro de 1900, houve a transcrição da ata da seção ordinária do Congresso do Estado, do dia 23 de outubro, na qual moradores da região do Brás, na capital paulista manifestaram um pedido de criação de uma Escola Complementar no bairro (CORREIO PAULISTANO, 24/10/1900).

A cidade de Tatuí, em 1897, já havia manifestado um pedido de criação de uma escola complementar na cidade. Na seção “Correspondências” do jornal *Correio Paulistano*, uma extensa nota foi publicada ressaltando a “utilidade e a importância” da escola atendendo “aos interesses do povo”. “É uma aspiração justíssima essa que alimenta o povo tatuhyense, antevendo por esse meio, sinão completa, ao menos mais perfeita, de seus extremados filhos” (CORREIO PAULISTANO, 24/10/1900).

No caso de Tatuí, a alegação da importância da escola era devido à distância da capital e que a escola serviria para suprir a demanda de professores na região. A carta mostra também, de maneira apelativa, a vocação de alguns alunos em seguir a carreira docente propiciada pela escola complementar.

[...] muitos alumnos que frequentam aquelle estabelecimento tem decidida vocação e delles poderiam sahir bem bons professores: porém, pela falta de uma escola complementar na localidade, sem recursos suficientes para poder continuar seus estudos em outra; vêem-se na dura contingência de cortar sua carreira, perdendo talvez deste modo, a pátria bons servidores que bem se poderiam desvelar pela educação do povo. (CORREIO PAULISTANO, 24/10/1900)

A carta também ressalta a importância do grupo escolar, de onde sairiam os alunos para a Escola Complementar, e a oportunidade de os alunos pobres continuarem seus estudos. Portanto, a escola complementar seria, nas palavras do jornal, um “importante melhoramento”.

Em 24 de fevereiro de 1899, foi publicada uma pequena nota sobre o pedido de criação de uma escola complementar em Botucatu:

O senhor secretário do interior officiou à Câmara Municipal de Botucatu louvando aquella corporação pela valiosa oferta feita ao governo de um

prédio, mobília e despesas necessárias à instalação de uma escola complementar naquela cidade, declarando, entretanto que por falta de dotação especial do Congresso não é possível ser atendido o referido pedido (CORREIO PAULISTANO, 24/02/1899)

Em 10 de dezembro de 1906, voltou à tona a discussão da criação da escola de Botucatu. A alegação era de que não havia recursos financeiros para a sua abertura. Esta cidade, no entanto, esteve entre as 10 que receberam uma Escola Normal a partir de 1910.

Em 1907, o mesmo jornal mostrou que o senador do Estado, Moraes Barros apresentou um projeto de criação de uma escola complementar na cidade de São Carlos. Moraes Barros fora um dos responsáveis pela criação da Escola Complementar de Piracicaba em 1897. Foi apresentado na íntegra o projeto pelo jornal. O argumento utilizado pelo senador foi o mesmo que ocorreu para os demais pedidos das municipalidades: o da importância regional para a implantação da escola. Nas palavras do senador: “atende a uma necessidade de vasta zona a que a cidade de São Carlos serve de centro, serve como que de capital” (CORREIO PAULISTANO, 21/08/1907).

O senador dá sequência à sua justificativa, mostrando que São Carlos representava um ponto central na região devido às convergências nas linhas férreas paulistas, possibilitando que alunos de outras cidades e regiões frequentassem a escola. Mas o que mais chama a atenção na fala do senador está na questão da demanda de professores.

Si compusermos o número de escolas vagas no Estado de São Paulo, verificaremos que o número de professores é manifestamente insuficiente para o provimento dessas escolas: um terço a mais das escolas creadas em São Paulo está vago por falta de professores, isto encarando-se a escola complementar como um instituto profissional para dahi fazer sahir o professor. (CORREIO PAULISTANO, 21/08/1907)

Nesta mesma seção foi criada a Escola Complementar de São Carlos, sob o Projeto de Lei n.º 14 de 1907.

Em 27 de fevereiro de 1910 houve novamente o pedido da população de São Carlos, indicando que a Escola criada em 1907 não se concretizou; desta vez, já apresentando um prédio específico para a escola. Segundo o jornal, o prédio poderia servir tanto para a Escola Complementar quanto para a Escola Normal. O interesse de São Carlos já demonstrava uma maior ambição ao mencionar a escola normal. A

referida escola só foi efetivamente instalada já como Escola Normal Secundária em 1911.

Na seção “mala do interior”, do *Correio Paulistano* de 7 de maio de 1909 há um pedido de criação de uma escola complementar na cidade de Amparo, acompanhado por um abaixo-assinado promovido por Raphael Prestes, membro do diretório político local. Os argumentos são os mesmos utilizados para a instalação da escola em Amparo.

Em 21 de outubro de 1909, o jornal transcreveu a ata da Seção do Congresso Legislativo. Encabeçada por Paes de Barros, o projeto de criação da escola complementar de Amparo, de acordo com ele, tinha o apoio da população da cidade. Escreve ele: “eu sou o portador a esta Câmara, de uma grandiosa representação popular, firmada por mais de mil e duzentas assignaturas, dos habitantes daquela cidade, que aspiram a essa justa pretensão” (CORREIO PAULISTANO, 21/10/1909).

Mais uma vez, aparece como justificativa a questão da demanda de professores. Desta vez, o senador utiliza o argumento de que o propósito da escola complementar foi alterado na legislação justamente para suprir a necessidade de professores. O Projeto de Lei n.º 31 de 1909 criou uma escola complementar na cidade de Amparo, mas ela nunca funcionou.

Em 25 de setembro de 1910, o *Correio Paulistano* publicou um relatório com um pedido de criação de uma escola complementar em Casa Branca. O discurso era o mesmo de todas as outras, mas, desta vez, a Câmara Municipal ofereceu um terreno e um auxílio em dinheiro.

Em 9 de março de 1911, noticiou-se o pedido de criação de uma escola complementar em Pirassununga. Só se concretizou a escola como Normal Primária e não como complementar.

Em Itapetininga, já como Escola Normal Secundária, há no jornal a transcrição da Seção da Assembleia Legislativa que tratou do remanejamento de docentes da escola complementar para o curso normal.

Ficava também o governo autorizado a aproveitar nas primeiras nomeações da Escola Normal os professores da Escola Complementar, que seria gradativamente suprimida. A outra, que autorizava o governo a criar e a instalar uma escola normal em São Carlos, dispôs também que as nomeações de lentes para o 1º ano seriam feitas independentemente de concurso. (CORREIO PAULISTANO, 09/03/1911)

Portanto, não se tratava de desinteresse das edilidades – o que pode ser fartamente constatado nas leituras dos jornais – mas a existência de empecilhos de outra ordem que impediram a concretização das aspirações dos políticos e das municipalidades, o que não pode ser averiguado por ora. De qualquer forma, os jornais eram um dos meios pelos quais se expressavam os interesses e de alguma forma se exerciam as pressões sobre os poderes públicos. Por fim, tais notícias expressam o grande interesse pela Escola Complementar, o que poderia representar uma preocupação com a ausência do Estado em relação à continuidade dos estudos numa escola pública de ensino pós-primário, e não somente com a formação de professores.

### *2.2.2 De custos à precária formação: discussões e críticas em torno da criação das Escolas Complementares*

No jornal *O Estado de S. Paulo*, além de serem encontradas notificações de pedido de criação das escolas, há também, nas seções do legislativo, as transcrições das atas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e uma cobertura mais aprofundada e crítica das reformas da instrução pública. No referido jornal de 20 de setembro de 1892 foi noticiada a aprovação da Lei n.º 88, de 8 de setembro do mesmo ano, que trata da Reforma da Instrução Pública.

Após uma breve apresentação sobre a distribuição de ensino, da organização das escolas, formação de professores, entre outros, seguiu uma série de críticas pelo redator da matéria Tancredo do Amaral<sup>7</sup>.

A primeira crítica se refere à questão dos vencimentos dos professores, que o jornalista afirma não ser suficiente. Mesmo exaltando os reformadores que participaram da Comissão da Instrução Pública, o jornalista aponta algumas lacunas na lei. Ele afirma que elas precisam ser resolvidas para o eficaz cumprimento.

Para ele, a reforma da Instrução Pública de 1892 foi a melhor que houvera até aquele momento, portanto, deveria ser discutida e implantada de maneira real.

Agora, portanto, que temos uma reforma melhor do que as outras que tem sido feitas desde o antigo regimem, cumpre que ella esteja disposta de modo

---

<sup>7</sup> Tancredo Leite do Amaral Coutinho nasceu em São Paulo em 1866. Foi aluno e professor da Escola Normal, formando-se em Direito em 1906. Foi promotor público de Capivari e Batatais, Juiz de Direito de Santa Isabel, Inspetor Escolar e Inspetor Geral de Ensino (VIEIRA, 2012).

tal, que a lei a que ella se refere possa ser regulamentada de modo tal que não surjam as menores dúvidas sobre a interpretação de quaesquer de seus tópicos em uma palavra, que não seja uma utopia, quando posta em prática como fora as suas congêneres. (O ESTADO DE S.PAULO, 20/09/1892)

Segundo o redator, a reforma implantada teria alguns pontos que precisavam ser esclarecidos e modificados. Embora ele não aponte quais pontos seriam esses, pode-se inferir que eram referentes a questões hierárquicas e de vencimentos dos professores, como apontado anteriormente. Para ele “A reforma como está, porem será inexequível, na prática e vae dar logar a muitas dúvidas e difficuldades em sua execução. Repito apenas o que tem dito profissionaes e que o futuro conffirmara. (O ESTADO DE S.PAULO, 20/12/1892).

No que se refere à Escola Complementar, encontra-se a discussão sobre a mudança da Lei n.º 88, de 8 de setembro de 1882, acerca do seu caráter de Escola Primária. Gabriel Prestes coloca a escola no centro da discussão, ressaltando não só a demanda de docentes como também os gastos e o orçamento do Estado. Observa-se que sua maior preocupação está relacionada ao orçamento para a viabilização da legislação.

Prestes indicou a grande demanda por professores para as novas escolas do Estado, e ressaltou algumas lacunas na lei que precisavam ser modificadas. Dentre as reivindicações feitas por ele estão a localização das escolas, classificações e vencimentos dos professores, os cursos das escolas complementares, dentre outros.

O deputado apontou que embora houvesse uma necessidade urgente de professores, a Escola Complementar era inviável de ser implantada.

Ora, com este pessoal, as escolas complementares tornariam inexequíveis, porque cada uma dellas daria uma despesa de annual de 86:200:000. Segundo as disposições da reforma do ensino, esses estabelecimentos escolares devem ser creados na proporção de uma para cada grupo de 10 escolas preliminares, e suppondo que o Estado venha a ter mil dessas escolas, teríamos nesse caso 100 escolas complementares e uma despesa de 8:620:000. Bem sei que essas escolas poderiam ser fundadas gradativamente e supponhamos que nos limitássemos a 50, ainda assim teríamos que despender só com essa parte do ensino 4:910:000 sem levar em conta as despesas com a construção e manutenção dos prédios escolares. (O ESTADO DE S. PAULO, 24/05/1893)

Prestes ressaltou que era mais viável manter a Escola Complementar com seu caráter de ensino primário, para que pudesse cumprir seu caráter de Escola Primária Superior e, assim, ser disseminada por todo o Estado. Os requisitos propostos pela lei não seriam possíveis de se implantar, nas palavras de Prestes.

Além disso, os regulamentadores da lei estabeleceram no art. 224 que a nomeação do diretor da escola complementar devia recair em uma pessoa com os seguintes requisitos: ter idade superior a 30 anos, ser casado, ter 15 anos pelo menos de prática, estar no exercício do magistério publico e ser competentemente preparado pela escola normal. (O ESTADO DE S. PAULO, 24/05/1893)

Gabriel Prestes mostrou que o tempo necessário para se estruturar as Escolas Complementares seria de 18 anos, sendo três anos para os professores se formarem pela Escola Normal e mais 15 de atuação no magistério. O deputado criticou a distribuição de cadeiras por matéria:

Ora, os intuitos da lei da instrução publica, creando a Escola Normal do Estado, foi evidentemente formar, não professores especialistas de francez, portuguez, arithmetica, geometria, etc, porque isso se obteria, mas sim formar um pessoal capaz de ensinar todas as matérias do curso normal e seguindo uma orientação pedagógica determinada. (O ESTADO DE S. PAULO, 24/05/1893)

Mesmo usando sua fala com cautela, talvez para não criar um atrito direto com seus partidários na Assembleia, Gabriel Prestes apontou um argumento que mostra o perigo do desvirtuamento da Escola Complementar no que se refere à sua finalidade pedagógica dentro do sistema educacional paulista.

Não se veja nas minhas palavras, intenção de censurar os auctores do regulamento, mas permittam-me que procure analisar bem d'este modo, distribuindo as cadeiras pelo numero de matérias, o regulamento falseou a intenção da lei que talvez não estivesse bem clara, e inutilisou completamente todo o resultado que se podia esperar dos professores normalistas, porque, uma vez entregues a este ensino dispersivo, ficaria perdida toda a sua preparação anterior para a regência de qualquer outra cadeira. (O ESTADO DE S. PAULO, 24/05/1893)

Com um apelo emocional sobre o sucesso da Reforma da Instrução Pública focado no professor e nas metodologias, Prestes propôs que o pessoal das Escolas Complementares seria de apenas seis professores ao invés de treze, com uma dotação no orçamento de 32:000\$000 por escola. Além de expor seu projeto de organização das cadeiras, também colocou mudanças na organização das escolas.

Há outras disposições regulamentares e tem em vista tornar mais fácil e menos dispendiosa a organização d'essas escolas. São ellas: que dentre os professores, um pode ser nomeado director do estabelecimento; que as funções de secretário e bibliothecario podem ser exercidas por um dos professores; accrescendo apenas ao seu ordenado a gratificação

correspondente ao vencimento d'aquelles cargos, isto é, recebera mais de 600:000 annuaes. (O ESTADO DE S. PAULO, 24/05/1893)

As alterações propostas por Gabriel Prestes foram acatadas e seguiram para a alteração da lei na Assembleia Legislativa. Pode-se perceber que não se trata somente do desvirtuamento de um segmento que serviria como ensino primário, mas também de um barateamento, uma precariedade na distribuição de recursos financeiros para implantação dessas escolas. Considerando um grupo de deputados que se mostrava tão preocupado em seu discurso com a expansão do ensino, houve esforço em reduzir gastos com a educação paulista na época.

As Escolas Complementares funcionaram com essa denominação até o Decreto n.º 2025, de 29 de março de 1911, que converteu as Escolas Complementares em Normais Primárias. Foram chamadas de Reforma Oscar Thompson as mudanças estruturais ocorridas quando este assumiu a Inspeção Geral da Instrução Pública em 1909. De acordo com Nery (2009), Thompson mudou toda a configuração da administração da educação naquele período.

Pouco antes da consolidação da Reforma de 1911, surgiu uma preocupação com as questões de ordem pedagógica nos cursos de formação de professores que se tornou um crescente no decorrer dos anos. Tanuri (1979) aponta que nem mesmo a Escola Normal saiu ileso dessa crítica, e esse fato agravou ainda mais a situação das Escolas Complementares que precisavam de uma remodelação.

### **2.3 Um hiato na trajetória: a Escola Complementar entre sua extinção e seu retorno com novo formato (1911-1918)**

Quando as Escolas Complementares foram transformadas em Normais, elas deixaram uma ausência na formação que vinham desempenhando e deixaram para a Escola Normal o lugar de uma formação alternativa ao Ensino Secundário. Oscar Thompson teve um papel central nesse contexto, tanto em sua extinção em 1911 quanto em sua retomada, em novos moldes, em 1918.

Thompson iniciou sua trajetória como aluno da Escola Normal da Capital entre 1889 e 1891, quando estava sob a direção de Caetano de Campos. Isso representa uma proximidade com as questões que envolviam a formação docente e que influenciou suas

reformas no campo da educação, desde a organização da Escola Primária até a Escola Normal (NERY, 2009).

Nas palavras de Nery:

A partir de 1910, Thompson começa a reestruturar a rede de escolas de formação de professores. Em 30 de dezembro, o orçamento do estado publicado no diário oficial, anuncia a criação das Escolas Normais Secundárias de São Carlos e Itapetininga e da Escola Normal Primária de Pirassununga e Botucatu. Em março de 1911, um decreto converte as Escolas Complementares em Normais Primárias<sup>8</sup> (NERY, 2009, p. 34).

Encerrou-se, assim, um tipo específico de formação de professores, iniciando-se um novo: as Escolas Normais Primárias e as Escolas Normais Secundárias, nas quais, respectivamente, o professor formado na Escola Normal Primária poderia exercer sua função nas Escolas Primárias e os professores formados pelas Escolas Normais Secundárias podiam exercer o cargo nas escolas primárias, nos ginásios do estado e nas Escolas Normais (NERY, 2009).

As Escolas Normais Primárias continuaram com quatro anos de duração e com a mesma estrutura curricular, acrescentando a disciplina de Pedagogia e retirando a Escrituração Mercantil. A Escola Normal Primária possuía agora 11 professores: seis catedráticos e cinco contratados, cada um responsável por uma cadeira ou por uma disciplina (TANURY, 1976 apud NERY, 2009). A idade mínima de ingresso dos alunos subiu para 14 anos. Esta alteração resolveu um dos problemas da Escola Complementar, que era a idade com que os alunos se formavam – entre 15 e 16 anos – tendo que aguardar até os 18 anos para iniciarem suas carreiras.

Com relação ao programa, Buffa e Nosella (2002) afirmam que eram amplos, de caráter enciclopédico, e que não havia um vínculo com o mundo do trabalho, ou seja, visava formar um professor voltado para a cultura geral. Outro ponto importante apontado pelos autores está na formação do professor como um dirigente, uma espécie de guia para uma sociedade harmoniosa. Nas suas palavras, aprendendo um “projeto de desenvolvimento e administração de seu país” (p. 88).

As disciplinas tinham como referenciais a civilização greco-romana e a filosofia especulativo-metafísica, com elementos do positivismo, do evolucionismo e do

---

<sup>8</sup> Com exceção de Itapetininga, que se tornou Normal Secundária.

darwinismo. Os autores apontam que a crença no país do futuro, a prosperidade da nação brasileira, permeava a concepção metodológica da escola.

A Psicologia dava o tom das disciplinas pedagógicas e se contrapunha à filosofia especulativa (BUFFA; NOSELLA, 2002). Predominavam os estudos biológicos do organismo humano. Sendo assim, o que constava no programa de estudos era uma psicologia voltada para o estudo do cérebro, do cerebelo, dos cinco sentidos e dos hábitos.

Buffa e Nosella apontam em sua obra que nas escolas normais havia um preparo e uma competência para ensinar. Essa competência relacionada ao conteúdo e à forma de ensinar eram os grandes valores que refletiam o espírito daquela sociedade, e isso ocorria porque a própria sociedade assim possibilitava.

A partir da Reforma de 1911, a profissão docente passou a ter um rápido crescimento. Monarcha (1999) aponta que por volta de 1914 o número de professores primários no estado de São Paulo chegou a três mil, e no final da mesma década, o número se elevou a seis mil.

A Escola Complementar, agora extinta, foi convertida em Normal Primária e Secundária, e essas novas escolas passam a representar ascensão e prestígio social e profissional. Dentro delas ocorreu um processo de inculcação dos valores deixados pelos reformadores de 1892, conforme aponta Monarcha (1999, p. 240):

Essas gerações mais jovens de normalistas são enredadas em rituais formais e repetitivos, cultuando os heróis do período áureo e luminoso da instrução pública paulista – Antônio Caetano de Campos, Prudente de Moraes, Marcia Priscilla Browne, Cesário Motta Júnior.

Este estudo pretende mostrar parte do processo de transformação das Escolas Complementares em Normais Primárias e a criação das Escolas Normais Secundárias. Acrescentem-se aqui as escolas que surgiram após a Reforma de 1911, que são: Escola Normal Primária de Pirassununga, Escola Normal Primária de Botucatu, Escola Normal Secundária de São Carlos, Escola Normal Primária de Casa Branca e Escola Normal Primária do Braz.

A Escola de Itapetininga, desde a sua origem, estava destinada a ser uma Escola Normal. Devido aos fatos elencados na seção 3 desta tese, ela funcionou como Escola Complementar. A partir de 1911 a Escola Complementar foi extinta e foi instalada a Escola Normal Secundária, criada em 1892.

De acordo com o *Livro Jubilar*, João Lourenço Rodrigues (1930a) relata que a população de Itapetininga não estava satisfeita com uma Escola Complementar e houve um grande empenho para que se cumprisse a promessa e colocasse em execução o Decreto n.º 245. Para isso, foi organizada uma reunião na residência do secretário do interior em 1907.

Para esse fim, chegou a effectuar-se em 1907 uma reunião em casa do Dr. Gustavo de Godoy, então Secretário do Interior, tendo elle comparecido, entre outros, o Senador Coronel Fernando Prestes, o Dr. Candido Motta, Deputado Estadual pelo 1º Districto, o Prof. João Lourenço Rodrigues, Inspector Geral do Ensino, e Pedro Voss, director das Escolas de Itapetininga. (RODRIGUES, 1930a, p. 116)

Candido Motta ficou encarregado de apresentar o projeto à Câmara dos Deputados, mas o projeto foi engavetado.

De acordo com Rodrigues (1930a), Oscar Thompson, Diretor Geral da Instrução Pública na época, chegou a Itapetininga no ano de 1910. Fernando Prestes era o presidente do Estado. Thompson relatou sua boa impressão sobre a Escola para mais uma tentativa de instalação da Escola Normal.

Contando com a ajuda de Júlio Prestes, deputado pelo distrito, a Lei do orçamento autorizou finalmente a execução do Decreto n.º 245, de 20 de julho de 1892. A Escola Normal Secundária começou a funcionar no dia 20 de fevereiro de 1911. Rodrigues assim descreveu: “A Escola Complementar esse anno já não teve as suas secções do primeiro anno, os alumnos do 2º anno conseguiram do Governo a matricula no 1º anno da Escola Normal.” (RODRIGUES, 1930a, p. 117).

No município de Piracicaba, após incessantes pedidos de instalação de uma escola secundária, em 1897 foi criada e instalada a Escola Complementar de Piracicaba. Na memória dessa instituição – que hoje abriga a Escola Estadual Sud Mennucci– a criação da Escola Complementar marcou o início e a história desta escola. Em 1910, a Escola Complementar foi convertida em Escola Normal Primária de Piracicaba que começou a funcionar em abril de 1911. O Grupo Escolar Moraes Barros funcionou como grupo modelo para a prática de ensino dos normalistas de abril de 1911 a agosto de 1912. A partir de abril de 1912, funcionou também a Escola Modelo Isolada para o

mesmo fim (RODRIGUES, 1930a). A prática pedagógica era realizada no Grupo Escolar Modelo e em duas escolas isoladas modelo<sup>9</sup>.

O antigo prédio da Sociedade Propagadora da Instrução, onde funcionava antes a Escola Complementar e onde inicialmente foi instalada a Normal Primária, não mais atendia a demanda da nova escola. Sendo assim, Rodrigues aponta a solução:

Com o sempre crescente desenvolvimento da instituição,urgia dar-lhe mais conveniente instalação. O prédio da antiga Propagadora, por sua localização num arrabalde, prestava-se muito bem para servir de internato; a Escola Normal, porém, funcionando sob o regime de externato, obrigava os alumnos a um longo trajecto diário. Para obviar a esse inconveniente o Governo do Estado fez construir um grande e magnífico edificio, muito bem situado, em amplo terreno do Bairro Alto, doado pela Camara Municipal. Geria então a pasta da Agricultura o Dr. Paulo de Moraes Barros, que muito se interessou por este importante melhoramento – verdadeiro marco assinalando inicio de uma nova phase de prosperidade e progresso. (RODRIGUES, 1930a, p. 141)<sup>10</sup>

Nesta passagem é possível observar o indicativo de Rodrigues de que a presença de um político piracicabano no governo do Estado corroborou com a construção do novo prédio para a Escola Normal, denotando a importância da força política local no desenvolvimento educacional das cidades, tal qual havia ocorrido em Itapetininga.

No início do século XX, segundo os índices do período, Piracicaba contava com uma população escolar elevada. O fato de Piracicaba ter ganhado contornos de cidade de instrução talvez se deva por estar atrelada à proximidade com os poderes estadual e federal (HONORATO *et al.*, 2019). Basta ver a ação dos irmãos Manoel e Prudente de Moraes Barros, elite política responsável por proporcionar a expansão escolar.

Nesse sentido, Honorato *et al.* (2019) constata que o processo de escolarização se uniu ao projeto de modernização das cidades. Pode-se notar essa relação entre escolarização e modernização em Piracicaba. Isso somente ocorreu graças a “uma rede de agentes políticos, religiosos e representantes da sociedade civil que levaram avante o que poderíamos denominar de um projeto de organização e expansão escolar em Piracicaba” (HONORATO *et al.*, 2019, p. 8)<sup>11</sup>, fato que colocou Piracicaba na vanguarda por ter sido uma das primeiras cidades do Estado de São Paulo a receber o Grupo Escolar e a Escola Complementar. Por outro lado, a pergunta que se deve fazer é

<sup>9</sup> Conforme *Anuario de Ensino* de 1913, p.591.

<sup>10</sup> As aulas só tiveram início nesse novo prédio no ano de 1917.

<sup>11</sup> Esse perfil conferiu à cidade o título de Ateneu Paulista.

por que Piracicaba, ao contrário de Itapetininga e São Carlos, ainda que com processos distintos, como já visto, recebeu a Escola Normal Primária e não a Normal Secundária (*status superior à Primária*).

Assim como em Itapetininga, na escola Complementar de Piracicaba o diretor era a autoridade máxima. Ele representava o Estado dentro da instituição. De acordo com Honorato (2011), o diretor comandava a escola conforme os princípios da administração pública burocrática e por demandas pessoais e políticas. Outro dado importante mostrado pelo autor é o fato de as Escolas Complementar e Normal de Piracicaba formarem o aluno de baixa situação econômica, que buscava uma profissionalização. Em 1901, foi fundada a Escola Prática Luiz de Queiróz, cujos alunos provinham da elite econômica.

Em Guaratinguetá também ocorreu a transformação da Escola Complementar em Escola Normal Primária. A Escola Normal Primária de Guaratinguetá também começou a funcionar como tal em abril de 1911. Percebe-se ter havido, nessa época, dois fatores importantes a respeito de Guaratinguetá: a decadência do café na região do Vale do Paraíba e a crescente demanda escolar.

Em 1912, Guaratinguetá possuía uma população geral provável de 42000 habitantes, com uma população em idade escolar de 6000 crianças. Havia 2564 alunos que frequentavam as escolas públicas estaduais, 31 alunos frequentavam as escolas municipais e 476 frequentavam estabelecimentos particulares de ensino. Dessa forma, 50,8% da população em idade escolar frequentava escolas, índice bem acima da média estadual, que chegava a 30% de crianças em idade escolar matriculadas.

A mesma situação das anteriores pode ser observada em Campinas. A Escola Normal Primária de Campinas passou a funcionar concomitante às outras no mesmo ano da reforma. No *Anuario do Ensino* de 1911 constava como auxílio à prática de ensino dos normalistas um grupo escolar modelo e duas escolas isoladas modelo.

Teixeira Júnior (2002) aponta que nesse período de transformações das Escolas Complementares houve as duas únicas reuniões da Congregação realizadas na Escola Complementar de Campinas, em 1906. O objetivo dessas reuniões era justamente debater uma reforma no curso complementar, mediante as críticas mencionadas no capítulo anterior.

Antônio Alves Aranha, em seu relatório, aponta para a inclusão das disciplinas pedagógicas no programa das Escolas Complementares (TEIXEIRA JÚNIOR, 2002).

Ainda de acordo com o autor, os professores foram convocados a manifestarem sugestões para a remodelação das Escolas Complementares.

Destaca-se, na proposta de professores da Escola Complementar de Campinas, que todos os conteúdos são mantidos, apenas reorganizados em cadeiras; através do critério de proximidade entre as disciplinas (português, francês, matemática e astronomia, história e geografia). (TEIXEIRA JÚNIOR, 2002, p. 216-217).

Em 1910, a Lei n.º 1245 de 30 de dezembro do mesmo ano criou uma Escola Complementar em Pirassununga, mas antes de ela ser instalada já passou a ser Normal Primária (RODRIGUES, 1930a, p. 203). Rodrigues informa a participação do Coronel Manoel Franco da Silveira, político local, do Senador Lacerda Franco e do Deputado Mario Tavares para a instalação da escola.

João Lourenço Rodrigues descreve que a inauguração oficial da escola ocorreu no dia 11 de julho de 1911 e contou com a presença do Secretário do Interior Dr. Carlos Guimarães, do Diretor da Instrução Pública, Dr. Oscar Thompson, do Diretor da Escola Normal da Praça Ruy de Paula Souza e de deputados do distrito (RODRIGUES, 1930a).

Na escola de Botucatu ocorreu o mesmo fato ocorrido na escola de Pirassununga: era para ser instalada uma Escola Complementar, mas diante do projeto engavetado ela se tornou Normal Primária em 1911. Foram encontrados poucos dados sobre ela, de modo que serão utilizados o *Livro Jubilar* e o *Anuario do Ensino* de 1991 para que sejam apresentadas algumas informações.

A escola foi instalada em 27 de abril de 1911, com uma classe masculina e outra feminina, mas sua instalação oficial em edifício próprio somente ocorreu em 24 de abril de 1916. As aulas tiveram início em 16 de maio de 1911 (RODRIGUES, 1930a). A primeira turma que se formou na escola no ano de 1914 era composta de quatro homens e 24 mulheres, num total de 28 alunos.

Em São Carlos, a Escola Normal Secundária foi criada pelo Decreto n.º 1998, de 4 de fevereiro de 1911. Seria a segunda Escola Normal Secundária do interior paulista. São Carlos pleiteava uma Escola Complementar e já estava se estruturando para receber a escola. Silva (2009) aponta a influência política de Carlos Botelho, secretário da agricultura do governo de Jorge Tibiriçá, que já havia providenciado o prédio da escola. Conforme Silva,

já havia providenciado o prédio da nova escola que apresentava na fachada a inscrição "Escola Complementar Conde do Pinhal". O Governo estadual, frustrando os planos de Botelho, decidiu pela extinção das escolas complementares com a conversão das três escolas complementares que funcionavam no estado (Piracicaba, Campinas e Guaratinguetá) em escolas normais primárias, pelo Decreto 2.025 de março de 1911. (SILVA, 2009, p. 41)

Segundo Silva (2009), o prédio da Escola Complementar ficou fechado por dois anos, até que Padua Salles, influenciado por políticos da região, tentou aproveitar o prédio para ser uma escola profissional nos moldes de Buenos Aires. A partir daí, houve a participação de João Lourenço Rodrigues, que redigiu um relatório acerca das instalações da Escola Complementar Conde do Pinhal.

Nessa visita, observa-se João Lourenço Rodrigues atuando da mesma forma como descreve seu primeiro inquérito em Amparo, sua cidade natal, em 1894. Como relatamos, depois de formado, João Lourenço Rodrigues se vê distante de sua escola e colegas e logo publica um artigo apontando as deficiências do ensino e a necessidade dos novos métodos naquela cidade. Por tal artigo, João Lourenço Rodrigues foi chamado à Inspeção da Instrução Pública e passa a trabalhar com Oscar Thompson para aprender como se aplicavam os novos métodos na Escola Modelo do Carmo. Dessa experiência, parece nascer uma segunda forma de estratégia, que se torna o cartão de visitas da modernidade pedagógica paulista como inspeção dos estabelecimentos, a verificação de suas condições e o receiptário dos materiais necessários, da construção de adaptação de prédios adequados e da formação do professor. (SILVA, 2009, p. 42)

Diante disso, a melhor solução encontrada foi instalar no prédio da Escola Complementar uma Escola Normal Secundária. De acordo com Silva,

O projeto foi apoiado por Oscar Thompson, então Inspetor Geral da Instrução Pública de São Paulo, e concretiza-se por meio do artigo 45, da Lei Orçamentária do Estado, n. 1245, de 30 de Dezembro de 1910, propiciando a criação da Escola Normal Secundária de São Carlos. Em 3 de fevereiro de 1911, foram feitas as primeiras nomeações do pessoal docente e administrativo da escola. O prédio da Escola Complementar Conde do Pinhal também foi julgado insuficiente para abrigar a Escola Normal Secundária, que ficou lá instalada provisoriamente, mas já se pensava na construção de um edifício condizente com sua importância. (SILVA, 2009, p. 43)

A Escola Normal Secundária ficou instalada provisoriamente até 18 de setembro de 1913, quando foi inaugurado o edifício próprio. Para eles, a instalação da escola significou a criação de um quartel-general pedagógico na região (BUFFA; NOSELLA, 2002). Por ela passaram os membros da elite, sobretudo as filhas dos fazendeiros da região. Além disso, essa elite se fez dominante também no campo da educação, tendo a

escola como um campo de dominação política, econômica e social na região, conforme mostram os autores:

Talvez a conclusão mais importante da aproximação entre um princípio teórico geral e uma escola específica seja afirmar que o trabalho, como princípio pedagógico, nas primeiras décadas desse século, nessa região, assumia feições do fazendeiro de café. Esse importante protagonista atua na criação da Escola, na definição do projeto para a construção do prédio, na composição do corpo docente e, obviamente, na seleção da clientela e até dos conteúdos escolares. Essa atuação ocorre, às vezes, de forma direta, outras, indireta, estabelecendo valores e limites gerais. (BUFFA; NOSELLA, 2002, p. 107)

De fato, a Escola Normal Secundária de São Carlos se tornou uma referência, parte de uma matriz pedagógica que marcou a história da educação da Primeira República no Estado de São Paulo.

A Escola Normal Primária de Casa Branca surgiu da necessidade de professores que pudessem atender a demanda das escolas da região (MONTEIRO, 2016). Antes da criação dessa escola, a população se deslocava para Pirassununga, conforme já indicado. A escola de Casa Branca foi fundada em 1912, pela Lei n.º 1359, de 24 de dezembro. Iniciou suas atividades em 7 de abril de 1913.

Como todas as congêneres, uma escola dessa natureza em Casa Branca teve a participação do deputado Francisco Thomaz de Carvalho. Monteiro (2016), em sua dissertação, aponta que a população da cidade, juntamente com políticos locais, entregou um abaixo-assinado ao Secretário do Interior exigindo a criação de uma escola complementar na cidade. A Câmara Municipal de Casa Branca se comprometeu a fornecer uma verba de 5:000\$000 juntamente com um prédio adaptado para a instalação da escola. A população arrecadou 50:000\$000 e a prefeitura se comprometeu a ceder 20:000\$000 para a instalação da escola.

A Escola Normal Primária do Braz foi criada pela Lei n.º 1359, de 24 de dezembro de 1912, no governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves. Foi uma escola criada exclusivamente para o sexo feminino. Iniciou seus trabalhos em 31 de março de 1913, em um prédio situado na Avenida Rangel Pestana, na capital.

Assim, estavam criadas as Escolas Normais Primárias e Secundárias na capital e no interior. Pode-se notar que todas as escolas recém-criadas já estavam pleiteando, frente ao poder público, a ida para o interior, seja pelo ensino complementar, seja pelo ensino normal. Pode-se notar também que a exigência dessas municipalidades se referia

à demanda crescente por uma educação que iria atender uma sociedade carente de profissionalização em decorrência de problemas econômicos – como no caso de Guaratinguetá –, atendendo a demandas de influência de uma elite – como no caso de São Carlos –, ou até mesmo para conseguir um certo prestígio político – como em Casa Branca.

A Reforma Oscar Thompson encerrou em definitivo a tão criticada dualidade de escolas da formação de professores em São Paulo, nos anos iniciais da República. Além de questões estruturais, houve também uma preocupação com questões de ordem pedagógica, as quais foram ampliadas a partir desse momento de transição. Isso levou à remodelação das Escolas Complementares, elevando seu padrão de ensino por meio da unificação e da homogeneização da escola de formação de professores.

Apesar de críticas que vinham de todos os lados, a Escola Complementar representou um certo prestígio, pois vários municípios demandavam a instalação dessa escola decorrente do aumento do ensino primário, que conseqüentemente exigiu escolas de formação de professores.

Itapetininga finalmente conseguiu a tão almejada Escola Normal Secundária que havia sido preparada desde 1984. A escola de Guaratinguetá serviu para atender a demanda por escolarização cada vez mais crescente na cidade. A escola de Piracicaba reforçou a fama de cidade de instrução juntamente com as instituições públicas e privadas da cidade. Em Campinas, apesar da existência do Ginásio, a Escola Complementar foi instalada. São Carlos, Pirassununga, Botucatu e Casa Branca estavam pleiteando uma Escola Complementar, devido ao projeto engavetado pelos legisladores, e finalmente conquistaram suas almeçadas Escolas Normais Primárias.

Os Anuários de Ensino retratavam a transição das Escolas Complementares para Normais Primárias, bem como a criação das outras como uma necessidade urgente que havia sido protelada. Tendo como principal referência a Escola Normal da Capital, como “*alma mater*” da Escola foi apontada nos anuários a introdução dos conhecimentos da Pedagogia, tão importante para a formação de futuros professores.

Taxados como “professores de verdade”, a Escola Normal da Capital permaneceu como referência para as outras escolas normais primárias em Guaratinguetá, Campinas e Piracicaba, dando a entender que foi através dela que se determinou o trabalho nas outras.

Isso representou mais uma vez uma hierarquização profissional. As Escolas Complementares foram denominadas de Normais Primárias (com exceção de Itapetininga). Basta verificar os apontamentos de Nery (2009) quanto à questão da estrutura curricular:

O que ocorre com a transformação da Escola Complementar em Normal Primária não é a elevação de uma à outra, mas, o término de um tipo de formação de professores. Assim, elimina-se um modelo para implantar um único, com base no desenvolvido pela Escola Normal da Capital, porém diferentes quanto à estrutura curricular, orçamento e destinação dos egressos. (NERY, 2009, p. 38)

Não demorou muito e algumas críticas começaram a aparecer. O inspetor escolar Theodoro de Moraes, no seu relatório para o *Anuario do Ensino* em 1910, fez uma crítica contundente acerca do preparo dos alunos que saíam do curso preliminar e se dirigiam ao curso normal. Para ele, apenas quatro anos de estudos no ensino primário não eram suficientes para que os alunos adquirissem conhecimentos necessários para se formar professores, gerando “um verdadeiro desequilíbrio para a disciplina intelectual do aluno” (ANNUARIO DO ENSINO, 1910, p.14). Theodoro aponta que a distribuição do ensino em preliminar e complementar era mais eficaz, pois “estabelecia em toda a extensão do programa de ensino primário uma marcha racionalmente concêntrica, gradual e intensiva” (ANNUARIO DO ENSINO, 1910, p.14).

#### **2.4 A Escola Complementar renasce: etapa preliminar na formação de professores**

A Lei n.º1579, de 19 de dezembro de 1917, estabeleceu que o curso complementar voltaria a funcionar como um curso anexo a cada uma das escolas normais do estado. Sua função nesse momento pareceu finalmente cumprir o que determinava a Lei n.º 88, de 8 de setembro de 1892: completar o ensino primário. Entretanto, outra função foi agregada a ela: preencher o hiato na formação dos alunos que ingressavam na Escola Normal tendo cumprido o Curso Primário, e com um interstício entre as duas escolas ao preparar candidatos para o ingresso ao primeiro ano das escolas normais. Dessa forma, a Escola Complementar continuou a participar da formação de professores enquanto uma pré-formação não obrigatória. Não foi possível analisar a porcentagem de egressos da Escola Complementar que continuavam a formação na Escola Normal, algo a ser investigado futuramente.

A lei determinava que o curso complementar seria de dois anos e os alunos seriam separados por sexo. Os professores das Escolas Normais seriam os responsáveis pelas aulas. Sendo assim, em cada Escola Normal houve uma Escola Complementar.

A visibilidade da Escola Complementar permaneceu nos jornais da época, sendo muito frequentes as publicações de notícias acerca dos exames de admissão nas Escolas Complementares. Isso denotava sua importância social, tendo em vista os índices de analfabetismo e a possibilidade de escolarização pública da época.

Três anos depois ocorreu outra alteração na estrutura do curso complementar. A Lei n.º 1750, de 8 de dezembro de 1920, aumentou em mais um ano o curso complementar, ou seja, de dois para três anos. Continuou anexa a Escola Normal, destinando metade das vagas para os melhores alunos dos grupos modelo e outra metade mediante o curso de admissão. Assim conformado o acesso, somente bons alunos teriam ingresso na Escola Complementar. Daí, pergunta-se: haveria uma tentativa de criação de uma elite de professores formados pela Escola Normal ao se investir tanto na sua formação quanto nas condições de acesso à Escola Normal e à Escola Complementar?

Com Pedro Voss à frente da Diretoria Geral da Instrução Pública, uma nova Reforma foi realizada em 1925. A Escola Complementar novamente sofreu alterações: o curso passou a ser de dois anos de duração e as vagas destinadas aos egressos da Complementar para a Normal passaram a ser de 70%. A mesma lei estabeleceu que o ensino público no estado era dividido em Primário, Complementar, Secundário, Profissional e Superior, dando, por tal via, destaque ao Ensino Complementar ao subordiná-lo como etapa da escolarização pública, sem, contudo, ser obrigatória.

Em 1927 teve início a chamada Reforma Amadeu Mendes, Diretor Geral da Instrução Pública na época. Essa reforma estabeleceu a equiparação entre as Escolas Normais Oficiais e as Escolas Normais Livres. A Escola Complementar foi responsável por preparar os alunos para o ingresso em ambas<sup>12</sup>. Para as Escolas Normais Oficiais, 80% das vagas eram destinadas aos egressos das Escolas Complementares, ampliando ainda mais a importância dessa etapa escolar para a formação do professor pela Escola Normal. Vale lembrar que a disponibilização de vagas na Normal passou de 50% com a Reforma Sampaio Doria para 80% com a Amadeu Mendes. Nesta última, a duração do

---

<sup>12</sup> Os alunos vindos do Ginásio também poderiam ingressar nessas escolas, conforme aponta Inoue (2015, p.37).

curso retornou aos três anos previstos na Reforma Sampaio Doria, que fora diminuído pela Reforma Pedro Voss.

Chama a atenção o fato de a Escola Complementar ser uma ligação importante no sistema educacional paulista e uma promessa para o auxílio da expansão do ensino primário, ao mesmo tempo sendo responsável por contribuir para o suprimento da demanda de professores no estado.

De maneira indireta, ela foi sendo equiparada ao Ginásio, pois possuía os mesmos privilégios no que tange o acesso às Escolas Normais; mas em nenhum momento a legislação enxergou a escola como ensino secundário. Em termos quantitativos havia mais escolas complementares do que ginásios no estado de São Paulo.

A Escola Complementar, tal qual concebida em 1892, deixou de existir com a publicação do Decreto nº 2025, de 29 de março de 1911. Retorna como anexa a Escolas Normais Primárias e Secundárias em 1917, pela Lei nº 1579, de 19 de dezembro de 1917, permanece nessa posição até 1931, com o decreto nº 19.890, de 18 de abril, que determinou no seu artigo segundo que o ensino complementar faria parte do ensino secundário até ser extinta pelo Código de Educação de 1933.

Essa foi a última vez que a Escola Complementar apareceu na estrutura do ensino paulista. Nesta fase, ela foi finalmente agregada como parte do ensino secundário e continuou sendo um meio de acesso à matrícula em determinadas instituições de ensino, conforme aponta o artigo 576 da referida lei.

## **2.5 Enfim, qual seria o lugar da Escola Complementar na organização do ensino paulista?**

Sobre a importância da Escola Complementar, Nery (2009) indica que na reunião da Sociedade de Educação de 17 de outubro de 1924, Almeida Júnior argumentou sobre a necessidade de um controle maior para o ingresso de alunos na Escola Normal e apontou a Escola Complementar como passagem obrigatória para o ingresso no magistério. Esse fato é um forte indício da importância da Escola Complementar como elo ao Ensino Normal, uma permanência de sua importância para a instrução pública.

Ainda sobre essa colocação, Nery (2009) aponta que nessa reunião, o diretor da Escola Normal da Capital, Renato Jardim, se opôs a Almeida Júnior, mas foi voto vencido, uma vez que a Escola Complementar continuou sendo colocada como um ponto importante no sistema educacional paulista.

As Escolas Complementares, segundo a Lei n.º 88 de 1892, deveriam ofertar o curso primário complementar com a duração de quatro anos e destinado aos alunos habilitados no curso primário preliminar. Sua finalidade consistia em uma preparação para a escola secundária. No entanto, mais tarde, passou a se descaracterizar. Antunha (1976, p. 80) afirma que o curso complementar “não se constituía inicialmente em uma passagem obrigatória para os cursos de nível secundário – normal e ginásial”. Com quatro anos de duração, permaneceu até quando foi extinto em 1911. Ao retornar em 1918, o curso passou a ser organizado em dois anos. A partir da Reforma Sampaio Doria, passou a ter três anos de duração.

A ausência de definição clara dos níveis de ensino indicada por Antunha (1976) requer uma análise da relação entre o Ginásio e a Escola Complementar. É preciso apontar, a título de comparação, a estrutura do Ginásio, determinada pela Lei n.º 88, de 1892, e pelo Decreto n.º 218, de 27 de novembro de 1893. Antunha aponta uma semelhança do Ginásio com a Escola Complementar: a mesma legislação que criou a Escola Complementar também criou o Ginásio, porém há algumas diferenças que impossibilitam que ambas sejam colocadas no mesmo nível, ainda que tivessem finalidades próximas e que atendessem a uma população escolar praticamente da mesma idade.

O Regulamento dos Ginásios de 1895 estabeleceu no seu artigo 77 que a idade mínima para ingresso no curso ginásial seria de 12 anos. Conforme previsto no regulamento, poderiam requerer a inscrição todos os candidatos que comprovassem, por meio de certidões, o pagamento de 50\$000, a aprovação no exame de admissão e, além disso, certificados comprobatórios de saúde (CABRAL, 2008).

A referida autora também faz a seguinte observação acerca de ensino secundário:

Embora os conhecimentos exigidos para o ingresso no ensino secundário fizessem parte das matérias de ensino primário e a Lei de 1892 possibilitasse a apresentação de certificados emitidos pelos grupos escolares como um documento para a realização da matrícula, é importante registrar, nesse momento, ainda não havia uma relação direta entre o ensino primário e o ensino secundário. Assim, o que determinava o ingresso do aluno, de fato era

a sua aprovação no exame de admissão, além do pagamento de taxa de matrícula. (CABRAL, 2008, p. 85)

Durante toda a Primeira República, o ensino secundário não se constituía como uma etapa obrigatória a ser realizada entre o ensino primário e o ensino superior. Ou seja, apesar de estar entre ambos, não era a única possibilidade de ingresso, pois havia também o acesso aos cursos superiores através dos exames parcelados<sup>13</sup>. Cabral aponta que os exames parcelados eram alvo de críticas:

Essa possibilidade fazia com que a maioria dos candidatos ao Ensino Superior optasse pelos exames parcelados ao invés dos cursos seriados como o do Ginásio da Capital. Tais exames instituídos no período imperial, foram objetos de inúmeras críticas por parte das autoridades educacionais, no entanto permaneceu vigentes até 1930, uma vez que ofereciam aos estudantes as vantagens da conclusão do secundário em menos tempo. (CABRAL, 2008, p. 05)

A Escola Complementar previa um curso de quatro anos, enquanto o Ginásio era organizado em seis anos. Portanto, a carga horária do Ginásio era muita mais extensa do que da Escola Complementar. A carga horária das escolas por si só já determinava uma enorme diferença entre as duas.

**Quadro 1 – Currículo do primeiro ginásio do Estado aprovado em 1895**

<b>Plano de Estudos das Escolas Complementares (1892)</b>			
<b>1.º Ano</b>	<b>2.º Ano</b>	<b>3.º Ano</b>	<b>4.º Ano</b>
Português	Português	Português	Física
Francês	Francês	Elementos de trigonometria e mecânica	Química
Aritmética	Álgebra e escrituração mercantil	Cosmografia	História Natural
Geografia do Brasil	Geometria plana e no espaço	Geografia e História geral	Noções de Higiene
História do Brasil	Educação cívica	Trabalhos manuais apropriados à idade e ao sexo e exercícios ginásticos	Economia Doméstica
Caligrafia, desenho e exercícios de ginástica	Desenhos e Exercícios militares		

Fonte: elaboração da autora.

<sup>13</sup>Conforme Decreto n.º 668, de 14 de novembro de 1891.

**Quadro 2 – Currículo do primeiro ginásio do Estado aprovado em 1895**

Ordem	Cadeiras	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano
1. <sup>a</sup>	Português	4	4	3	3	1	1
2. <sup>a</sup>	Francês	4	3	2	2	1	1
3. <sup>a</sup>	Inglês	-	-	1	3	2	2
4. <sup>a</sup>	Alemão	-	-	1	3	2	2
5. <sup>a</sup>	Italiano	-	-	-	2	2	2
6. <sup>a</sup>	Latim e noções de Grego	-	4	4	3	2	2
7. <sup>a</sup>	Aritmética e Álgebra	3	3	2	2	1	1
8. <sup>a</sup>	Geometria e Trigonometria	-	-	3	3	2	1
9. <sup>a</sup>	Mecânica e Astronomia	-	-	-	-	3	3
10. <sup>a</sup>	Física e Química	-	-	-	2	3	5
11. <sup>a</sup>	História Natural	-	-	-	2	3	4
12. <sup>a</sup>	Geografia e Cosmografia	4	3	2	1	1	1
13. <sup>a</sup>	História	-	-	3	3	2	1
14. <sup>a</sup>	História do Brasil	2	2	1	1	1	1
15. <sup>a</sup>	Antropologia, Psicologia e Lógica	-	-	-	-	3	4

Fonte: Cabral (2008, p. 48).

A formação ofertada pelo Ginásio tinha características de uma escola clássica, com ênfase nas línguas estrangeiras, elitista, preocupada com a preparação para a sequência nos estudos. O currículo da Escola Complementar mais enxuto e com matérias que se assemelham às da Escola Normal como Higiene, Trabalhos Manuais, Ginástica, Educação Cívica e Economia Doméstica.

A Escola Complementar foi organizada de uma maneira mais modesta (HONORATO, 2011) para que pudesse ser expandida. Ocorreram ajustes legais que culminaram na Lei n.º169, de 7 de agosto de 1893. Essa lei reorganizou o pessoal e a formação exigida para o quadro de professores e reduziu o pessoal administrativo para um diretor, seis professores, um secretário, um bibliotecário, um porteiro e um servente.

A Escola Complementar previu um curso de quatro anos, enquanto o Ginásio era organizado em seis anos – uma carga horária muito mais extensa que da Escola Complementar. A carga horária das escolas por si só já determinava uma enorme diferença entre as duas.

A Escola Complementar foi organizada de uma maneira mais modesta (HONORATO, 2011) para que pudesse ser expandida. Ocorreram ajustes legais que culminaram na Lei n.º169, de 7 de agosto de 1893. Esta lei reorganizou o pessoal e a formação exigida para o quadro de professores e reduziu o pessoal administrativo para um diretor, seis professores, um secretário, um bibliotecário, um porteiro e um servente.

Mas não era apenas essa diferença entre a Escola Complementar e o Ginásio, pois a remuneração dos docentes colocava a Escola Complementar em desvantagem com relação ao Ginásio. Os professores do Ginásio recebiam 6:000\$000, enquanto os professores da Complementar recebiam 4:800\$000. Era uma diferença que, conforme se pode inferir, constituía uma hierarquia. Portanto, há perante a legislação uma importância e uma diferença entre os dois segmentos de ensino ao colocar o curso ginásial num patamar mais elevado da organização escolar paulista.

## **2.6 Um arremedo na formação docente?**

Concebida inicialmente como parte do ensino primário na Reforma de 1892, a Escola Complementar foi colocada no centro da questão da formação docente nos primórdios da República em São Paulo.

Para atender a demanda de professores em um momento de estruturação de algo nunca visto em termos de escolarização, o legislador a colocou de ensino primário a categoria primordial dentro do sistema educacional paulista. Com isso, a Escola Complementar ganhou visibilidade e popularidade, conforme apontam os jornais da época. Seus destaques nos periódicos estudados nesta tese vão desde a inauguração dessas escolas, passando pelos pedidos de abertura promovidos pelas municipalidades, eventos sociais e evidência dos alunos ilustres que por elas passaram.

Isso demonstra que essa alternativa viável, que tanto permeou a fala do deputado Gabriel Prestes, tornou-se para a população paulista o meio mais fácil de acesso à escolarização e, conseqüentemente, de profissionalização dos alunos que frequentaram a Escola Complementar. Ela se tornou uma alternativa maleável dentro da legislação, concorreu em status social com os grupos escolares, forneceu a maioria da mão de obra docente para o estado e cumpriu um papel importante para o Primado da Visibilidade do chamado Modelo Escolar Paulista.

Com o passar do tempo, o legislador reconheceu a importância dessas escolas e ocorreu a tão esperada transformação delas em normais primárias, além da criação de outras cuja necessidade de criação já havia sido manifestada publicamente através de jornais – como é o caso de São Carlos e Casa Branca.

Mas o curso complementar continuou vivo nas ideias dos legisladores quando, mais uma vez, foi ressaltada sua importância como via de acesso ao Ensino Normal. A Escola Complementar continuou deixando uma marca e mostrou mais uma vez sua maleabilidade quando, em 1917, tornou-se anexa à normal e, portanto, uma via de acesso imprescindível ao magistério.

Encontram-se nos *Anuários de Ensino* de 1917 e 1918 algumas evidências da importância da reestruturação do curso complementar como elo entre o primário e o normal. Podem ser destacadas algumas evidências em termos quantitativos, uma vez que não foram encontradas evidências de cunho qualitativo. São relatórios dos diretores das Escolas Normais de Itapetininga, Casa Branca, Guaratinguetá e São Carlos que demonstram que o curso complementar teve sua importância ao ser reestruturado pela Lei n.º 1579, de 19 de dezembro de 1917.

O diretor da Escola Normal Secundária de Itapetininga, Pedro Voss, fez uma crítica acerca da qualidade do exame de suficiência para o acesso do curso primário para a Escola Normal. Ele aponta uma deficiência no preparo dos alunos para o referido exame. A solução, segundo Voss, foi a instalação do curso complementar anexo, que vinha para auxiliar o acesso do aluno do curso primário com mais qualidade. Em suas palavras:

Felizmente, porém a Lei nº 1579, de 19 de dezembro de 1917, que estabelece algumas das posições sobre a Instrução Pública do Estado, criou também um curso complementar anexo a cada uma das escolas normaes, destinado a completar o ensino primário e a preparar os candidatos às matrículas no 1º ano dessas escolas. Com esta providência, que estadiectoria vem reclamando há annos, estará sannado o mal e desaparecerá o hiato que existe no apparelho escolar paulista. (ANNUARIO DO ENSINO, 1917, p. 223)

No *Anuário*, o diretor da Escola Normal Primária de Casa Branca, Moysés Horta de Macedo, também demonstrou a importância do curso complementar anexo, principalmente no que se refere à organização curricular. Para ele, pode-se aproveitar o curso complementar para reforçar as disciplinas comuns no curso normal.

Com a criação do curso complementar parece-me que estes inconvenientes poderão ser removidos, porquanto, sendo o ensino de aritmética e álgebra feito no referido curso, bastará para que essas disciplinas sejam ensinadas apenas no 1º ano da Escola Normal, passando o de geometria a ser ensinado tão somente no 2º ano. Por essa forma, desapareceriam os inconvenientes acima apontados, havendo ainda a vantagem de diminuir o trabalho do professor dessas cadeiras, o qual tem presentemente, quatro horas de aulas por dia. (ANNUARIO DO ENSINO, 1917, p. 228)

Gastão Strang, diretor da Escola Normal Primária de Guaratinguetá, também defendeu a criação do curso complementar como substitutivo dos exames de admissão. O diretor da Escola Normal Secundária de São Carlos, Mariano de Oliveira, também evidenciou a importância da Escola Complementar em sua relação com a Normal.

É importante observar que as Escolas Normal e Complementar, a partir de 1917, possuíam o mesmo diretor, já que funcionavam no mesmo prédio e a Complementar se tornou requisito para o acesso ao ensino normal. Portanto, pode-se inferir, de acordo com as fontes, que havia um elo real entre elas, estabelecido entre os professores e, especialmente, entre os diretores, que eram os responsáveis pelo funcionamento burocrático e pedagógico dos dois cursos simultaneamente. Isso permite a compreensão de que havia uma unidade entre os cursos, mesmo que apenas de maneira quantitativa.

Dos questionamentos lançados ao longo da seção acerca da verdadeira finalidade e representação da Escola Complementar dentro do sistema escolar paulista, iremos propor algumas respostas, de acordo com as fontes que elencamos na presente tese. Lançamos nesta seção duas perguntas. São elas:

Qual o papel da Escola Complementar na constituição do sistema estadual da educação em São Paulo? Em especial, o lugar deste tipo escolar na organização do sistema público de ensino?

A Escola Complementar foi adaptada à legislação com o passar dos anos, mas sempre atrelada à formação de professores e às Escolas Normais. Mesmo havendo uma resistência do legislador em elevá-la a hierarquia e adequá-la ao ensino secundário, ela permaneceu como estruturante do sistema escolar paulista até a sua última aparição na legislação em 1931, quando ela se agregou definitivamente ao ensino secundário.

Ao contrário do que dizem alguns autores, as Escolas Complementares exerceram uma função importante no processo de escolarização paulista até os anos de 1930, na profissão docente e na sua representação na sociedade da época. Por elas passaram professores e alunos que contribuíram para a disseminação e alocação de

professores. Também passaram figuras importantes para o cenário da instrução pública paulista, conforme será tratado adiante.

Outra questão levantada é: haveria uma tentativa de criação de uma elite de professores formados pela Escola Complementar? A carreira de parte de seus egressos foi fundamental para criar uma rede de influências dentro e fora das escolas e à frente de tomada de decisões e organizações de legislação e metodologias educacionais, sendo fundamentais para a organização do campo educacional paulista e a construção do sistema estadual de ensino. Alguns atuaram de maneira direta como agentes implantadores das reformas da instrução pública paulista. O jornal *Correio Paulistano*, por representar o grupo político dominante, deu visibilidade a essas ações.

# 3 OS PROFESSORES DA ESCOLA COMPLEMENTAR E SUA REPRESENTAÇÃO NA CULTURA ESCOLAR E NO JORNAL *CORREIO PAULISTANO*

---

O presente capítulo busca analisar e compreender quem eram os professores que atuaram nas Escolas Complementares desde a fundação até a sua extinção. Para que se possa compreender de que maneira essa escola estava inserida na estrutura da instrução pública paulista, é necessário investigar quem eram os professores que compunham o corpo docente nessas escolas. Além disso, cabe indagar: qual formação era exigida para o exercício do magistério nas escolas complementares? Na hierarquia da organização educacional paulista, qual era o lugar ocupado pelos professores dessa escola? Qual era a representação social sobre esse segmento docente?

Dentro da perspectiva dos conceitos de Cultura Escolar (BENITO, 2017) e da noção de Representação (CHARTIER, 1991), será investigado de que maneira ocorreu o ingresso e a nomeação desses professores, bem como a circulação desses profissionais entre as Escolas Complementares. Tem-se aqui o auxílio da documentação oficial produzida pelos inspetores através dos *Anuários de Ensino*, as teses produzidas sobre as Escolas e os textos publicados pelo jornal *Correio Paulistano*.

Conforme aponta João Lourenço Rodrigues em *Um retrospecto*, a Escola Complementar “serviu de paradigma ao novo typo escolar estipulado pela Reforma de 1892, em substituição as escolas de segundo grau preconizadas por Caetano de Campos e já estava prevista na Reforma de 1890” (RODRIGUES, 1930b, p. 371). Para o autor, o caráter inicial das Escolas Complementares seria puramente cultural e propedêutico, implantado no formato das *Grammar School* norte-americanas, das *École Primaire Supérieure* francesas ou das *Higher Elementary School* inglesas. Essa função das Escolas Complementares foi desconsiderada pelos legisladores quando se alterou a lei, visando à formação de professores que atendessem a crescente demanda do Estado.

A nova proposta da Escola Complementar, alterada pelo legislador, e sua finalidade propedêutica, permitem a inferência de que o corpo docente das Escolas Complementares deveria ser composto de professores qualificados para tal proposta. O objetivo deste capítulo é compreender o perfil dos professores das Escolas Complementares para entender o lugar desse tipo escolar na organização do ensino público paulista. Para tanto, busca-se saber quem foram os professores das Complementares, como eram selecionados, como se concretizou a

hierarquia, seus vencimentos, dentre outros aspectos que colocaram a Escola Complementar como um elo importante ao longo de sua existência na educação paulista.

Baliza este capítulo, como referencial teórico, o conceito de Cultura Escolar proposto por Agustín Escolano Benito (2017), a fim de que sejam compreendidas as relações criadas entre a Escola Complementar e o sistema escolar paulista, por meio das trocas entre culturas escolares.

Os docentes das Escolas Complementares estão situados entre o que foi determinado pela legislação e o que ocorria na prática dentro das escolas. Principalmente no período inicial das reformas educacionais (1892), verificar as práticas e relações estabelecidas pelos professores é, de acordo com Benito (2017, p. 85), perceber parte fundamental da cultura escolar, pois “a cultura prática da escola se transmite e circula entre os docentes por meio de diversos canais de sociabilidade profissional e também cultural”.

Mais adiante, será evidenciado que os professores das Escolas Complementares foram fundamentais para que se criassem redes de influência dentro e fora das escolas. Alguns deles se tornaram de influentes e expressivos na educação paulista da época, conforme corrobora Benito:

[...] mostra-se interessante verificar, por exemplo, como as reformas administrativas do ensino lançaram mão de categorias e conceitos procedentes do âmbito acadêmico, como o intento de atribuir valor de modernidade e cientificidade aos programas de inovação. Também é possível constatar como os discursos pedagógicos formulados por teorias se punham, em algumas ocasiões, a serviço das burocracias do sistema educativo, configurando-se, desse modo, seus atores e círculos intelectuais como pedagogos orgânicos ou como grupos ou lobbies de influência. (BENITO, 2017, p.93)

Compreender a trajetória e a ação desses professores que foram agentes e implantadores das reformas da instrução pública paulista é importante para se entender o lugar que a Escola Complementar ocupou dentro dessa estrutura da educação, bem como a sua relevância durante o período em que ela existiu. Por isso, esta seção terá início com a constituição do corpo docente da escola e sua representação social constituída nas páginas do jornal *Correio Paulistano*. Utiliza-se, na presente tese, o conceito de representação proposto por Chartier (1991, p. 183), definido por esquemas de classificação construídos pelos indivíduos, os quais produzem sentido à organização social e são também “as matizes das práticas construtoras do próprio mundo social”. As representações variam conforme os grupos dos quais os indivíduos participam, portanto, “estão sempre determinados pelos interesses dos grupos que as forjam” (CHARTIER, 1991, p. 17).

Da mesma forma, conforme visto até aqui, nesta seção foi analisada a legislação – principalmente as reformas de ensino –, os jornais e os relatórios de agentes da instrução pública, bem como textos de autores que participaram do momento e pesquisas realizadas no campo da Educação.

A partir da análise dos textos publicados no jornal *Correio Paulistano* que trazem elementos sobre os professores das Escolas Complementares, pode-se identificar como ele construiu a imagem do professor naquele momento, ou seja, de que forma o jornal apresentou e quais vozes elegeu para definir a representação desse corpo docente. Ao divulgar elementos (ou indícios) da “vida cotidiana das instituições”, o jornal pode ter contribuído para a valorização dessa instituição dentre seus leitores, como também para subsidiar a análise desta tese sobre o funcionamento da Escola Complementar e as representações sociais dessa Escola. Olhar a constituição do corpo docente da Escola Complementar é atribuir um valor de memória e reconhecimento da importância dessa Escola, sendo tanto pelo valor educativo e pedagógico que agregava, quanto pelo espaço ocupado pela ausência de outras instituições (Escolas Primárias de 8 anos e Escolas Normais). Mostra-se, também, que a Escola Complementar foi o elo articulador dessa estrutura de ensino e ocupava uma lacuna no sistema escolar paulista. Os professores que nela trabalharam deram a esse sistema escolar (não somente à Escola Complementar) a marca, a identidade e a representação das reformas ocorridas ao longo do período estudado.

Observar como os impressos da época disseminam informações e forjam representações, assim como a legislação e o que ocorreu no interior dessas escolas, é dar voz aos sujeitos direta ou indiretamente envolvidos nas reformas da instrução pública. O jornal representou um grupo político e social; a legislação representou o governo e suas determinações ideológicas e os professores representaram o interior da escola, suas práticas e sua cultura. Todos esses conjuntos de práticas formam a representação da Escola Complementar. De acordo com Chartier,

As práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991, p. 183)

Tem-se, então, neste capítulo, a busca por compreender a maneira como os professores da Escola Complementar ficaram representados para a sociedade leitora de um jornal de

grande circulação, e, ao mesmo tempo, para os sujeitos que estavam inseridos no contexto educacional paulista do período estudado.

### **3.1 Ingresso e nomeação de professores na Escola Complementar**

Serão analisadas, aqui, as formas pelas quais ocorreram o recrutamento de professores para as Escolas Complementares, as nomeações, os concursos e as contratações. É importante observar como se construiu esse corpo docente e os padrões de nomeações organizados dentro da escola, da legislação e da estrutura do modelo escolar paulista.

A Lei n.º 88, de 8 de setembro de 1892, em seu artigo 14, determinou que através de uma regulamentação especial, os professores e diretores das escolas seriam alocados, tendo em vista o melhor desenvolvimento intelectual dos alunos.

Em 1892, há poucas informações acerca da nomeação de professores durante o período de implantação da Escola Complementar. As fontes encontradas para esse período constam nas obras de João Lourenço Rodrigues, as quais terão mais destaque adiante, ainda neste capítulo.

Pode-se iniciar esta discussão a partir do cargo de diretor das Escolas Complementares, que se figura entre os cargos mais relevantes. Honorato (2011) aponta que o diretor era o detentor do maior gradiente de poder dentro da escola. Em suas palavras, o diretor tinha como função:

Controle da função educativa, a qual se afastava da família patriarcal, do preceptor e do mestre-escola. Com efeito, na escola complementar e/ou normal, o diretor simbolizava o Estado no tocante ao funcionamento da instituição de formação de professores [...] a constituição de sua identidade profissional dependia das relações sociais pautadas nos princípios da administração burocrática e demandas pessoais e políticas. (HONORATO, 2011, p. 90).

Honorato também aponta que o cargo era de livre nomeação do governo do Estado, desde que os professores fossem habilitados pela Escola Normal, sendo consideradas as “capacidades administrativas e pedagógicas do indicado, além das demandas políticas dos governantes” (HONORATO, 2011, p. 90). A função de diretor seria, dessa forma, uma possibilidade de carreira para os professores da Escola Complementar e dos Grupos Escolares. Daí a importância de trazer essa função para esta tese, considerando os motivos expostos na sequência.]

O trabalho de Honorato aponta que o diretor era a figura central da Escola Complementar, pois ao mesmo tempo em que representava o Estado no fazer cumprir a legislação, representava a cultura escolar e a aplicação das regras, assim como o que ocorre dentro das instituições no trato com os alunos, na atribuição de tarefas, nas relações com os professores e com os demais funcionários. Em suas palavras:

Ao diretor competia organizar, orientar, contratar, controlar, fiscalizar e informar. Como administrador escolar cabia-lhe garantir a ordem disciplinar, o desempenho pedagógico e o empenho rígido das finanças públicas na administração de pessoal, aquisição de materiais e reformas do prédio escolar. (HONORATO, 2011, p. 91).

O diretor controlava absolutamente tudo o que acontecia dentro da escola e repassava os informes e ocorrências para o governo através de relatórios. Honorato (2011, p. 91) afirma que essa prática “alimentava sua fonte de poder junto aos estratos superiores burocráticos e políticos”.

Além disso, o diretor era reconhecido por sua moralidade, civilidade e prestígio perante a sociedade local (HONORATO, 2011). O mesmo autor aponta a importância do diretor da Escola Complementar de Piracicaba, caso específico analisado por ele, para a sociedade local:

Em Piracicaba, o diretor participava de atos públicos, convidava a “boa sociedade” para os cerimoniais escolares, publicava textos e informes nos jornais locais, enfim como autoridade máxima do ensino, integrava o grupo de notáveis da cidade juntamente com políticos, articulistas, artistas, advogados, vigários, pastores, fazendeiros, empresários, banqueiros, entre outros. (HONORATO, 2011, p. 93)

Tendo em vista a importância do diretor como representante do Estado, pode-se inferir, de acordo com as teses estudadas, que, para esse primeiro momento da implantação da Lei n.º 88, de 1892, os diretores se encarregaram de contratar o pessoal docente e administrativo das Escolas Complementares. Teixeira Junior (2005) relata que Antonio Alves Aranha, primeiro diretor da Escola Complementar de Piracicaba e posteriormente também o primeiro da Escola Complementar de Campinas, inicialmente procurou se cercar de professores de sua confiança e conhecimento.

A Lei n.º 88 de 1892, no artigo 28, determinava que os alunos aprovados nas matérias do segundo ano do curso normal já estavam habilitados como Adjuntos das Escolas Complementares, ficando obrigados a praticarem, durante seis meses, nas Escolas Modelo ou em outras. O artigo 29 determinava que os alunos aprovados no terceiro ano da Escola Normal já teriam o diploma de professor da Escola Complementar. Assim, a lei colocava

como exigência para o exercício da docência nas Escolas Complementares a formação na Escola Normal. No entanto, tal lei é do momento anterior à transformação da Escola Complementar em Escola de Formação de professores.

A Lei n.º 374, de 3 de setembro de 1895, estabeleceu em seu artigo 1.º, parágrafo único: —Os alunos que concluírem o curso complementar e tiverem um ano de prática de ensino, cursado nas escolas-modelo do Estado, poderão, na forma da lei, ser nomeados professores preliminares com as mesmas vantagens concedidas aos diplomados pela Escola Normal. Por outro lado, conforme se verá mais à frente, tal exigência nem sempre se realizava e havia exceção.

Na Escola Complementar de Campinas,

As cadeiras para as quais era obrigatório prestar concurso compreendiam as disciplinas principais dos programas; já as aulas, poderiam ser preenchidas por indicação, como foi o caso de Francisca Pompeo de Camargo, indicada para a aula de trabalhos manuais, e Henrique Sastré, designado para a aula de desenho e trabalhos manuais da seção masculina. (TEIXEIRA JÚNIOR, 2005, p. 62)

Para ser nomeado professor de qualquer seguimento do ensino paulista, a Lei n.º 88 de 1892 estabeleceu a obrigatoriedade do concurso, mas havia uma exceção, conforme determinava o parágrafo único:

Podem também ser admitidos a concurso os candidatos não diplomados, uma vez que já tenham exercido o magistério durante cinco anos. Neste caso, porém, além da prova theorica que será prestada perante a congregação em uma das escolas normaes, e de conformidade com o seu programma, o concurso compreenderá uma prova prática, na regência de todas as classes da Escola Modelo (SÃO PAULO, 1892).

Pode-se compreender, portanto, que devido à implantação dessa primeira Reforma da Instrução Pública surgiu a necessidade de contratação de professores sem a diplomação adequada – a de normalista –, para suprir as necessidades que poderiam surgir em termos quantitativos de demanda de professores.

De acordo com Honorato (2011), a partir de 1904 já se pode verificar a realização de concursos, no caso da Escola Complementar de Piracicaba, mas sem que houvesse candidatos inscritos, o que fez com que o diretor, Honorato Faustino, indicasse sua esposa Antônia de Almeida Oliveira como professora interina.

A partir da Lei n.º 88, artigo 38, criou-se uma hierarquia de professores: Adjuntos Primários, Professores Primários, Adjuntos das Escolas Complementares, Professores das Escolas Complementares, Professores das Escolas Normais Primárias, Professores do Curso

Superior da Escola Normal e Professores dos Ginásios. Diante dessa organização hierárquica, percebe-se pouca diferença entre os ocupantes desses cargos. Tanuri (1979) aponta que um desses cargos, o de “adjunto”, era usado para designar o auxiliar do professor, e exercia também a função de seu substituto caso houvesse impedimento e licença. Após 1917, esta passou a ser a denominação do cargo para todos os docentes das Escolas Complementares, muito provavelmente por poder ser exercido pelos professores das Escolas Normais.

Conforme indica Souza, para ser professor adjunto, a escola teria que ter mais de 30 alunos e o professor que concorria a esse cargo deveria ser formado na Escola Complementar ou ter exercido por 10 anos o cargo de professor interino de escolas provisórias. Poderiam ser aproveitados professores contemplados pelos decretos de 18 de abril de 1869 e de 22 de agosto de 1887, ou seja, sem a diplomação de professor, “mediante exame de matérias que deveriam prestar perante comissão examinadora, independente da formação profissional específica” (SOUZA, 1998, p. 71).

Surgiu também, na hierarquia, o professor “adjunto do diretor” – professores efetivos das escolas isoladas absorvidas pelo grupo escolar na reunião das escolas (SOUZA, 1998). Em relação a esse cargo, Souza faz uma observação:

Posteriormente predominou o critério da livre nomeação pelo governo em conformidade ou não com a indicação do diretor, recaindo sobre professores formados pela Escola Normal ou Escolas Complementares. Dessa forma, o acesso e a ascensão na carreira não validavam a competência profissional certificada por critérios racionais como o concurso e sim a indicação e o privilégio político e pessoal. (SOUZA, 1998, p. 71)

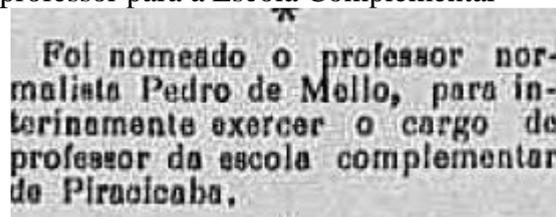
Outras duas categorias de professores também demonstram que havia nomeação de professores sem concurso: professores adjuntos dos grupos escolares e professores substitutos, sendo este último cargo criado para suprir a demora nas nomeações e eventuais afastamentos. Essas nomeações dos professores substitutos eram feitas por ato do Secretário do Interior, e somente os professores formados pelas escolas Normal e Complementar poderiam ser nomeados para esse cargo (SOUZA, 1998).

No retorno da Escola Complementar em 1917, a legislação estabeleceu que os professores das escolas seriam os adidos das escolas normais e os professores distintos dos grupos escolares<sup>14</sup>. O *Correio Paulistano* noticiou com bastante frequência a nomeação docente atendendo tais critérios, como se pode observar na imagem (Figura 1):

---

<sup>14</sup> Artigo 10 da Lei n.º 1579, de 19 de dezembro de 1917.

Figura 1– Nomeação de professor para a Escola Complementar



Foi nomeado o professor normalista Pedro de Mello, para interinamente exercer o cargo de professor da escola complementar de Piraicaba.

Fonte: Correio Paulistano (31/10/1906).

Em 1920, a lei determinou que lentes e professores das Escolas Normais ocupassem as cadeiras das Escolas Complementares anexas<sup>15</sup>. Na Reforma Amadeu Mendes, em 1927, o artigo terceiro determinou que os atuais professores formados pela Escola Normal de cinco anos, os que se formaram na Escola Normal da Praça da República e no curso ginásial completo teriam preferência para ministrar aulas nas Escolas Complementares. Essa preferência deveria ser mediante concurso, ou seja, foi o critério para a inscrição desses professores nos concursos. Esse critério vigorou até a extinção do Curso Complementar. Já a Reforma Pedro Voss, de 1925, era omissa em relação ao professor (denominação utilizada na lei) da Escola Complementar, e nem mesmo indicava se o docente na Escola Normal também poderia exercer sua função na Escola Complementar.

Pode-se inferir que o corpo docente das Escolas Complementares foi determinado pela legislação, partindo do princípio da excelência e do destaque. Mesmo mediante aprovação em concurso público, ter passado por certos níveis de ensino, por certos segmentos, especialmente pela Escola Normal, era pré-requisito importante para ser professor das Escolas Complementares. As formas de acesso foram alteradas ao longo dos anos, demonstrando uma indefinição sobre qual seria a melhor forma de ingresso na docência dessas escolas, qual era o pré-requisito (saberes, formação) e qual seria o lugar dessa escola na estrutura da carreira docente da Instrução Pública Paulista.

Essa característica demonstra a importância da Escola Complementar como um elo de todo o sistema escolar paulista. Portanto, a passagem pela escola normal denota, principalmente, que o professor deveria se apropriar não somente dos métodos pedagógicos, como também de comportamentos e ritos próprios e valores, tendo em vista que o professor era a figura central que propagava os valores educacionais e republicanos da época. Nas palavras de Benito (2017, p. 78),

<sup>15</sup> Parágrafo único da Lei n.º 1750, de 8 de dezembro de 1920.

Para além dos contornos materiais, a cultura da educação se ritualiza em suas dimensões corporativas. Essa ritualização ocorre nos processos de ingresso e desenvolvimento profissional dos docentes no contexto institucional, como também na definição dos territórios ocupados pelos grupos acadêmicos e das regras constitutivas das disciplinas escolares.

A composição desse corpo docente, bem como sua circulação entre Escolas Normais, Grupos Escolares, instituições congêneres, entre outras, revela o que já foi exposto acerca da cultura escolar, ou seja, como ocorreu, através desse corpo docente, a sua legitimação acadêmica e disciplinar.

### **3.2 Remoção e designação: circulação de professores nas Complementares**

O jornal *Correio Paulistano* apresenta muitos dados acerca da circulação desses professores entre Escolas Complementares, Grupos Escolares e Escolas Normais, bem como discussões e pedidos de aumento de salários para os professores que ocuparam cargos administrativos e acúmulo de cargos dentro das escolas. Essas informações possibilitam compreender o perfil do professor dentro das Escolas Complementares e fora dela, em relação à sua visibilidade perante a sociedade paulista do período estudado. Permite ainda visualizar os modos pelos quais os docentes eram contratados para o exercício do magistério nas Escolas Complementares.

Encontra-se no jornal exatamente o que corresponde à lei supracitada: professores dos Grupos Escolares pedindo transferência para as Escolas Complementares anexas de todo o Estado. Há também notícias de muitos professores das Escolas Modelo que se transferiram para as Complementares.

Outro ponto que chama a atenção no jornal são os diretores dos grupos escolares se transferindo para serem professores do curso complementar. É o caso de Estevam Lange Adrian, ex-diretor do grupo escolar “Coronel Manuel Franco”, da cidade de Pirassununga, que se tornou professor da Escola Complementar da mesma cidade (CORREIO PAULISTANO, 01/02/1919). Estão igualmente registrados outros casos de circulação de professores de outras cidades. São exemplos: a Professora Lydia Limongi, transferida do Grupo Escolar Modelo de Guaratinguetá para a Escola Complementar da mesma cidade (CORREIO PAULISTANO, 01/02/1919); o Professor Aprígio Coutinho, do Grupo Escolar Modelo de Casa Branca para a Escola Complementar da mesma cidade (CORREIO PAULISTANO, 01/02/1919); Maria Ferraz de Toledo, professora adjunta do Grupo Escolar

Modelo de Piracicaba, para a Escola Complementar da mesma cidade (CORREIO PAULISTANO, 06/02/1919).

Ex-alunos complementaristas também foram nomeados professores do Curso Complementar. É o caso de Angelina Madureira, que se tornou professora do Curso Complementar de Itapetininga, e de Francisca Elisa, formada pela Escola Complementar de Piracicaba, que passou pelo 1.º Grupo Escolar de Piracicaba como professora e se tornou lente de Ginástica da Escola Complementar da mesma cidade.

As nomeações e remoções de professores aparecem no jornal *Correio Paulistano* ao longo de todo o período da escola mantendo essas características, ou seja, a maioria dos professores saía dos Grupos Escolares para ocupar as cadeiras das Escolas Complementares, o que representava uma ampliação remuneratória de 4:200\$000 para, no mínimo, 4:800\$000 (SÃO PAULO, 1921), conforme mostra a Tabela 1.

**Tabela 1– Comparação de remunerações**

Grupo Escolar		Escola Complementar	
Cargo	Salário	Cargo	Salário
Diretor	4:800\$000 Gratificação a diretor de grupo desdobrado 1:200\$000	Diretor (exercido pelo diretor da Escola Normal <sup>16</sup> )	
Professor Adjunto	4:200\$000	Professor (até 12 aulas semanais)	4:800 Gratificação por aula semanal a mais 10\$000\$ 000

Fonte: Decreto n.º 3356 (SÃO PAULO, 1921).

A Lei n.º 1750, de 8 de dezembro de 1920, alterou para três anos de duração o ensino complementar. Observa-se que houve, nesse período, um aumento da demanda de professores para o curso. A partir daí, conforme as publicações do jornal houve algumas nomeações de professores formados pelas Escolas Normais para ministrarem aulas nas Escolas Complementares. Essas nomeações eram feitas através de designações, conforme aponta o jornal. O que pode significar começar a carreira pela Escola Complementar?

Um exemplo é o caso do professor Luís Sampaio Arruda, designado para reger a cadeira de francês da Escola Complementar de Campinas. O professor ministrava aulas na Escola Normal da mesma cidade (CORREIO PAULISTANO, 19/02/1921). Outro exemplo

<sup>16</sup> Acumulando o cargo de diretor da Escola Normal e da Complementar, o valor percebido era de 9:600\$000, com possibilidade de gratificações por outras funções acumulativas.

consta no jornal do dia 18 de maio de 1923, em que o Estado designa o professor José de Paula Arantes, professor de música da Escola Normal de Casa Branca para a Escola Complementar da mesma cidade. Conforme pode ser verificado nesses dois casos, tem-se a questão do acúmulo de cargo de professores que exerciam a docência tanto nas Escolas Normais quanto nas Complementares.

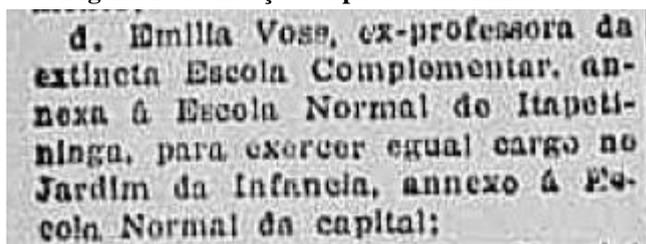
A Lei n.º 1750/1920, em seu artigo 11, definia que “a juízo do governo, [...] lentes e professores das escolas normaes, rejam cadeiras identicas nas complementares anexas” sendotal prática, portanto, amparada legalmente.

Professores adidos das Escolas Complementares convertidas em Normais em 1911 também ocuparam cargos após seu retorno em 1917. No jornal de 20 de agosto de 1929, a professora Elisa Alvares Lobo, adida da Escola Complementar Anexa à Escola Normal de Campinas, foi designada para reger a cadeira de Geografia e História da mesma escola durante o impedimento da professora Esther Barroso Lintz, que estava em cargo comissionado no Grupo Escolar Prudente de Moraes, na capital.

Os professores das Escolas Normais também eram designados para substituir professores na Complementar durante períodos de licença. É o caso da professora Cobalta Vieira Escobar, professora da Escola Modelo Peixoto Gomide, anexa à Escola Normal de Itapetininga, convocada para substituir a professora de ginástica da Escola Complementar Anexa, Lucilia Schritzmeyer de Lima, durante seu afastamento (CORREIO PAULISTANO, 05/08/1928).

Em 1925, há uma nota sobre Emília Voss, esposa de Pedro Voss – naquela altura, Diretor Geral da Instrução Pública – que se encontrava adida pela Escola Complementar de Itapetininga, para exercer cargo no Jardim da Infância anexo à Escola Normal da Capital (CORREIO PAULISTANO, 13/01/1925). Pode-se inferir, já que não foram encontrados outros dados sobre o assunto, que a ida de Emília Voss ocorreu devido à união de cônjuges, uma vez que seu marido estava na cidade de São Paulo. Não se sabe se havia essa figura jurídica naquele momento, mas tudo indica que isso aconteceu na prática. Apenas não se sabe qual expediente foi utilizado.

Figura 2– Nomeação da professora Emília Voss



Fonte: Correio Paulistano (13/01/1925).

Além dessas designações e pedidos de professores, a título de remoção, para atuarem nas Escolas Complementares, há também alguns professores que ocuparam ao mesmo tempo cargos administrativos e de docência nas escolas. Há também diretores que acumularam funções na docência das escolas. Como são professores que se destacaram dentro da educação paulista no período estudado, trataremos deles mais adiante.

Pode-se compreender que boa parte dos casos retratados pelo jornal *Correio Paulistano* de designações ou remoções de professores para os cursos complementares provinha das Escolas Normais, Escolas Modelo e Grupos Escolares. Esses casos denotam como a própria legislação determinou, a partir de 1917, que a excelência prevalecesse dentro desse quadro de professores. Eles ocuparam os postos mais importantes da educação estadual.

Observa-se, desse modo, que exercer a docência nas Escolas Complementares denotava certo *status* dentro do magistério. Ser professor da Escola Complementar pode ter sido encarado pelo professorado da época como um símbolo de alta hierarquia e uma maneira de demonstrar uma evolução profissional, e, assim, conseguir se destacar na carreira. Isso pode ser observado quando, a partir de 1930, o jornal noticiou o caminho inverso. Professores das Escolas Complementares passaram a ocupar cadeiras nas Escolas Normais e cargos de vice-direção nas demais escolas.

Os professores das Escolas Complementares substituíram os professores normalistas por motivos de afastamentos e licenças, como é o caso do professor Boanerges Nogueira de Lima, professor de língua vernácula e calígrafia da Escola Complementar Anexa e Escola Normal de Casa Branca, que substituiu a professora da cadeira de Geografia e História da Escola Normal da mesma cidade (CORREIO PAULISTANO, 14/03/1930).

Em Piracicaba ocorreu a nomeação de Antônio dos Santos Veiga, professor em comissão da cadeira de francês da Escola Complementar, que substituiu o professor Pedro de Mello da Escola Normal devido à sua licença (CORREIO PAULISTANO, 19/03/1930).

Em 14 de abril de 1930 foi nomeado o professor Dario Brasil, lente de geografia e história da Escola Complementar anexa de Piracicaba, para a regência interina da mesma

cadeira da Escola Normal até a convocação de um concurso para provimento da referida cadeira. Ele assumiu a cadeira na Escola Normal de Piracicaba, mas não foi possível rastrear se ele prestou concurso. Ocorreu um caso de acúmulo de funções, muito comum entre as Escolas Complementares e Normais.

Aproveitar os professores das Escolas Complementares para a Escola Normal permite a inferência de que esses professores eram adequados para assumirem as cadeiras ou até mesmo considerados de nível acadêmico equivalente, mesmo dentro da escola de níveis diferentes. As funções cumulativas deveriam ocorrer, segundo a legislação, por equivalência das disciplinas. Também foi possível perceber que era uma maneira mais simples de se resolver a necessidade de professores, aproveitando os que estavam dentro do mesmo estabelecimento, bem como um meio de possibilitar aos docentes maior remuneração.

Vale destacar o que Benito (2017) aponta como círculos intelectuais, uma vez que esses círculos atribuem valor acadêmico, científico e representavam o sistema educacional da época. Os professores das Escolas Complementares também representavam esses valores da época, portanto, estavam respaldados para a irradiação do modelo escolar paulista tanto quanto seus pares das Escolas Normais. Pensando com Benito (2017, p. 93), os professores da Escola Complementar estavam “a serviço da burocracia do sistema educativo, configurando-se, desse modo, seus atores e círculos intelectuais como pedagogos orgânicos ou como grupos de lobbies de influência”.

### **3.3 Figuras de expressão no campo educacional paulista**

Compreender a constituição do corpo docente das Escolas Complementares é delinear e dar um sentido à representação dessa escola dentro do aparelho escolar paulista.

Para os idealizadores das reformas da Instrução Pública, o professor era o principal agente da instrução pública e dos ideais que estavam em pauta no período estudado. Os professores foram os responsáveis por irradiar e dar visibilidade ao modelo escolar. Portanto, reconhecer a importância dos professores das Escolas Complementares é uma forma de colocar a referida escola no seu lugar dentro desse modelo, ou seja, criar uma representação para ela dentro desse modelo.

A Escola Complementar também forneceu símbolos e criou uma cultura escolar, o que se pode verificar através das fontes elencadas para o presente estudo. Dentro da perspectiva de

cultura escolar proposta por Benito, a Escola Complementar fez o seu papel de irradiar um modelo, uma cultura escolar.

As culturas afirmam sua identidade por meio de objetos simbólicos e de ações igualmente simbólicas, como ocorre com muitas das materialidades, dos ritos que constituem o cotidiano das instituições educativas. Os rituais de escolarização codificam e tipificam os papéis desempenhados pelos sujeitos/atores que intervêm na ação em que se operacionaliza a cultura educativa. (BENITO, 2017, p. 41)

Cabe apresentar quais foram os professores das Escolas Complementares responsáveis por irradiar esse modelo e suas representações para a memória da educação, principalmente das escolas estudadas.

O *Livro Jubilar*, compilado por João Lourenço Rodrigues (1930a), é uma referência sobre a procedência desses professores que fizeram parte do corpo docente da Escola Complementar ao longo de sua existência. Tanto o *Livro Jubilar* quanto *Um retrospecto*, ambos do mesmo autor, possibilitam maior entendimento do papel de destaque dos primeiros professores que ocuparam as cadeiras das Escolas Complementares após as modificações de sua função pela Lei n.º 88, de 8 de setembro de 1892, a primeira fase da Escola Complementar.

O primeiro nome de destaque que aparece é o de Marcia Browne, figura que além de ser importante para a estruturação da Escola Modelo, atuou na Escola Complementar e teve como incumbência estruturar a Escola Complementar na Capital.

*Miss Browne* levou consigo para a Escola Modelo Prudente de Moraes, que também comportava anexo o curso complementar, professoras que a acompanhavam desde a sua passagem pela Escola Modelo do Carmo. São elas: Ignez Marcondes de Castro e Minervina Payão, ou seja, professoras que junto com ela fizeram parte da estruturação da instrução pública paulista no início da República.

Rodrigues (1930b, p. 376) ressalta em *Um Retrospecto* que a Escola Complementar se tornou uma tradição na cidade de São Paulo, pois “coube-lhe iniciar o ensino e ocupa hoje a posição de grande destaque social”. O curso complementar anexo à Escola Modelo Prudente de Moraes (ou Escola da Luz, como era conhecida) teve como primeiros professores João Lourenço Rodrigues e Adelina de Abreu Cyrillo de Castro.

O professor Pedro Voss foi o diretor que sucedeu *Miss Browne* em 1896. Em seguida, em 1902, a escola foi transferida para Guaratinguetá, mantendo a direção com João Lourenço Rodrigues.

João Lourenço Rodrigues ficou como diretor na Escola Complementar de Guaratinguetá apenas por um ano, entregando a direção para Andre Rodrigues de Alckmin. Conforme aponta Corbage (2010), Rodrigues contribuiu para a organização do corpo docente da escola através de indicações de profissionais acatadas pelo então diretor. Rodrigues indicou seus irmãos Pedro Nolasco Vieira Rodrigues, que mais tarde se tornou diretor do estabelecimento, e Ana Idalina Vieira de Mello, que além de ter sido aluna, mais tarde se tornou professora da escola e se casou com o professor Otaviano de Mello. Assim, de acordo com Corbage,

Essas indicações feitas por João Lourenço Rodrigues mostram que esse corpo docente era constituído por uma rede de sociabilidade e amizade. E esse grupo acabou por marcar a memória construída fazendo com que seja dada uma conotação de elite para esse corpo docente que se estendeu ao longo do tempo para os normalistas. (CORBAGE, 2010, p. 61)

Os primeiros professores da Escola Complementar de Guaratinguetá foram: Júlio Batista da Costa, José Carneiro da Silva, Minervina Soares Costa, Antonieta de Melo e Souza, Tereza Couto Rodrigues, Eugênio Zerbini, André Rodrigues de Alckmin e José de Almeida Pacca (CORBAGE, 2010).

Retratado na *Poliantéia* como “o historiador do nosso ensino e uma das figuras mais expressivas de nossa aristocracia moral e cultural” (ROCCO *et al.*, 1946, p. 38), a trajetória profissional de Rodrigues está diretamente ligada à Escola Complementar. Rodrigues se formou em 1890, na Escola Normal da Capital, e retrata a *Poliantéia* “ouvindo a palavra e sentindo o influxo direto de Caetano de Campos” (ROCCO *et al.*, 1946, p. 98). Teve como colega Antônio Alves Aranha, outro nome importante para a Escola Complementar. Foi professor da Escola Prudente de Moraes, e a levou para Guaratinguetá como diretor. Transferiu-se para a Escola Complementar de Piracicaba por três anos; após isso, foi nomeado Inspetor Geral do Ensino no ano de 1907. Após uma viagem de estudos aos Estados Unidos, regressou à Escola Complementar de Campinas.

Outro nome importante que se destacou ao longo do período estudado no ensino paulista foi Pedro Voss. Diplomou-se na Escola Normal em 1892, ano da primeira Reforma da Instrução Pública. Em 1895, atuou na Escola Modelo Prudente de Moraes ao lado de *Miss Browne*. Passou pela direção do Grupo Escolar “Prudente de Moraes” e trabalhou no Grupo Escolar de Amparo. Foi diretor da Escola Normal de Itapetininga antes de ocupar o cargo de Diretor da Instrução Pública de 1924 a 1927.

A passagem de Pedro Voss pela Escola Complementar foi de extrema importância para a organização e a estruturação do curso, pois foi diretor de Escola Complementar de Itapetininga e permaneceu no cargo até 1911, ano da conversão para a Escola Normal Secundária (BERTOLAI, 2018). Sua reputação de educador e sua carreira sempre ficaram atreladas à Escola Complementar.

A trajetória profissional de Pedro Voss foi retratada com muita frequência pelo jornal *Correio Paulistano*. Há registros de reportagens sobre eventos escolares, festividades e até do seu casamento com uma professora da Escola Complementar, Emília Voss.

Quando Pedro Voss assumiu o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública em 1924, Nery (2009) aponta que ele sofreu muitas resistências. Segundo a autora, para os participantes do Inquérito sobre o Ensino Paulista – promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1926 – Voss representava uma volta ao passado glorioso, atribuído à primeira Reforma da Instrução Pública, e esse fato provocou atritos entre ele e os membros da Sociedade de Educação de São Paulo.

Nery (2009) aponta que Pedro Voss, em seu relatório, preocupava-se com as condições de trabalho dos professores e isso lhe causou críticas, pois entendiam que ele se preocupava mais com aspectos técnicos do que com os pedagógicos que eram defendidos pela ala renovadora, representada pela Sociedade de Educação.

As modificações feitas por Pedro Voss no ensino desembocam na Reforma de 1925<sup>17</sup>. Junto com a Reforma, veio a publicação da *Revista Escolar* (NERY, 2009). Essa revista representava a voz do governo:

Na Revista Escolar, por ser um órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública, encontramos vários espaços ocupados pela Secretaria do Interior e pela Diretoria Geral. Nestes, encontram-se despachos feitos pela direção dos órgãos. Há também, alguns artigos dando notícias da Instrução Pública local e de outros estados e até de outros países (NERY, 2009, p. 99-100)

Durante a gestão de Pedro Voss, a Escola Complementar diminuiu seu curso para dois anos através do Decreto n.º 3858, de 11 de junho de 1925. No entanto, ao mesmo tempo em que houve uma diminuição de um ano nos estudos do Curso Complementar, percebe-se nesse decreto que o exame de suficiência para o acesso a Escola Normal estava todo pautado nos conteúdos do Curso Complementar (artigo 55), dando-nos, mais uma vez, o entendimento da importância da Escola Complementar como um elo no sistema educacional.

---

<sup>17</sup> Conforme Lei n.º 2095, de 24 de dezembro de 1925.

A redução do Curso Complementar para dois anos, implantado pela reforma gerou também uma diminuição da carga horária do professor dessas escolas o que aparece também na legislação, no parágrafo terceiro: “os professores de escolas complementares, sem exercício em virtude da respectiva reforma ficarão addidos, sujeitos ao ponto diário para o efeito de substituições, com os vencimentos que recebiam até agora, e enquanto não forem aproveitados”. (SÃO PAULO, 1925)

Quanto aos *Anuários de Ensino*, também de responsabilidade da Diretoria Geral, Voss propôs a divulgação de uma seção de publicidade com o objetivo de divulgar as ações da Instrução Pública através de folhetos (NERY, 2009). No entanto, a Escola Complementar comparece somente nos dados estatísticos do único *Anuário* publicado na gestão, apesar da Reforma executada por ele prever inspetores especiais para as Complementares.

Voss recebeu duras críticas que culminaram em sua exoneração do cargo de Diretor da Instrução Pública. Nery (2009) aponta que sua exoneração foi influenciada pelo grupo de educadores que se opunham à Revista Escolar. Após a sua exoneração, em 1927, assumiu o cargo Amadeu Mendes.

Compreende-se, através do trabalho de Nery, que Pedro Voss representava, neste momento da Educação na década de 1920, o velho, o ultrapassado. Ele saiu de cena junto com as ideias tecnicistas para que assumisse um grupo renovador, com novas perspectivas educacionais. A Escola Complementar está inserida aqui com as mudanças, sem deixar de ser o elo importante da Instrução Pública Paulista.

Mesmo diante de muitas críticas entre seus pares, pode-se verificar que a gestão de Pedro Voss na Diretoria Geral da Instrução Pública obteve bons frutos:

O que podemos, entretanto, afirmar é que a Reforma de 1925 proporcionou à Diretoria Geral da Instrução Pública um período de maior estabilidade no ensino. O diretor geral permaneceu até a posse do novo presidente do Estado. Pela primeira vez é publicado um periódico, a Revista Escolar, de iniciativa oficial, com regularidade estável. A aceitação da orientação dada por Pedro Voss ao ensino paulista por parte do professorado pode ser avaliada pela reação causada pela troca de Revista Escolar pela Revista Educação, quando várias delas foram devolvidas. (NERY, 2009, p. 124)

Evidenciar um pouco da trajetória de Pedro Voss como Diretor Geral da Instrução Pública é demonstrar que dentro das Escolas Complementares saíram grandes nomes que compuseram a estrutura organizacional do sistema educacional paulista. Esses professores foram os precursores das reformas e mesmo durante o movimento de renovação proposto pela Sociedade de Educação, esses sujeitos tinham um eco importante dentro dos muros das escolas em que eles atuaram.

Quando Voss deixou como diretor da Escola Normal de Itapetininga para assumir a Diretoria Geral da Instrução, o jornal *Correio Paulistano* rendeu a ele uma homenagem. Segue um trecho da nota:

Perde Itapetininga um prestante cidadão, perde a Escola Normal um competente director, cuja brilhante passagem por este modelar estabelecimento de ensino constitue um dos mais notáveis triumphos alcançados por s.e. na nobre carreira que sempre dignificou. (CORREIO PAULISTANO, 30/05/1924)

Toda a escola de Itapetininga esteve presente na cerimônia de despedida de Pedro Voss, incluindo o curso complementar. A cerimônia se encerrou no dia seguinte, com a despedida dos alunos na estação ferroviária.

### **3.4 Professores da Escola Complementar: representações**

Os professores das Escolas Complementares se tornaram símbolo desse primeiro período educacional em São Paulo e foram construindo

Uma nova subjetividade, apoiada nas narrativas que recolhem à experiência da formação como elemento de identidade biográfica das pessoas, e que urdem as tramas que tecem a memória coletiva e os imaginários tanto da sociedade como dos professores e profissionais que tutelam a sociabilidade e a governabilidade da escola. (BENITO, 2017, p. 27)

Outro nome de destaque na estruturação da Escola Complementar foi o de Antônio Alves Aranha, que ocupou o cargo de diretor da Escola Complementar de Piracicaba em 1897 até 1903, quando foi transferido para ser diretor da Escola Complementar de Campinas. Em ambas foi nomeado para estruturar a escola no ano de sua fundação. Sua esposa, Escolástica do Couto Aranha, também foi professora da Escola Complementar de Campinas (HONORATO, 2011).

Cabe evidenciar que Antônio Alves Aranha e Pedro Voss trabalhavam junto com suas esposas que eram professoras da Escola Complementar, tal qual já evidenciado. Escolástica do Couto Aranha e Emília Voss faziam parte do corpo docente das escolas dirigidas pelos respectivos maridos. No caso de Pedro Voss, o casal contraiu núpcias durante o exercício na Escola Complementar de Itapetininga. Quanto ao outro casal, a esposa acompanhou Aranha em suas duas nomeações, nas Complementares de Piracicaba e de Campinas.

Antônio Alves Aranha e sua esposa foram colegas de João Lourenço Rodrigues na Escola Normal. Honorato (2011) aponta que Antônio Alves Aranha se empenhou em

organizar o corpo docente da Escola Complementar de Piracicaba, sensibilizando o professorado que se encontrava na capital a ir para o interior trabalhar na escola. O autor também afirma que, além do cargo de diretor, Antônio Alves Aranha assumiu a regência do terceiro ano da escola, embora não recebesse vencimentos sobre o acúmulo de cargo.

Honorato Faustino foi outro nome de bastante importância para a Escola Complementar. Também formado junto com João Lourenço Rodrigues na Escola Normal da Capital, foi professor da terceira cadeira da Escola Complementar de Itapetininga e passou pela escola de Piracicaba como professor e diretor no período de 1911 a 1928 (MENESES, 2012).

Faustino teve uma enorme contribuição como diretor da Escola Complementar de Piracicaba. Seus relatórios acerca do cotidiano e andamento da escola foram registrados nos *Anuários de Ensino*, conforme aponta Honorato (2011). Uma de suas críticas de destaque foi um relatório sobre a faixa etária dos alunos da Escola Complementar no qual criticava a saída desses alunos para a docência.

Honorato (2011, p. 47) indica em sua tese que “uma escola complementar estabelecia relações de dependência com outras figurações congêneres”, e aponta Faustino como uma importante voz entre os diretores das Escolas Complementares.

O diretor era a figura central do sistema educacional no período e deveria ser formado pela Escola Normal. Além de possuir os requisitos pedagógicos e administrativos, representava o Estado. Assim,

O cargo de direção representava o controle da função educativa, a qual se afastava da família patriarcal, do preceptor e do mestre-escola. Com efeito, na escola complementar e/ou normal, o diretor simbolizava o Estado no tocante ao funcionamento da instituição e formação de professores. Nos anos iniciais da Primeira República, a construção de sua identidade profissional dependia das suas relações sociais pautadas nos princípios da administração pública burocrática e demandas pessoais e políticas. (HONORATO, 2011, p. 90)

As relações de amizade entre os pares também eram requisitos para a contratação de professores para as Escolas Complementares, caso não houvesse concurso para provimento de cargos. Honorato (2011) apresenta o caso da contratação de Antônia Almeida de Oliveira, esposa de Honorato Faustino, para ocupar uma cadeira na Escola Complementar. Trata-se de mais um caso como os dois já expostos, neste com evidências sobre a forma como foi realizada a nomeação da cônjuge.

Honorato (2011) também evidencia a influência de Honorato Faustino na contratação do professor de música, o maestro Lázaro Rodrigues Lozano, para a Escola Complementar de

Piracicaba, numa carta enviada ao Secretário de Negócios do Interior. De acordo com o autor, ambos foram os responsáveis pela renovação do ensino de música das Escolas Complementares.

Faustino trabalhou para a execução da Reforma ao lado de Sampaio Doria (1920) e contribuiu para a disseminação de práticas pedagógicas para a formação de professores (HONORATO, 2011). Em um de seus artigos, Tony Honorato relata a importância de Faustino na Escola em Piracicaba na execução da referida reforma:

Pode-se entender que, a par das interdependências de Sampaio Doria com Lourenço Filho e demais professores, o diretor Honorato Faustino foi um dos principais articuladores da execução da reforma em Piracicaba. Desse modo, sob a direção de Honorato Faustino, afiguração de professores potencializou o seu poder na Normal de Piracicaba e no contexto do ensino estadual e disseminou práticas renovadoras voltadas à formação de professores, entre elas a questão da autonomia didática e do ensino ativo. (HONORATO, 2017, p. 14)

Percebe-se que os professores e diretores da Escola Complementar estiveram à frente de reformas de ensino, denotando uma forte ação política, tanto no âmbito educacional quanto nos âmbitos estadual e político. Isso demonstra que a Escola Complementar não foi somente um elo importante no sistema educacional paulista; ela foi também um cenário no qual se estabelecia o poder político, os ideais educacionais e pedagógicos, transformando-se em um núcleo irradiador de inovações no campo educacional.

Conclui-se, neste capítulo, que os professores que compuseram a Escola Complementar ao longo de sua existência tiveram grande importância no cenário educacional paulista.

Tomando como referência a ideia de primado da visibilidade proposto por Marta Carvalho (2011), os professores das Escolas Complementares implantaram e representaram os modelos propostos pelas Reformas da Instrução Pública paulista. Dentro e fora das Escolas Complementares, esse modelo foi irradiado para a sociedade da época.

Os professores, devido à expressão social que o lugar da docência lhes conferia, alcançaram visibilidade na comunidade assistida pela escola, fato que pode ser conferido nas páginas dos jornais. Portanto, os professores das Escolas Complementares estiveram à frente dos fatos e foram protagonistas diretos da organização do sistema educacional, especialmente em relação às Reformas da Instrução Pública em 1892. Deram a visibilidade às ações do estado republicano e contribuíram para a constituição do modelo escolar paulista que, conforme aponta Carvalho (2011, p. 189), centrava-se

[...] na reprodução de um modelo escolar por meio de estratégias de produção de visibilidade de práticas exemplares, essa lógica punha em cena dispositivos de propagação e implantação de “bons moldes” e de homogeneização de boas práticas docentes.

O fato de os primeiros professores terem vindo da Escola Normal da Capital corrobora o conceito de Modelo Escolar Paulista, pois

[...] o modelo Escolar Paulista é constituído pelas interrelações que articulam sistematicamente seus componentes. A lógica que o põe a funcionar é a da reprodução dos bons moldes; é a da cópia ou imitação de modelos. Por isso, insisto, é o primado da visibilidade que lhe confere identidade: trata-se de modelo produzido por dispositivos de visualização de práticas escolares que articulam e colocam em cena uma concepção de pedagogia entendida como arte de ensinar indissociável de uma estratégia de formação docente em que é central a imitação inventiva de práticas exemplares. (CARVALHO, 2011, p. 189)

Essa visibilidade foi dada pelo jornal *Correio Paulistano*, pelos relatórios dos diretores das escolas, pelos inspetores escolares nos *Anuários de Ensino*, pela atuação dos professores nos campos políticos, intelectuais e sociais da época. Tiveram influência tanto dentro do governo quanto na sociedade onde estavam instaladas as Escolas Complementares.

Os *Anuários de Ensino* possibilitam verificar, através das vozes dos inspetores das Escolas Complementares em suas construções narrativas, o que publicizavam sobre o interior das escolas, ou seja, como estava sendo aplicada a legislação e como estava ocorrendo o andamento das aulas nos estabelecimentos. Compunham as principais críticas dos inspetores das Escolas Complementares encontradas no *Anuario do Ensino de 1909-1910*: a supressão das disciplinas Trigonometria, Mecânica, Astronomia, Cosmografia e Escrituração Mercantil; o programa considerado enciclopédico que sobrecarregava os professores; a promoção dos alunos e sua ineficácia; o precário exame de suficiência; a redução da jornada de trabalho dos professores; a limitação do número de matrículas em cada classe.

As queixas dos diretores das Escolas Complementares no *Anuario do Ensino* remetem à precariedade da Escola Complementar em relação à formação de professores. Os diretores, ao criticarem o programa de estudos, demonstram que o currículo da escola estava muito distante daquilo que se pensava para a formação docente, e precisava com urgência ser modificado. Antônio Alves Aranha, diretor da Escola Complementar de Campinas, fez a seguinte observação:

Na organização das escolas complementares há duas ordens de defeitos: uns se referem à parte pedagógica; outros dizem respeito à parte disciplinar. Na primeira parte, a primeira observação a fazer é que o programma se recente da falta de uma disciplina importantíssima: a metodologia. Essa falta se explica talvez pela

precipitação com que se fez a organização das escolas complementares. (ANNUARIO DO ENSINO, 1909-1910, p. 72)

Conforme André Rodrigues de Alckmin, diretor da Escola de Guaratinguetá, “o programma em questão não visa o ensino profissional [...] o ensino enciclopédico é inútil sobrecarregando os professores” (ANNUARIO DO ENSINO, 1909-1910, p. 73).

Pedro Voss, da Escola de Itapetininga, pediu também a revisão do programa. “Seria de toda conveniência que houvesse uma simplificação do programma, pela suppreção de algumas das disciplinas, taes como trigonometria, mechanica e cosmographia” (ANNUARIO DO ENSINO, 1909-1910, p. 75).

Honorato Faustino, da escola de Piracicaba propôs a equiparação da Escola Complementar em Normal como uma maneira de corrigir a questão do programa de ensino (ANNUARIO DO ENSINO, 1909-1910).

André Rodrigues de Alckmin, da Escola de Guaratinguetá, além de tecer críticas acerca do currículo enciclopédico, apontou que este não visava ao ensino profissional e pediu a supressão das mesmas disciplinas apontadas pelos outros diretores.

Outra crítica fundamental que permeava os diretores estava relacionada à faixa etária dos alunos da Escola Complementar. Mudaram a função da escola (para formadora de professores), mas não alteraram a faixa etária dos alunos<sup>18</sup>.

Pode-se adiantar aqui a influência do diretor Antônio Alves Aranha perante a administração pública, pois o Secretário do Interior, em 1901, autorizou o diretor a estabelecer uma idade mínima de 12 anos para o ingresso na Escola Complementar (TEIXEIRA JÚNIOR, 2005). Os relatórios desses diretores das Escolas Complementares nos *Annuarios do Ensino* são indícios importantes para a compreensão da cultura escolar, ou seja, do que acontecia dentro das Escolas. Uma forma de verificar de que maneira a escola se equilibrava entre a letra da lei, as determinações da Secretaria do Interior e o que realmente era possível de ser implantado dentro das escolas. Por outro lado, é um forte indicativo de uma construção de narrativa de indução da supressão das Escolas Complementares como lugares de formação docente.

A importância dos diretores e professores nas Escolas Complementares, especialmente em seu primeiro momento (1892-1911), está bem evidente nos trabalhos produzidos. Eles foram os responsáveis pela implantação da primeira Reforma e pela ocupação das cadeiras nas escolas de todo o Estado. Circularam também entre os diversos segmentos escolares, tais como Grupos Escolares e Escolas Modelo. Chegaram a ocupar os postos de direção das

---

<sup>18</sup> Essa questão será tratada com mais detalhes na Seção 4.

Escolas Complementares e até o cargo máximo do sistema escolar, o de Diretor Geral da Instrução Pública, como é o caso de Pedro Voss. Tornaram-se referência, símbolos do chamado “período áureo” da educação paulista. Deixaram registros dessa memória através das obras de João Lourenço Rodrigues. Estiveram à frente de publicações de conteúdos relevantes para o professorado, como a *Revista Escolar*, tendo Pedro Voss à frente da publicação como Diretor Geral da Instrução Pública.

Cabe destacar que os relatórios de Honorato Faustino nos *Anuários do Ensino* foram importantes para nortear e reorganizar as reformas da instrução pública subsequentes, conforme aponta Honorato (2011).

Pode-se inferir, neste capítulo, que a Escola Complementar foi um segmento relevante na estrutura do ensino paulista até a sua extinção. Esse respaldo se deu exatamente através dos sujeitos que estiveram à frente do corpo docente das escolas.

Chama à atenção a menção feita por Honorato (2011) sobre os professores “enciclopédias vivas”. Antônio Alves Aranha, então diretor da Escola Complementar de Piracicaba, referia-se à polivalência desses professores nesse termo, tendo em vista que havia apenas um professor para lecionar todos os conteúdos das matérias de cada ano. Nas palavras de Honorato,

O professor “enciclopédia viva” ensinava, ampliava e fortalecia o ensino racionalizado, ministrando os conteúdos conforme a ordem e a sequência, expondo princípios gerais de cada ciência e os sentidos na formação da vida prática do homem civilizado. Esse tipo de professor, embora não dominasse plenamente os saberes, dominava o básico de cada ciência. (HONORATO, 2011, p. 122)

De acordo com Honorato (2011), essa fonte de poder estava ligada à Escola Normal, que através da apropriação de um lugar social, do domínio de um conjunto de saberes, tornaram-se os detentores desse espaço escolar da Escola Complementar.

O grau de domínio do conjunto de saberes tornou-se fonte de poder do professor nas relações de interdependência não só com alunos, mas também com demais professores e pessoal administrativo, isto é, como todos aqueles envolvidos em figurações para formar professores. (HONORATO, 2011, p. 123)

Juntamente com o gradiente de poder dos professores “enciclopédias vivas”, é preciso registrar que o Modelo Escolar pautado em práticas modelares e o primado da visibilidade proposto pela primeira reforma da instrução pública, em 1892, já vinha apontando desgastes a partir de 1920:

Inscritas nas práticas pedagógicas e políticas de institucionalização da escola republicana no Estado de São Paulo, esse modelo pedagógico não terá vida longa. É com a Reforma Sampaio Dória, realizada em São Paulo, na década de 1920, que começam a aparecer os primeiros sinais de sua exaustão [...] na nova lógica, o analfabetismo é alçado ao estatuto de marca de inaptidão do país para o progresso. Erradicá-lo é a nova prioridade na hierarquia das providências da reforma da escola. E a extensão da escolarização as populações até então marginalizadas pelas políticas estatais é o objetivo principal. (CARVALHO, 2011, p. 194)

Pode-se inferir que a Escola Complementar na Reforma de 1920 teve seu curso aumentado para três anos e, desde 1917, quando se tornou preparatória para o curso normal, foi alvo dessas transformações que começaram a surgir de acordo com a nova pedagogia – a pedagogia moderna, como ressaltavam os reformadores. A referida escola também estava dentro dessa proposta ao ser resgatada em 1917 como parte desse projeto.

Cabe observar que alguns professores atuantes nas Escolas Complementares aproveitaram o momento para se adequarem a essas reformas, como no caso de Honorato Faustino, que articulou à reforma dentro de seu campo de atuação em Piracicaba. O caminho contrário também foi apresentado, como no caso de Pedro Voss, que se viu já afastado dessas inovações ao insistir em exaltar os primeiros reformadores como uma forma de saudosismo em sua gestão como Diretor Geral da Instrução Pública.

De acordo com os questionamentos feitos no início desta seção, podemos compreender que a Escola Complementar, ao se tornar formadora de professores na sua primeira fase (1892-1911), já qualificava por si só o exercício do magistério. O fato de professores normalistas ocuparem as cadeiras para ensinar os complementaristas já demonstra o caráter formador da Escola Complementar.

Em sua segunda fase (1917-1933), as escolas normal e complementar foram regidas pelo mesmo diretor o que nos faz inferir um reforço, uma constatação da importância do elo entre as duas escolas.

Esse elo também evidencia a importância da Escola Complementar na hierarquia educacional paulista, tanto no sentido de importância pedagógica, quanto no de contingente de professores que saíram dela.

Conforme podemos notar, a Escola Complementar foi almejada para muitos, especialmente entre diretores de grupos escolares, conforme exposto na presente seção. Havia a circulação e pedidos de transferência para as mesmas evidenciando o seu *status* dentro do sistema escolar, o que reforça a representação da Escola Complementar como parte fundamental da estrutura escolar paulista.

Na seção 4, a seguir, será apresentada a atuação de alunos complementaristas que se destacaram no cenário educacional paulista a partir da Reforma de 1920.

## **4** “A CIDADE ESTÁ EM FESTA<sup>19</sup>”: OS ALUNOS COMPLEMENTARISTAS COMO LEGÍTIMOS PROFESSORES PRIMÁRIOS?

---

Para que seja possível compreender a representação social sobre a Escola Complementar no contexto das primeiras reformas republicanas da instrução pública em São Paulo, é necessário investigar o perfil dos alunos complementaristas. Compreender esse agente tão caro à constituição da cultura escolar é essencial e imprescindível para analisar a Escola Complementar.

Muitos dos alunos complementaristas ocuparam cadeiras nos Grupos Escolares, Escolas Modelo e até mesmo nas Escolas Normais. Eles transitaram entre as reformas e, como egressos, tornaram-se responsáveis pela transmissão dos princípios e valores propostos pelas reformas em todas as esferas educacionais em que circulavam. Retratar o perfil e a trajetória dos alunos complementaristas é evidenciar a representação que o professor “enciclopédia viva” – conforme foi retratado na seção 3–exerceu na formação do complementarista, pois a diplomação dos professores que formaram os alunos da Complementar era, em sua maioria, da Escola Normal (HONORATO, 2011). Esses alunos foram influenciados por essas formações e tinham o compromisso de irradiar as doutrinas pedagógicas propagadas pelas reformas (HONORATO, 2011), além de serem, possivelmente, influenciados, conforme será visto mais adiante.

### **4.1 “Rápida e volumosa produção de professores”<sup>20</sup>: a formação profissional docente na Escola Complementar, o perfil dos aprendizes e suas representações**

A Lei n.º 88, de 8 de setembro de 1892, que criou a Escola Complementar, especifica o perfil dos alunos da mesma escola. Pensada primeiramente como Escola Primária Complementar, os alunos saíam então do Ensino Primário Elementar, de acordo com o parágrafo 3.º da referida lei.

Ao longo de todos os anos em que a Escola Complementar fez parte do aparelho escolar, não se encontrou na legislação nada referente à faixa etária dos alunos que

---

<sup>19</sup> Conforme *Correio Paulistano* de 22 de abril de 1903.

<sup>20</sup> Conforme Rocco et al. (1946).

ingressavam no curso. A Reforma da Instrução Pública de 1917, que colocou a Escola Complementar como anexa ao Curso Normal, apenas revela, no artigo 7.º (parágrafos I e II), os requisitos formativos para o acesso ao curso complementar.

Artigo 7.º - Serão admitidos á matricula no 1.º anno do curso complementar:

I. - Os alumnos que terminarem o curso das escolas modelo e dos grupos-modelo e, em falta, os mais distinctos alumnos de outros grupos escolares, para o effeito de serem admitidos na ordem das médias alcançadas e na proporção de metade dos logares disponiveis.

II. - Para preenchimento do numero restante de vagas os candidatos habilitados no exame de admissão a que se submeterem, devendo ser examinados nas materias que constiuem o curso preliminar dos grupos e segundo os programmas nos mesmos adoptados. (SÃO, PAULO, 1917).

Inferese, a partir da legislação de 1917, que a faixa etária não foi alterada ao longo dos anos. O diretor da Escola Complementar de Piracicaba, Honorato Faustino, critica em um relatório para o *Anuario do Ensino* a questão da faixa etária dos alunos formados na Escola Complementar:

Outra questão que seria conveniente passar por uma reforma é a que se refere à limitação de idade para os candidatos a exames de sufficiencia. Nas escolas complementares podem ser matriculadas crianças de 11 anos, e até de menos, o que vai de encontro as conclusões da psychologia relativas ao caso. Assim, é possível diplomarem-se professores as vezes de 15 e 16 annos, sendo obrigados a esperar durante dous ou três annos de idade legal para o exercício do magistério, o que fazem com abandono completo de qualquer esforço para conservar ou ampliar as noções recebidas no curso que completaram. Essa inconveniência não teria logar, si fosse exigidas para a matrícula a idade completa de 14 annos. (ANNUARIO DO ENSINO, 1909-1910, p.77)

O problema da faixa etária dos alunos da Escola Complementar gerou muitas críticas por parte dos diretores dos estabelecimentos. Pode-se inferir que este fato determinado pela lei foi um dos pontos pelos quais a literatura sobre o tema atribuiu a complementar um valor de inferioridade em relação ao Ensino Normal. Verifica-se aqui a inconsistência na legislação, que ao elevar a Escola Complementar a uma escola de formação docente não levou em consideração um fato importante que era a faixa etária do aluno que sairia das escolas para reger as cadeiras como professores primários. Assim, o aluno egresso das Escolas Complementares deveria aguardar a maioridade para exercer o magistério, mas não se sabe se isso foi fato naquele período.

Tanuri (1979) evidencia essa crítica ao apontar que os legisladores de 1892 estavam preocupados com aspectos quantitativos, já que apenas uma Escola Normal não seria suficiente para suprir a demanda, conforme já discutido anteriormente. Há também outra

questão exposta pela legislação: a hierarquia inferior aos normalistas; os complementaristas seriam considerados professores adjuntos.

Embora a nomenclatura “adjunto” se determinava apenas no papel da Lei n.º 88/1892, os alunos complementaristas acabaram por usufruir dos mesmos direitos dos alunos egressos da Escola Normal, conforme aponta Tanuri (1979, p. 91):

“adjunto” era apenas um auxiliar do professor, que deveria também substituí-lo em seus impedimentos. A lei em questão criou o lugar de adjunto para as escolas preliminares com mais de trinta alunos. Posteriormente, o termo “adjunto” passou a designar também o professor do grupo escolar, acabando por se restringir a esse significado. É provável que a origem dessa designação se encontre na própria organização inicial dos grupos escolares, criados através de agrupamentos de escolas isoladas já existente.<sup>21</sup>

A partir da conversão das Escolas Complementares em escolas formadoras de professores, observa-se um número muito maior de matrículas de alunos da Complementar em relação à Escola Normal, tendo em vista que as Escolas Complementares eram quatro espalhadas pelo Estado de São Paulo, e a Escola Normal apenas uma, na capital, conforme apontam os Quadros 3 e 4.

**Quadro 3 – Matrículas na Escola Normal de São Paulo, de 1890 a 1910**

Anos	Sexo Masculino					Sexo Feminino					Total Geral
	1ªA	2ªA	3ªA	4ªA	Tot.	1ªA	2ªA	3ªA	4ªA	Tot.	
1890	20	37	27	-	84	41	29	37	-	107	191
1891	20	14	22	-	56	43	27	19	-	89	145
1892	21	18	12	-	51	32	33	22	-	87	138
1893	23	17	0	-	40	51	30	0	-	81	121
1894	13	6	18	4	41	48	9	25	7	89	130
1895	10	7	9	3	29	53	31	16	7	107	136
1896	29	6	7	2	44	82	36	24	4	146	190
1897	17	11	5	7	40	39	48	33	23	143	183
1898	17	14	11	2	44	40	38	47	21	146	190
1899	17	13	12	9	51	77	43	33	42	195	246
1900	38	16	11	11	76	64	68	41	29	202	278
1901	34	27	12	13	86	76	58	65	36	235	321
1902	42	32	25	12	111	42	69	49	68	228	339
1903	23	33	34	20	110	42	40	6	38	186	296
1904	18	15	32	18	83	42	41	39	62	184	267
1905	11	19	16	28	74	43	44	37	38	162	236
1906	20	8	17	16	61	129	44	40	35	248	309
1907	31	10	13	14	68	128	86	52	40	306	374

<sup>21</sup> Esse tema foi tratado na seção 2, acerca das nomenclaturas utilizadas.

1908	30	22	12	12	76	133	127	72	53	385	461
1909	21	28	20	11	80	125	122	119	69	435	515
1910	34	14	31	18	97	135	111	132	117	495	592

Fonte: Tanuri (1979, p.118).

**Quadro 4 – Matrículas nas Escolas Complementares, de 1986 a 1910**

Ano	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Total
1896	40	76	116
1898	202	35	537
1905	-	-	739
1906	344	698	1042
1907	305	575	80
1908	395	768	1163
1909	382	680	1062
1910	-	-	1431

Fonte: Tanuri (1979, p.119).

O *Anuario do Ensino* de 1909 apresenta a forma como eram categorizados os cargos docentes das escolas. Os complementaristas se enquadravam nas seguintes categorias: adjuntos de concurso, adjuntos complementaristas ou substitutos efetivos complementaristas. Os dois últimos aparecem quando lotados nos grupos escolares (tanto os da capital quanto os do interior do Estado).

Nas escolas providas masculinas e femininas do interior, os complementaristas eram maioria. Nos grupos escolares, na maioria dos casos, havia mais normalistas do que complementaristas.

Verifica-se, também, através do *Anuario* de 1909, que alguns complementaristas alcançaram o cargo de diretores de grupos escolares e escolas reunidas. Observa-se esses casos nas cidades de Araras, Avaré, Bragança<sup>22</sup>, Cravinhos, Espírito Santo do Pinhal, Fartura, Faxina, Franca, Itapira, Itú, Mogi Mirim, Pedreira, Pirajú, Porto Feliz, Rio Claro, São João da Boa Vista, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, São Simão, Serra Negra, Sertãozinho e Vila Bela. Há também diretores complementaristas nas escolas reunidas de Ilha Grande, Rio das Pedras e Matão.

Apesar de esses dados aparecerem com mais detalhes apenas no *Anuario do Ensino* de 1909, verifica-se que a circulação de complementaristas pelas escolas do interior foi significativa, sendo que eles ocuparam cargos em todas as regiões do Estado, especialmente em regiões onde havia apenas escolas providas.

<sup>22</sup> Amadeu Mendes esteve como diretor complementarista do Grupo Escolar Jorge Tibiriçá, conforme o *Anuario de Ensino*(1909, p. 320).

Sobre esse período, há uma questão evidenciada por Tanuri (1979, p. 124): “a grande discrepância entre o número de escolas criadas legalmente e aquelas em efetivo funcionamento, o que em parte, era devido à deficiência de pessoal habilitado disposto a radicar-se em regiões mais afastadas”. Até que ponto estaria a Escola Complementar atendendo de fato as regiões mais distantes? Não foi possível saber nem verificar nesta tese se a ausência de professores com formação adequada nas escolas não providas era devido ao pouco alcance da Complementar ou simplesmente ao difícil acesso a tais escolas.

A transformação das Escolas Complementares em Normais Primárias firmou mais uma vez essa discrepância já existente entre os complementaristas e os normalistas. Além da diferença entre os padrões de ensino já apontadas por Tanuri (1979), o professor complementarista ainda era considerado de caráter inferior.

A autora aponta que a Escola Complementar tal qual concebida em 1892 para formar professores foi tão significativa, que mesmo após ser transformada em normal primária, deixou marcada a existência de uma “duplicidade de instituições formadoras de magistério” (TANURI, 1979, p.151).A duplicidade era provocada pela Escola Normal, que se dividia entre primária e secundária. Somente a unificação realizada pela Reforma Sampaio Doria, em 1920, terminou com a duplicidade.

Essa discrepância aumentou ainda mais quando os normalistas secundários tiveram maiores benefícios em relação aos normalistas primários (antigos complementaristas), conforme aponta Tanuri (1979, p. 135):

Um passo a frente no sentido da ampliação das oportunidades de aproveitamento de estudos realizados, e, sobretudo de valorização do curso normal, não apenas como curso profissional, mas também com formação propedêutica, foi dado pela reforma de 1912; esta previu a possibilidade de os diplomados pelas escolas normais secundárias obterem o grau de bacharel em ciências e letras pelos ginásios oficiais do Estado ou aí formarem-se sem esse título desde que prestassem exames das matérias não estudadas. Paralelamente, a recíproca era verdadeira, ou seja, o concluinte do curso ginásial, com ou sem título de bacharel em ciências e letras, poderiam diplomar-se pelas escolas normais secundárias, uma vez que aprovados em exames das matérias não pertencentes ao currículo dos ginásios.

No entanto, a conversão das Escolas Complementares em Normais Primárias fez surgir uma nova demanda: a necessidade de uma formação intermediária entre o ensino primário e o normal. Seria o momento de o curso complementar fazer jus ao seu primeiro propósito estabelecido pela Lei n.º88 de 1892?

A partir de 1917, quando a Escola Complementar retornou como passagem obrigatória para o ensino normal, foi possível verificar nos *Anuários de Ensino* que os complementaristas

já ocupavam cadeiras nos mais diversos segmentos do ensino paulista, incluindo as escolas normais primárias. Tem-se aqui um indício de que os alunos egressos das complementares eram aproveitados como professores das Escolas Normais, o que denota que a primeira fase da Escola Complementar (1892-1911) foi decisiva para o fornecimento de mão de obra docente mesmo com todas as dificuldades apresentadas acima. Em termos quantitativos, a Escola Complementar cumpriu o seu propósito de fornecer mão de obra docente para as escolas primárias, ao menos em parte.

O Quadro 5 mostra a matrículas nos Cursos Complementares do Estado após o retorno delas pela Lei n.º1579, de 19 de dezembro de 1917. Pode-se observar um número significativo de matrículas para a escola que retornou como preparatória para a Escola Normal.

**Quadro 5 – Estabelecimentos anexos às Escolas Normais do Estado - 1918**

Alunos matriculados	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
Curso Complementar da Escola Secundária da Capital	48	58	106
Curso Complementar da Escola Normal de São Carlos	36	43	79
Curso Complementar da Escola Normal de Itapetininga	33	46	79
Curso Complementar da Escola Normal do Braz	-	95	95
Curso Complementar da Escola Normal de Campinas	24	50	74
Curso Complementar da Escola Normal de Piracicaba	24	45	69
Curso Complementar da Escola Normal de Guaratinguetá	23	52	75
Curso Complementar da Escola Normal de Pirassununga	23	46	69
Curso Complementar da Escola Norma de Casa Branca	10	27	37
Curso Complementar da Escola Normal de Botucatu	12	21	33

Fonte: Anuario do Ensino (1918).

O *Anuario do Ensino* de 1918 aponta um crescimento significativo do número de escolas primárias, tanto na capital, quanto no interior do estado, mesmo com a criação da Escola Normal de tipo único<sup>23</sup>, com a Reforma de 1920, e a volta das Escolas

<sup>23</sup> A equiparação das Escolas Normais Primárias e Secundárias foi promovida pela Lei n.º 1750, de 8 de dezembro de 1920. Denominaram-se Escolas Normais de tipo único.

Complementares como via de acesso ao Ensino Normal. Essa constatação permite inferir, mais uma vez, sobre a importância da Escola Complementar em termos quantitativos de mão de obra docente, tal como ficou determinado pela Reforma de 1892.

Um apontamento de Tanuri indica a importância da escola complementar como elo de toda a estrutura do ensino paulista. Quando se refere ao período da reforma de 1917, Tanuri (1979, p. 152) considera que “quer nos parecer que a criação do curso complementar em 1917 foi a primeira alteração estrutural significativa no referido sistema desde a sua consolidação nos anos iniciais da República”.

Outra alteração sofrida na escola complementar se deu em 1925, numa função dupla: tanto como complemento ao ensino primário nos grupos escolares, quanto como via de acesso ao ensino normal. Tanuri (1979, p. 173) ressalta

Compreende-se melhor agora a mencionada simplificação do regime de ensino da escola complementar e o caráter de escola primária que lhe foi atribuído: assim conseguir-se-ia a redução do custo do seu ensino, o que tornaria possível a sua expansão quantitativa, conforme pretenderam os reformadores de 1925.

Compreende-se que essa dupla função atribuída à Escola Complementar supriu não só a lacuna para o acesso à Escola Normal, como também serviu como uma espécie de ensino secundário, por ser uma escola de custo reduzido e de maior alcance para a população. Evidenciam esse fato as estatísticas significativas de matriculados nos quadros apresentados com base nos Anuários de Ensino.

O *Anuario do Ensino* de 1926 apontou que no ano anterior foram matriculados 1368 alunos nas 10 escolas complementares existentes, e que o número de matrículas nas mesmas havia decaído devido à transformação do terceiro ano do complementar em primeiro ano do normal, ou seja, não houve de fato redução.

Tanuri aponta um dado positivo acerca da escola complementar após 1925:

A princípio, a criação dos cursos complementares significou um obstáculo para acesso às escolas normais, atuando em desfavor de sua capacidade de absorção, a longo prazo, a situação se normalizaria e o encaminhamento do curso complementar para o normal, independentemente de exames de admissão, acabou por ampliar a clientela de escola de formação de professores. (TANURI, 1979, p. 191)

Assim, a Complementar veio dinamizar o ingresso na Normal e ampliar o número de alunos interessados na formação docente. Observa-se aqui a comprovação do apontamento de Tanuri, pois conseqüentemente um bom número de complementaristas deu continuidade aos

estudos na escola normal, conforme o *Anuario do Ensino* (1926). O Quadro 6 mostra os dados mais detalhados.

Quadro 6 – Estatística Geral das Escolas Complementares em 1926

Estabelecimentos	Matriculados			Nacionalidades			Eliminados			Existentes no fim do ano			Promovidos			Porcentagem de aprovação		
	Masc.	Fem.	Total	Filhos de brasileiros	Filhos de estrangeiros	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Média
Escola Normal da Capital	52	190	242	187	55	242	8	11	19	44	179	223	42	174	216	92,80	90,60	91,70
Escola Normal do Brás	-	237	237	157	80	237	-	22	22	-	215	213	-	210	-	-	97,84	97,84
Escola Normal de Itapetininga	38	78	116	101	15	116	10	17	27	28	61	89	25	54	79	91,66	88,43	90,04
Escola Normal de São Carlos	16	73	89	60	29	89	4	5	9	12	68	80	11	53	64	95	77,94	86,47
Escola Normal de Campinas	6	127	133	83	50	133	-	17	17	6	110	116	6	112	118	100	100	100
Escola Normal de Piracicaba	44	119	163	125	38	163	7	6	13	37	113	150	31	110	141	78,30	97,20	87,75
Escola Normal de Casa Branca	18	62	80	58	22	80	2	4	6	16	58	74	11	41	52	77,20	75,00	76,10
Escola Normal de Guaratinguetá	31	73	104	88	16	104	4	10	14	27	63	90	24	56	80	91,10	89,40	90,20
Escola Normal de Pirassununga	25	65	90	61	29	90	3	4	7	22	61	83	17	60	77	75,60	98,20	87,05
Escola Normal de Botucatu	26	80	106	80	26	106	8	11	19	18	69	87	17	69	86	93,75	100,0	98,61
Total	256	1104	1360	1000	360	1360	46	107	153	210	997	1205	184	939	1123	88,37	91,46	89,91

Fonte: Anuário do Ensino (1926).

Os complementaristas formaram ao longo de sua existência a base da mão de obra docente em todo o período da Primeira República no Estado de São Paulo. Circularam em todas as regiões do Estado e em todos os segmentos escolares, desde a direção de grupos escolares até as escolas isoladas e atuaram ainda nas Escolas Normais. O número de matrículas se manteve considerável, assim como a permanência dos complementaristas nos estudos. Será tratada, mais adiante, a representação desses alunos perante a sociedade da época através do jornal *Correio Paulistano*.

#### **4.2 “Grande melhoramento intelectual”<sup>24</sup>: o legado do professor formado na Escola Complementar**

A imprensa da época deu considerável visibilidade a todas as questões que envolviam as reformas da instrução pública e o cotidiano das escolas. Encontram-se nela notícias e notas sobre diversos fatos, desde excertos sobre discussões de legislação, reuniões da Assembleia Legislativa, pedidos de abertura de escolas pelas municipalidades, eventos escolares, até coluna social sobre professores e alunos. O jornal *Correio Paulistano* é um desses veículos de imprensa do período que participa na representação social dos alunos das Escolas Complementares.

Os complementaristas se fizeram presentes nas notas desse jornal. A escola foi uma protagonista do primado da visibilidade, ou seja, foi legitimada através de suas notas como parte importante do contexto escolar da época.

Foram selecionados para esta seção os itens que mais chamaram a atenção devido à maior ocorrência dentro do período estudado. São eles: notas e informações sobre os exames e matrículas nas escolas complementares, nomeação de complementaristas para ocuparem cadeiras nas escolas do estado e, por último, festas e comemorações escolares.

Observar os complementaristas e sua representação nos jornais da época permitem corroborar e legitimar a Escola Complementar como construtora de uma identidade social, ou seja, legitimá-los como futuros professores que carregavam consigo o ideal educacional da época. Nas palavras de Chartier:

As práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significa simbolicamente um estatuto e uma posição, por

---

<sup>24</sup> Conforme *Correio Paulistano*, 12 de janeiro de 1902.

fim, as formas institucionalizadas e objetivas das graças às quais um “representante” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 2002, p. 23)

A convocação de abertura de matrículas para a escola complementar foi noticiada com muita frequência pelos jornais. Os editais tinham sempre o mesmo padrão: eram convocados pelos diretores de cada estabelecimento e constavam as datas e os requisitos para a realização da matrícula. Pode-se notar essa frequência em todo o período que engloba o estudo da Escola Complementar, ou seja, em todo o período em que ela existiu dentro do aparelho escolar, ou seja, entre 1892 e 1933. Havia também a possibilidade de inscrição de candidatos não diplomados no curso preliminar mediante a apresentação de atestado médico provando não sofrer de “moléstia contagiosa, defeito physico que impossibilite o exercício do magistério” (CORREIO PAULISTANO, 06/01/1905). Além desses requisitos, era necessário que os candidatos à matrícula apresentassem atestado de vacina, atestado de moralidade emitido por uma autoridade competente e o pagamento de uma taxa de matrícula.

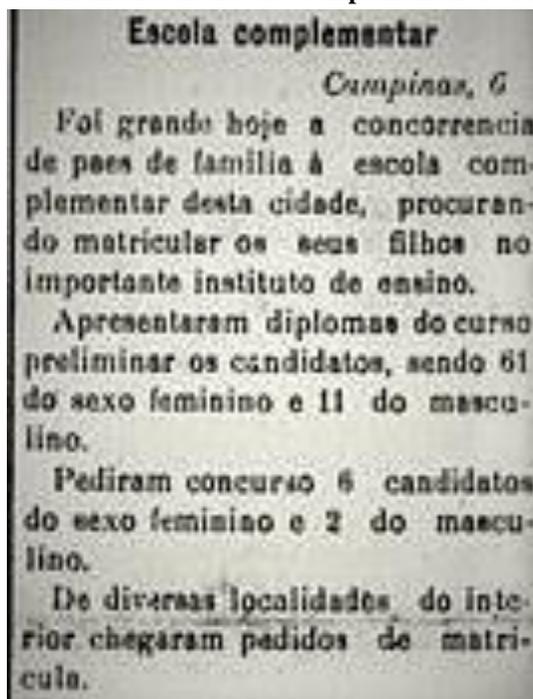
Quanto à taxa de matrícula, foram encontrados muitos pedidos de isenção e redução de pagamentos, o que permite inferir sobre as condições econômicas dos alunos complementaristas. A ocorrência de publicações com esses requerimentos é muito vasta e se encontra em todo o período estudado. As notas de pedidos de redução ou isenção de taxas de matrícula aparecem na maioria das vezes na seção “despachos”, e é possível verificar as que foram deferidas ou indeferidas. Os motivos de aceite e recusa não são informados nas notas.

Os nomes dos alunos que pediam redução ou isenção de taxas de matrícula também eram divulgados, bem como os alunos que pediam para realizar a matrícula fora do prazo por motivos de saúde, na maioria das vezes.

As bancas e exames de suficiência também eram divulgados regularmente no jornal. Muitas vezes ocorrera a divulgação dos nomes dos professores que comporiam a banca, dando visibilidade ao processo de entrada dos alunos na escola.

O jornal *Correio Paulistano* de 7 de fevereiro de 1903 relatou a grande procura de vagas na escola complementar de Campinas:

**Figura 3– Matrículas na Escola Complementar de Campinas**



Fonte: Correio Paulistano(07/02/1903).

Pode-se observar que a maior quantidade de matrículas é composta de mulheres, característica marcante dentro dos cursos complementar e normal. Conforme Souza (1998), a substituição do sexo masculino pelo feminino, na educação primária, foi decorrente de um processo que se iniciou no século XIX. Desde esse momento, a atuação da mulher no campo educacional ganhava um protagonismo. Elas finalmente encontraram um ofício que a “sociedade patriarcal” consentia. Isso porque o ensino primário tratava da educação elementar das crianças, e as mulheres teriam, pretensamente, mais paciência e afabilidade com as crianças, devido à natureza materna. Mesmo as educadoras recebendo um salário irrisório, era uma oportunidade para a mulher despontar no mercado de trabalho, mostrando suas competências. Souza corrobora essa análise quando afirma:

A utilização do trabalho feminino no campo da educação vinha ganhando força em toda parte no final do século XIX, tendo em vista a necessidade de conciliar o recrutamento de um grande número de profissionais, para atender à difusão da educação popular, mantendo-se salários pouco atrativos para os homens. Em compensação, viria a se constituir num dos primeiros campos profissionais “respeitáveis” abertos à atividade feminina para os padrões da época. (SOUZA, 1998, p. 51)

Outro fato está relacionado à atração da clientela de outras regiões e cidades próximas, fato que contribuiu para que complementaristas ocupassem cadeiras nas escolas de todo o estado. A grande quantidade de pais concorrendo às vagas para os filhos nas escolas também

permite constatar o prestígio que ela alcançou naquela sociedade, em detrimento das questões estruturais tão criticadas por educadores e legisladores da época.

Essa grande procura por matrículas na escola complementar de Campinas gerou em 1910 um pedido para que se aumentasse o número de vagas na escola. A proposta foi relatada da seguinte maneira pelo jornal: “Paes de alumnas que não foram matriculadas na Escola Complementar de Campinas, devido ao pequeno número de vagas, vão representar ao governo do Estado, pedindo o desdobramento do primeiro anno feminino daquelle estabelecimento” (CORREIO PAULISTANO, 25/02/1910).

Embora tenham se passado sete anos entre uma notícia e outra, pode-se inferir que era uma questão recorrente nas escolas a alta demanda por vagas, pois foram encontradas essas notas referentes aos pedidos de aumento de turma até o ano de 1930.

Era muito comum o jornal noticiar as transferências de alunos entre as escolas complementares. Estão presentes nos jornais não só a circulação docente, como foi apontado no capítulo anterior; como também a de alunos, que através de requerimentos endereçados aos diretores pediam transferência de uma escola complementar para outra.

As nomeações de complementaristas para ocupar cargos de professores também foram amplamente divulgadas pelo jornal. Aparecem neles as nomeações em todos os segmentos do ensino paulista, especialmente nas escolas mistas, o que comprova mais uma vez a circulação massiva desses professores em todas as regiões do estado.

Outro ponto que chama a atenção nas notas do jornal é a divulgação de uma seção denominada de *Chronica Social*, que relata eventos sociais de alunos complementaristas. Eram divulgados aniversários e notas sobre as férias e outros eventos. Constata-se que a elite também frequentava a escola, sendo que as colunas sociais relatavam sempre eventos relacionados a essa classe social. “Para esta capital, seguia, no dia 26, o inteligente menino José Pinto Corrêa, filho do Sr. A.P. Corrêa Júnior, redactor do Correio de Amparo, a fim de cursar as aulas da Escola Complementar” (CORREIO PAULISTANO, 08/03/1900).

Relatos de alunos complementaristas passando férias eram muito recorrentes. “Estão nesta cidadeem goso de férias os estudantes taubateanos Sr. Ernesto Sampaio, alumno da Escola Complementar de Itapetininga [...]”. As formaturas de alunos também eram noticiadas, e essas notas provavelmente eram pagas pelas famílias dos alunos.

**Figura 4 – Aluna complementarista**

—Acha-se entre nós a senhorita Ignez de Faria, nossa conterranea, que concluiu o curso de professora na escola complementar.

Fonte: Correio Paulistano (03/01/1904).

Outra nota publicada permite inferir a proveniência social da complementarista: “A senhorita Amélia Viterbo, alumna do 3º anno da Escola Complementar annexa à normal, filha do Sr. Tiburcio Viterbo, redactor das actas do Senado”.

Observa-se também a oferta de cursos preparatórios para os exames na Escola Complementar. Esses cursos eram ministrados por professores normalistas, conforme mostra a Figura 5.

**Figura 5 – Curso preparatório para exames de suficiência nas Escolas Complementares**

**ESCOLA COMPLEMENTAR**  
 O professor normalista Jayme Candalaria prepara alumnas e alumnos para os exames na Escola Complementar. — Mensalidade, 20\$000.  
 RUA MARIA TERESA, 10

Fonte: Correio Paulistano(29/10/1910).

Em relação ao primado da visibilidade, a Escola Complementar foi uma importante vitrine para propagar e impulsionar as ações da Instrução Pública através do jornal *Correio Paulistano*. As notícias dos eventos nos quais a escola participava eram frequentes nas edições do jornal, que colocava a Escola Complementar no mesmo patamar de visibilidade da Escola Normal.

São frequentes as notas sobre as festividades da escola desde sua inauguração, passando pelas formaturas, exposições culturais e até visitas de políticos. Pode-se dizer que todos os ritos relacionados à escola eram noticiados pelo jornal, corroborando a importância da Escola Complementar dentro do sistema educacional paulista.

As solenidades de abertura e encerramento do ano letivo eram documentadas, e as homenagens aos alunos mais aplicados eram relatadas nos jornais. Tais publicações passam a impressão de uma proposta de legitimação da escola perante a sociedade, ou seja, de comprovação de sua eficiência e de seu reconhecimento social.

As festas escolares eram relatadas em todos os pormenores e na maioria das vezes contavam com a participação das autoridades da época, como o caso seguinte, relatado no jornal.

O Sr. Pedro Voss, director da escola modelo Prudente de Moraes e complementar anexa, foi hontem ao Palacio convidar o Sr. Presidente do Estado para assistir a festa de encerramento da aulas que se realizam no domingo, 2 do próximo mez, e a solennidade de distribuição de diplomas à primeira turma de alumnos formados pela Escola Complementar anexa àquella escola.(CORREIO PAULISTANO, 27/11/1900)

A escola também foi utilizada como palanque político. As visitas e participações dos secretários do interior, bem como de políticos ligados ao PRP (Partido Republicano Paulista), foram relatadas através de homenagens prestadas nas escolas para políticos das regiões (CORREIO PAULISTANO, 22/04/1903).

**Figura 6 – Homenagem política na Escola Complementar de Guaratinguetá**

◆

**De Guaratinguetá, recebemos hontem, á noite, o seguinte telegramma :**

Realizou-se hoje, na sala da Camara Municipal, a solenne entrega do primoroso retrato do senador Rodrigues Alves á directoria da escola complementar de Guaratinguetá, para ser collocado no seu respectivo salão de honra.

Presente compacta massa popular, commissões escolares e representantes de Lorena, foram delirantemente aclamados o presidente da Republica e do Estado, secretario do Interior e senador Rodrigues Alves.

Após a cerimonia, o povo acompanhou o manifestado até á sua residencia, onde a escola complementar, por seu director, lhe fez entrega do precioso mimo, agradecendo, commovido, o mesmo senador. A cidade está em festa.—A commissão, *drs Ernesto de Castro, Moraes Filho e Coriolano Góes.*

Fonte:Correio Paulistano (22/04/1903)

Outro fato que demonstra a ligação das escolas como palanque político está na notícia da visita de Francisco Glicerio e Bonto Quirino (políticos ligados ao PRP) à Escola Complementar de Campinas (CORREIO PAULISTANO, 30/03/1904).

**Figura 7 – Homenagem política na Escola Complementar de Campinas**



Fonte: Correio Paulistano (30/03/1904).

As visitas tanto de comissões da Instrução Pública (representadas pelo Secretário do Interior) quanto de políticos eram frequentemente relatadas no jornal. A Escola Complementar se mostra nesses relatos como elo importante entre a sociedade e os políticos que a usaram como propaganda de Instrução Pública, corroborando assim o primado da visibilidade.

#### **4.3 As gerações de egressos da Escola Complementar: o magistério e outros destinos**

Os complementaristas marcaram o cenário educacional na Primeira República de maneira significativa ao longo de toda a existência da escola. Ocuparam cadeiras nas escolas da capital e do interior do São Paulo e representaram o professorado dessa primeira fase. Mas alguns foram além: destacaram-se pelas suas ações no campo educacional e político e se envolveram diretamente nas questões da Instrução Pública no período estudado e posteriormente.

Podem ser destacados aqui alguns complementaristas que se tornaram referência para a estruturação e organização do ensino paulista. Suas atuações foram determinantes para uma série de reformas que se seguiram durante a Primeira República.

O que mais se destacou entre os complementaristas foi Sud Mennucci, formado pela Escola Complementar de Piracicaba, em 1908. Ele foi um personagem que atuou em várias

frentes e teve um papel determinante para a elaboração da articulação de reformas na Instrução Pública. Sua figura está diretamente ligada ao professorado da época.

**Figura 8 – Sud Mennucci**



Fonte: Centro do Professorado Paulista (2021).

Após a Escola Complementar, tornou-se professor em escolas rurais, fato que o marcou como um defensor do ensino rural. Por onde passou, acabou por escrever artigos para jornais locais. De acordo com Santos (2015), em 1913 participou da comissão de professores responsáveis pela reforma dos programas da Escola de Aprendizes Marinheiros, na cidade de Belém, no Estado do Pará. Em 1914, retornou como professor no grupo escolar da cidade de Porto Ferreira, onde conheceu Lourenço Filho. Sua amizade com Lourenço Filho o levou a conhecer Júlio de Mesquita, que indicou Mennucci para colaborar no Jornal *O Estado de S.Paulo*, no qual atuou como diretor e redator. No referido jornal escreveu textos de crítica literária, política e educação.

Mennucci mantinha amizade também com Sampaio Doria, que o convidou, quando Diretor Geral da Instrução Pública, para a organização do censo escolar em 1920. Um ano depois, tornou-se Delegado Regional de Campinas. Permaneceu no cargo até 1924, quando exonerou para trabalhar no *O Estado de S.Paulo* como redator.

Fernando de Azevedo o convidou para a comissão que elaborou o anteprojeto da reforma educacional no Rio de Janeiro. Foi membro da Sociedade de Educação de São Paulo e vice-presidente da Legião Revolucionária que apoiou a Revolução de 1930 (SANTOS, 2015).

Sud Mennucci foi Diretor da Instrução Pública por três vezes e participou da organização Centro do Professorado Paulista (CPP), organizando a representação da classe do magistério. Tornou-se presidente em 1933 e permaneceu no cargo até a sua morte, em 1948.

Em 1939, Sud Mennucci foi nomeado chefe do Departamento de Publicidade do Ministério da Agricultura. Nesse cargo publicou parte de sua vasta obra relacionada à educação que serviu como referência para vários estados. Publicou seis livros voltados para a formação de professores especialmente relacionados a escola primária rural e trabalho agrícola, tema norteador de seus trabalhos.

Conforme aponta Santos (2015), em 1946, o interventor do Estado de São Paulo, Macedo Soares, o nomeou para a cadeira de História, Geografia e Sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo, o que gerou muitas críticas devido à sua formação como complementarista.

Uma tensão vivida por Mennucci na hierarquia do campo educacional. A titulação de professor realizada na Escola Complementar de Piracicaba era considerada menor em relação à formação na Escola Normal. As imagens de sociólogo, historiador e professor minimizavam a pouca titulação aos demais administradores do ensino conferindo poder simbólico para a que pudesse participar da disputa das posições privilegiadas na hierarquia educacional. (SANTOS, 2015, p. 32)

Seu foco maior de estudo foi a educação rural e Mennucci utilizou de sua influência para difundir-la no meio político e intelectual da época, mesmo diante de questionamentos acerca de sua pouca formação, de acordo com Santos.

Para Mennucci, havia um desinteresse dos administradores públicos e do ensino pela escolarização da população rural. Afirmava que estes possuíam uma mentalidade “urbanista”, pela qual valorizavam a vida nas cidades e desprezavam o campo e o trabalho na agricultura, pois o associavam ao negro escravizado. (SANTOS, 2015, p. 17)

A *Revista do Professor*, órgão do CPP, foi um espaço privilegiado por ele para divulgar suas ideias para a classe do magistério. Não somente à revista, mas o próprio CPP, como órgão representativo do magistério, transformou Mennucci como sua marca, seu símbolo maior, conforme aponta Santos.

O CPP investiu na construção da memória de Mennucci como educador, associando sua imagem à criação da associação. Esta é vista como resultado da bondade e do senso de justiça de Mennucci. É interessante observar que Mennucci atuou cinco anos como professor em sua trajetória no campo educacional. A partir do momento em que foi convidado para participar de reformas educacionais passou a ocupar posições na administração do ensino. Sua formação na Escola Complementar era considerada inferior em relação ao que se formava nas Escolas Normais. O CPP

utilizou o preconceito em relação à sua formação para enaltecer a trajetória profissional de Mennucci sob o argumento de que apenas com o título de mestre escola teria chegado ao posto de Diretor do Ensino em São Paulo. (SANTOS, 2015, p. 120)

Até os dias de hoje, Sud Mennucci é reverenciado pelo CPP como uma espécie de memória coletiva do professorado. O CPP como sindicato dos professores atualmente tem em Mennucci uma representação da luta do magistério paulista frente às questões políticas e pedagógicas que se apresentam.

Nas palavras de Monarcha (2007, p. 20), ele “[era] sem dúvida um homem moderno de sua época, trafegava na contramão do contagiante imaginário urbano-industrial em ascensão denominado ‘Escola Nova’, segundo ele próprio das sociedades de grande avanço industrial, porém inadequado ao Brasil agrário”.

Sempre muito atuante no campo da educação, Sud Mennucci entrou em uma polêmica com Renato Jardim na Sociedade de Educação de São Paulo, da qual ambos eram membros ativos. Nery (2009) retratou em sua tese a polêmica ocorrida quando Renato Jardim, ex-diretor da Escola Normal da Capital e Sud Mennucci, membro da executiva da Sociedade de Educação de São Paulo, organizou a III Conferência Nacional da Educação. Após a Conferência, em 1929, Sud enviou um artigo para o jornal *O Estado de S. Paulo* intitulado “A Escola Paulista”, no qual fez críticas ao ensino aplicado nas escolas do estado, que não eram nem ativas e nem tradicionais. Renato Jardim resolveu, então, levar essa discussão para a Sociedade de Educação. As discussões acerca do artigo de Sud foram publicadas no jornal *Diário de S. Paulo*.

A polêmica não acabou: Mennucci se sentiu lesado e passou a escrever uma série de artigos no jornal *O Estado de S. Paulo* defendendo suas ideias e atacando Renato Jardim. A réplica veio também em forma de artigos escritos por Jardim para o mesmo jornal. Os artigos foram publicados também na revista *Educação*, de fevereiro a agosto de 1930 (NERY, 2009). Essa polêmica evidencia a atuação ativa de Sud Mennucci no campo da Educação em São Paulo.

Outra figura importante neste cenário é a de Amadeu Mendes. Formado na Escola Complementar de Itapetininga em 1899, ou seja, na primeira turma dessa escola, ele aparece como diretor do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá na cidade de Bragança, conforme o Anuario do Ensino de 1917. Ocupa lugar de destaque na educação como membro da Sociedade de Educação de São Paulo na segunda fase, de 1927 a 1931. Atuou juntamente com Sud Mennucci, Fernando de Azevedo, Sampaio Doria, Almeida Júnior e Renato Jardim

(INOUE, 2015), e foram responsáveis por alterações significativas no campo educacional paulista.

**Figura 9 – Amadeu Mendes**

Fonte: Paula (1946).

Amadeu Mendes foi Diretor Geral da Instrução Pública de 1927 a 1930, na gestão de Júlio Prestes. Assumiu a organização da 3.<sup>a</sup> Conferência Nacional da Educação da ABE (Associação Brasileira de Educação). Foi também diretor do Ginásio de Campinas no ano de 1931 (INOUE, 2015).

Inoue (2015) faz uma importante observação sobre a formação de Mendes que permite uma articulação com os fatos ocorridos com Sud Mennucci devido à sua formação: o fato de os complementaristas não estarem no mesmo patamar que os normalistas. De acordo com Inoue, “é intrigante o fato que a biografia de Amadeu Mendes não constar na Poliantéia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal. Uma das hipóteses era o fato dele não ter passagem pela Escola Normal da Capital ou de qualquer outra enquanto professor” (p. 49).

Mendes foi o responsável por implantar a reforma que ganhou seu nome (Lei n.º 2269, de 31 de dezembro de 1927). Esta equiparou as escolas normais livres e oficiais, com a preocupação de melhorar e expandir o ensino primário e diminuir o analfabetismo, e iniciou a reforma pela formação de professores (INOUE, 2015).

A justificativa de Amadeu Mendes foi de que as Escolas Normais oficiais demorariam seis anos para formar os cinco mil professores para atender à demanda, pois, segundo o diretor, 2.156 escolas rurais foram criadas em 1926 e muitas delas estavam vagas por falta de professores. Em outro momento do relatório, ele justifica a criação das Escolas Normais Livres, citando uma fala do presidente do Estado, Júlio Prestes sobre os custos pagos pelo governo para manter as Escolas Normais Oficiais e a economia que as Normais Livres trariam para os cofres públicos. (INOUE, 2015, p. 59)

O foco importante de sua gestão enquanto Diretor Geral da Instrução Pública foi a divulgação das ações do órgão e a propagação da educação através da *Revista de Educação*. Durante a sua gestão, foram publicados *Relatórios de Ensino* ao invés dos *Anuários de Ensino*.

Nery (2009), em seus estudos sobre a Sociedade de Educação de São Paulo, aponta Mendes como um conciliador dentro do grupo dominante no campo educacional da época. Esse caráter conciliador está, de acordo com Nery, no fato de Mendes articular canais de comunicação.

Nota-se, na administração de Amadeu Mendes, uma grande preocupação em manter canais de comunicação e divulgação das atividades de Diretoria Geral da Instrução Pública. O periódico editado anteriormente com o nome de Revista Escolar foi todo reestruturado, pois deixou de ser exclusivo após a aliança entre a Diretoria Geral e a Sociedade de Educação, a passou a chamar-se “Educação”. (NERY, 2009, p. 105)

Nery (2009, p. 106) também aponta que durante a gestão de Mendes foi criada a “Biblioteca da Educação”, configurada, por parte de Mendes, como uma “propaganda da cultura pedagógica”. Essa biblioteca era um suporte para os professores e contribuiu para a divulgação de novas e modernas ideias pedagógicas.

O caráter conciliador de Mendes se refere à forma como ele conduzia os embates entre seus opositores na Sociedade de Educação. Esses opositores, conforme aponta Nery (2009), são do período da gestão de Pedro Voss<sup>25</sup>. Não foram encontradas mais informações sobre Amadeu Mendes durante a escrita desta tese.

Outro nome a ser tratado é o de João de Toledo. Formado na 2.<sup>a</sup> turma da Escola Complementar de Itapetininga em 1900, Toledo foi retratado na *Poliantéia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal de São Paulo*. Apesar de não ter tido muito destaque na história da educação, seu legado se tornou um símbolo de seu período como complementarista, deixando evidente em sua vasta obra a marca de sua formação inicial.

Para tratar desse complementarista, utiliza-se como referência a tese de Maria de Lourdes Pinheiro (2009), que trata do legado deixado por Toledo no que se refere às questões pedagógicas para o período em que destacou – décadas de 1920 e 1930.

---

<sup>25</sup> Nota-se aqui a presença da Escola Complementar representada na figura de um complementarista (Amadeu Mendes) e de um ex-diretor da escola (Pedro Voss).

**Figura 10 – João de Toledo**

Fonte: Pinheiro (2009, p. 24).

João de Toledo foi nomeado em 1901 para a direção do Grupo Escolar de Serra Negra e ficou no cargo até abril de 1908, quando ocupou a direção do Grupo Escolar “Cel. Joaquim Salles” em Rio Claro.

Em 1913 foi nomeado para ocupar a cadeira de Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Cívica da Escola Normal Secundária de São Carlos. Outro ponto que nos chama a atenção é que Toledo foi aluno do médico italiano Ugo Pizzoli em um curso de Pedagogia Científica, ministrado por ele na cidade de São Paulo (PINHEIRO, 2009).

Em janeiro de 1921, Toledo foi nomeado para a direção da Escola Normal de Campinas. O fato de ter sido professor na Escola Normal Secundária de São Carlos e diretor da Escola Normal de Campinas pode ter sido o motivo de ele ser retratado na *Poliantéia*.

Toledo publicou artigos nas áreas de História, Pedagogia, Psicologia, tratando de metodologia, ideais nacionais e sua relação ao ensino elementar, a escola brasileira, entre outros. Deixou um vasto legado teórico acerca da escola e da formação do povo brasileiro. Pinheiro (2009) aponta que Toledo publicou muitos de seus artigos na *Revista da Escola Normal de São Carlos* e na *Revista de Ensino*, órgão da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo.

João de Toledo foi escolhido por Sampaio Dória para ser diretor da Escola Normal de Campinas, além de professor da disciplina Prática Pedagógica. Publicou livros que foram utilizados oficialmente nos Grupos Escolares e Escolas Complementares. Sua obra *Sombras que vivem* foi aprovada por Guilherme Kuhlmann, então Diretor Geral da Instrução Pública, em 1922. O livro também foi utilizado oficialmente nas escolas do Estado do Ceará, quando da gestão de Lourenço Filho como Diretor Geral da Instrução Pública daquele estado (PINHEIRO, 2009).

Em 1925 publicou uma obra intitulada *O crescimento mental. Exposição analytica da psycopedagogia para uso dos alumnos das escolas normaes e dos professores do curso primário*. Neste mesmo ano, a convite de Pedro Voss, então Diretor Geral da Instrução Pública, tornou-se Inspetor Geral do Ensino. Neste cargo publicou *A Escola Brasileira – desenvolvimento do programma de padagogia em vigor das escolas normaes* e, em 1930, publicou *Didactica (nas escolas primarias)*.

A trajetória profissional de João de Toledo se estendeu até a extinção da Escola Complementar. Pinheiro(2009)também aponta que de maio a outubro de 1932, Toledo ocupou o mais alto cargo da Instrução Pública da época, o de Diretor Geral do Ensino. Foi um momento bastante conturbado devido à Revolução Constitucionalista de 1932.

Em 1934, Toledo ocupou os cargos de Chefe do Serviço Técnico da Diretoria Geral do Ensino e de assistente de seção da Prática de Ensino do Instituto de Educação de São Paulo, onde apresentou sua obra *Planos de lição – noções communs*. Seu último livro publicado foi “São Paulo – variações sobre motivos da história paulista” em 1939.Neste período, Toledo foi diretor do Instituto Ana Rosa (PINHEIRO, 2009).

Apesar de ser uma figura bem conhecida e respeitada no meio educacional, pois era autor de livros que tiveram grande divulgação, o seu apoio à tradição do ensino paulista e a sua defesa a uma proposta de educação pautada nos modelos de lições, fizeram com que João Toledo fosse tido por alguns escolanovistas da época como “representative-man” da escola tradicional. Nos embates educacionais que tiveram lugar nas décadas de vinte e trinta, os escolanovistas (que se viam como renovadores) foram bem sucedidos em afastar, em obscurecer a presença de quem defendia outras propostas que não a da Escola Nova. Tidos como “conservadores”, como defensores de uma “velha escola” e de uma “pedagogia tradicional”, educadores como João Toledo foram relegados à penumbra, sobretudo pela ênfase dada, na escrita da história da educação brasileira nos debates que envolveram católicos e liberais naquele momento. (PINHEIRO, 2009, p. 247)

João de Toledo representou durante toda a sua trajetória profissional e intelectual o primeiro período da Reforma de 1892, fruto talvez de sua formação complementarista, que o acompanhou nas suas produções intelectuais numa tentativa de preservar os ganhos pedagógicos do método intuitivo nesse primeiro período da República e tudo o que o modelo escolar paulista representou. A Escola Complementar se destaca na trajetória de João Toledo como genuína representante desse Modelo Escolar. Isso se mostra visível na tese de Pinheiro(2009),quando ela se aprofunda nas motivações da escrita de Toledo e no seu legado intelectual.

Monarcha (2011) afirma a importância do legado de João de Toledo para os estudos da educação nos âmbitos da História, Psicologia e Didática nos primórdios da República. Ele

representou as ideias pedagógicas e políticas daquele período, afirmando e validando o ideário republicano. “O pensamento social de João de Toledo está em conexão aberta com as clivagens profundas do republicanismo cientista, a saber, nacionalismo e ruralismo referidos à construção da identidade do povo brasileiro” (MONARCHA, 2011, p. 45).

Também importante neste cenário é o nome de Fabiano Lozano. Diplomou-se em 1903 na Escola Complementar de Piracicaba. Era irmão do professor Lázaro Lozano e criou o *Orpheon Piracicabano*, no qual desenvolveu estudos e metodologias sobre a Pedagogia Vocal. Assim como o seu irmão, nasceu na cidade de Tijola, Espanha, em 20 de janeiro de 1886, e aos três anos de idade veio para o Brasil.

**Figura 11 – Fabiano Lozano**



Fonte: Braga (s.d.).

Sua marca ficou ao criar, juntamente com o seu irmão Lázaro, reuniões para promover a arte chamadas de “Horas da Arte”. Tratava-se de uma reunião entre colegas, alunos e ex-alunos (dentre eles, complementaristas), na cidade de Piracicaba (PAJARES, 1995).

Em 1908, voltou à Europa, onde aperfeiçoou seus estudos musicais em Madrid, no Conservatório de Música. Voltando à Piracicaba, foi nomeado como substituto efetivo e depois como adjunto do Grupo Escolar Moraes de Barros, além de se dedicar ao ensino particular de solfejo e piano (PAJARES, 1995).

Em 1914 foi nomeado professor de música da Escola Normal de Piracicaba, exercendo este cargo até 1930. Foi nomeado Assistente Técnico do Ensino de Música, junto à Diretoria Geral do Ensino em São Paulo. Ainda em 1914, criou o primeiro Orfeão Normalista e, em

1917 seu primeiro Orfeão de cunho artístico. Fundou em 1925 o Orfeão Piracicabano, que excursionou pelo Brasil e chegou até o Teatro Municipal no Rio de Janeiro (PAJARES, 1995). A partir daí, organizou todo um repertório para o orfeão brasileiro, contendo arranjos de músicas folclóricas e composições de sua própria autoria.

Lozano foi diretor do Departamento de Música do Colégio Piracicabano e fundou a Sociedade “Amigos da Arte”. Foi comissionado do Estado de Pernambuco, em 1930, onde estruturou e orientou o ensino de música e canto coral nas escolas públicas. Apresentou na cidade de Recife, em 7 de setembro de 1930, uma audição na Escola Normal Oficial com um orfeão infantil e outro normalista. Fundou a Orquestra Piracicabana e foi um dos fundadores da Sociedade de Cultura Artística de Piracicaba, em 1925. Voltando de Pernambuco, fixou-se em São Paulo, em 1931, onde organizou o Serviço de Música e Canto Coral do Estado. Nesta época, Lozano foi o idealizador e regente de apresentações de grandes corais, com trezentos integrantes em média (PAJARES, 1995).

Em 1939, foi nomeado Assistente Técnico do Serviço de Música. Em 1951, organizou em Assunção, no Paraguai, um grande coral para as comemorações cívicas daquele país. Em 1952, realizou o que foi seu grande sonho: a autorização para organizar o Orfeão do Professorado Paulista, o qual regeu diversas vezes, inclusive para comemorar a sua aposentadoria, quando recebeu o título de “Educador Emérito” (PAJARES, 1995).

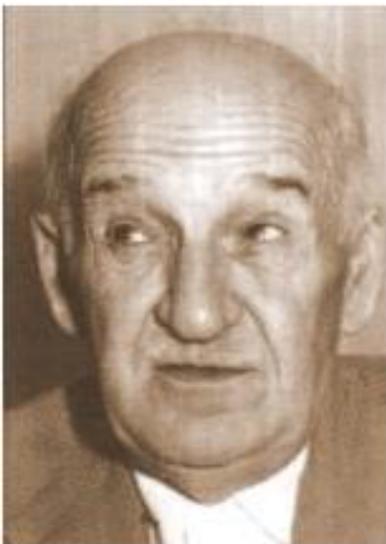
Lozano foi autor de muitas obras didáticas voltadas para o ensino de música nas escolas e esse início ocorreu na Escola Complementar, onde ele iniciou seus estudos e onde também seu irmão Lázaro foi professor. Suas obras constituem a base da iniciação vocal e musical no contexto em português, e em suas peças podemos notar os métodos direcionados para a educação de crianças e jovens acerca de técnica vocal e percepção de prosódia musical. Tudo isso teve início nos bancos da Escola Complementar de Piracicaba.

Finalmente, cabe apresentar Leonel Vaz de Barros, também conhecido como Léo Vaz. Nasceu em Capivari, no dia 06 de junho de 1890. Entrou para a Escola Complementar de Piracicaba em 1908 e no mesmo ano passou a colaborar no jornal *Gazeta de Piracicaba* e em jornais de cidades próximas, comprovando sua verdadeira vocação – o jornalismo. No ano seguinte, ainda como complementarista, fundou seu primeiro jornal em parceria com Brenno Ferraz, de nome *A Noiva da Colina*.

Léo Vaz se formou complementarista em 1911. Foi professor da Escola Reunida de Monte Alegre, cargo em que permaneceu até o ano de 1914. Em 1913, foi convidado a lecionar na Escola de Aprendizes Marinheiros em Recife, participando da reforma do ensino

organizada por Arnaldo Barreto naquele Estado. Foi demitido por exigir aumento de salário (MATTOS, 2009).

**Figura 12 – Leonel Vaz de Barros (Léo Vaz)**



Fonte: Barros (2001).

Entre 1914 e 1918, Léo Vaz trabalhou como professor primário nas cidades de Porto Ferreira, Itápolis e Barretos. Na cidade de Itápolis, escreveu uma obra que remete à sua experiência como professor complementarista: *O Professor Jeremias*. Publicou artigos em jornais locais e para o *Jornal do Comércio* em São Paulo.

Em 1918, pediu exoneração de seu cargo de professor efoia São Paulo para exercer o jornalismo que sempre foi sua verdadeira vocação, ao contrário do magistério, que pouco lhe atraía. Sobre o magistério, o próprio Léo Vaz dizia: “mestre escola de pouco exercício e nenhum entusiasmo” (BARROS, 2001, p. 216).

No mesmo ano começou a trabalhar no jornal *O Estado de S. Paulo*, indicado por Monteiro Lobato, seu amigo, onde permaneceu como jornalista ao longo de toda a sua vida. Pela editora de Monteiro Lobato, publicou *O Professor Jeremias*.

Entre 1921 e 1923, retornou para a sala de aula para lecionar francês na Escola Normal de São Paulo, como professor substituto. Entre 1923 e 1924 se tornou um dos redatores da *Revista da Sociedade de Educação de São Paulo*. Esses fatos mostram suas estreitas ligações com o professorado, especialmente sua amizade com SudMennucci, que iniciou ainda como aluno da Escola Complementar de Piracicaba.

Em 1925 fundou, juntamente com os jornalistas Clóvis Ribeiro e Pinheiro Júnior, o jornal *O Diário da Noite*, e concomitante ao trabalho neste e no jornal *O Estado de S.Paulo*, ocupou vários outros cargos, tais como Chefe Técnico da Biblioteca da Faculdade de Direito

do Largo do São Francisco e Bibliotecário da Assembleia Legislativa de São Paulo. Em 1969 se tornou diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, a convite de Júlio de Mesquita Filho. Faleceu em São Paulo, em 5 de março de 1973.

Os professores elencados nesse quadro se destacam nas pesquisas de Honorato (2017) e Corbage (2010) acerca das Escolas Complementares de Piracicaba e Guaratinguetá, respectivamente. Alguns professores tiveram projeção nacional e outros atuaram localmente. Foram alunos complementaristas, em sua maioria, da primeira geração (1892-1910), e atuaram nas Escolas Normais de Guaratinguetá e Piracicaba.

**Quadro 7 – Egressos de destaque das Escolas Complementares**

<b>Escola Complementar de Guaratinguetá</b>	<b>Escola Complementar de Piracicaba</b>
Maria Amália de Magalhães Turner – formada em 1912, pela Escola Complementar de Guaratinguetá, professora primária na fazenda Itacuruçu, em Pindamonhangaba e professora do Grupo Escolar Flamínio Lessa em Guaratinguetá.	Olívia Bianco – Professora de ginástica da Escola Normal de Piracicaba.
Rogério da Silva Lacaz – Professor e diretor da Escola Complementar de Guaratinguetá.	Pedro Crem Filho – Professor da 1ª cadeira de língua vernácula e califasia da Escola Normal de Piracicaba. Membro da Liga Nacionalista e um dos oposicionistas do Partido Republicano Paulista.
Diomar Pereria da Rocha – formado em 1919 pela Escola Complementar. Bacharel em Direito pela Universidade do Brasil. Foi professor primário na Escola Distrital do Rio do Peixe em Natividade da Serra, professor da escola rural em Bananal, professor da Escola Complementar Anexa a Escola Normal de Guaratinguetá. Foi inspetor fiscal da Escola Normal Livre do Colégio Santo André em Jaboticabal.	Dario Brasil – Professor dos Grupos Escolares de Limeira e Piracicaba. Nacionalista, foi professor da cadeira de Geografia e História do Curso Complementar.
Luiz Menezes – professor da Escola Isolada da Bela Aliança em Queluz. Professor das Escolas Reunidas de Aparecida e professor e vice - diretor da Escola Modelo Anexa à Escola Normal de Guaratinguetá.	Adolpho Carvalho – foi inspetor escolar, adjunto dos grupos escolares Moraes de Barros e Barão do Rio Branco e professor da cadeira de Francês e Latim da Escola Complementar de Piracicaba.
Miquelina Cartolnana- Professora Primária.	Manoel Dias de Almeida – Professor da 5.ª Cadeira de Ciências Físicas e Naturais da Escola Complementar de Piracicaba.
Otaviano de Melo – Diretor do Grupo Escolar Flamínio Lessa de Guaratinguetá.	Presciliana Benvinda de Oliveira – Professora Primária.
Justino Antunes Sobrinho – Adjunto Complementarista do Grupo Escolar Flamínio Lessa de Guaratinguetá.	Maria Luiza Fachada – Professora Primária.
Lídia Limongi- Professora adjunta complementarista do Grupo Escolar Flamínio Lessa de Guaratinguetá.	Eugênia da Silva – Professora Primária.
	Maria Graner – Professora Primária

Fonte: organização da autora.

A geração de Egresso do primeiro período (1892 - 1910) foi composta de professores, educadores e intelectuais que despontaram no cenário educacional paulista, brasileiro e internacional. Foi o caso de Sud Mennucci que, para além do âmbito nacional, manteve expressiva troca de correspondência com diferentes sujeitos de variados pontos do Brasil. Há que se destacar um segmento dos sujeitos da rede de sociabilidade de SudMennucci sobre educação, quais sejam, “organizações ou pessoas estrangeiras radicadas no Brasil ou no estrangeiro” (MORAES, 2019, p. 120).

Na segunda geração de egressos (1917-1933), é importante destacar a também atuação expressiva no âmbito educacional, sobretudo no interior do Estado de São Paulo, especialmente a atuação nas Escolas Normais primárias e secundárias no interior.

Para concluir, os professores complementaristas, alunos egressos da Escola Complementar, ocuparam cadeiras com as denominações de adjuntos complementaristas e substitutos efetivos complementaristas. Apesar desses termos hierárquicos, a legislação lhes proporcionou os mesmos benefícios que os egressos das Escolas Normais.

Compreende-se que a ação dos complementaristas foi significativa para suprir a demanda de mão de obra docente no Estado de São Paulo. Atuaram localmente como professores primários nos Grupos Escolares, Escolas Isoladas e até mesmo ocuparam cadeiras nas Escolas Normais e direção dos Grupos Escolares, promovendo a circulação deles por todas as regiões e a contribuição para a irradiação do Modelo Escolar Paulista. Essa contribuição permitiu a “rápida e volumosa produção de professores”, conforme tratado anteriormente.

Após 1917, a Escola Complementar, como via de acesso ao ensino normal, tornou-se a formação intermediária entre o ensino primário e o normal, preenchendo a lacuna entre eles, mesmo que o governo não assumisse de fato o caráter de ensino secundário que as Escolas Complementares adquiriram após a referida data.

Por fim, nos âmbitos estadual e nacional, esses homens foram produtores de conhecimento e tomaram a frente do campo político educacional, além de ocuparem cargos importantes em outras áreas profissionais e intelectuais. Divulgaram práticas pedagógicas que ocorriam dentro da escola e se destacaram no campo político brasileiro.

# 5

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A Escola Complementar foi inicialmente pensada como prolongamento da Escola Primária, papel esse não cumprido, uma vez que somente com a Lei n.º 5692/71 ocorreu a ampliação da obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos. Ao ser promovida a escola de formação de professores, ela ganhou relevância e assumiu a característica que a marcou até seus derradeiros dias.

O ciclo de vida da Escola Complementar foi marcado por dois momentos distintos: um primeiro (1892-1910), em que cumpriu o papel de formar professores através de cinco instituições: Escola Complementar da Capital, de Campinas, de Itapetininga, de Piracicaba e de Guaratinguetá, ao lado da Escola Normal da Capital; um segundo momento (1918-1933), em que se estabeleceu ao lado das Escolas Normais (Piracicaba, Campinas, Itapetininga, Guaratinguetá, Casa Branca, Botucatu, Brás, São Carlos, Pirassununga e Capital) como pré-formação para o Ensino Normal, cumprindo o papel de Ensino Secundário.

Esta tese demonstra o papel de preencher ausências que a Escola Complementar cumpriu num momento de constituição do sistema estadual de ensino do Estado de São Paulo. Ainda que tenha sido tomada de empréstimo de experiências de outros países, nas terras paulistas ela adquiriu suas próprias características, como foi demonstrado ao longo deste estudo.

A Escola Complementar orbitava em torno da Escola Normal da Capital e da Escola Modelo, mas adquiriu vida própria quando, na forma da lei, foi convertida em escola de formação de professores para a Escola Primária. Ao contrário do que indica a historiografia, não houve ambiguidade: a Escola Complementar se diferenciava da Escola Normal por sua grade curricular, por ter adotado um caráter de ensino secundário e por ter proporcionado a quantidade de mão de obra docente para todo o Estado de São Paulo no período da Primeira República, principalmente para o interior do estado, nas regiões mais distantes da capital. A precariedade curricular aparece tanto na Escola Complementar quanto na Escola Normal, especialmente, para esta última, no período entre 1892 e 1910.

Não somente o legislador viu na Escola Complementar uma facilidade de implantação da Escola; as municipalidades também reconheceram essa viabilidade, tendo em vista a quantidade de pedidos de abertura veiculados pelo jornal *Correio Paulistano*. Pode-se inferir que a boa aceitação da Escola Complementar por parte da sociedade é fruto da ausência do

ensino secundário nas regiões onde foi implantada e, portanto, foi o meio mais fácil de acesso à escolarização num período em que apenas 20% da população tinha acesso aos estudos.

A importância da Escola Complementar foi constatada quando ela retornou em 1917 como via de acesso à Escola Normal, mantendo um importante elo com os ensinos primário, secundário e normal. Aos poucos, foi adotando características de ensino secundário, mas nunca foi assumida como tal pelos reformadores e legisladores. Sua extinção significou, na verdade, a sua absorção finalmente pelo ensino secundário, pois sua representação foi significativa a ponto de os sujeitos que fizeram parte dela se destacarem nos campos educacionais e políticos em São Paulo e no Brasil.

A carreira de parte de seus egressos foi fundamental para criar uma rede de influências dentro e fora das escolas e à frente de tomada de decisões e organizações de legislação e metodologias educacionais, sendo fulcrais para a organização do campo educacional paulista e a construção do sistema estadual de ensino. Alguns atuaram de maneira direta como agentes implantadores das reformas da instrução pública paulista. O jornal *Correio Paulistano*, por representar o grupo político dominante, deu visibilidade a essas ações.

Os diretores das Escolas Complementares, símbolos dessas mudanças e transformações, destacaram-se como os sujeitos principais das ações do governo e suas determinações ideológicas. O diretor organizava e estruturava a escola, começando pela contratação docente, e aplicava as normas e disciplinas estabelecidas pelo regimento interno. Além disso, nomeavam colegas normalistas para auxiliarem na organização pedagógica e administrativa das Escolas Complementares.

A Escola Complementar contribuiu para a estruturação da carreira docente no que se refere às denominações de cargos – tais como professor adjunto, professor substituto complementarista, entre outros –, ou seja, criou-se uma hierarquia que persiste até os dias de hoje.

No primeiro momento, em 1892, o corpo docente das Escolas Complementares foi determinado partindo do princípio de excelência e do destaque, especialmente pela Escola Normal, o que permite inferir que havia uma qualidade, sendo a Escola Normal um dos poucos graus de instrução disponíveis na época.

Após a formatura, os complementaristas circularam entre as cidades do interior e ocuparam cadeiras em todos os segmentos escolares. Ocuparam também cargos de direção de Grupos Escolares e chegaram a atuar nas Escolas Normais. Criaram círculos intelectuais e atribuíram um valor acadêmico e científico, representando um sistema educacional da época. Irradiaram o modelo escolar paulista e se tornaram os principais agentes das reformas da

Instrução Pública. Foram figuras importantes que estavam relacionadas às Escolas Complementares: João Lourenço Rodrigues, Pedro Voss, Antônio Alves Aranha, Honorato Faustino, dentre outros.

Por ter sido concebida inicialmente para ser uma continuação do curso primário, a Escola Complementar teve em seu início uma polêmica acerca da faixa etária. Tendo em vista que o ensino estava sendo estruturado pela primeira vez na história, é natural que seriam matriculados alunos de diferentes idades. A preocupação maior estava relacionada à faixa etária para exercer a carreira docente.

As escolas complementares sempre acompanharam o crescimento das escolas, suprimindo a mão de obra docente não somente no período entre 1892 e 1910, mas também após 1917, quando do seu retorno. Sempre mantiveram um número considerável de matrículas durante toda a sua existência e a procura de alunos de várias classes sociais foi evidenciada pelo jornal *Correio Paulistano*. Predominava um grande número de mulheres, conforme consta nos *Anuários de Ensino* em o *Livro Jubilar* (RODRIGUES, 1930a).

As festas escolares eram frequentemente noticiadas pelo jornal, comprovando que a Escola Complementar estava inserida no primado da visibilidade, sendo também utilizada como um meio de propaganda política promovida pelo PRP, conforme apresentado na seção 4.

Por fim, os complementaristas que se destacaram na política, no campo educacional e intelectual da sociedade paulista foram: Sud Mennucci, Léo Vaz, Amadeu Mendes, Fabiano Lozano, João de Toledo, dentre outros que não foram retratados aqui. Estiveram à frente de reformas educacionais, publicações de cunho político e pedagógico e destaque em outras áreas profissionais e se tornaram referência nas lutas políticas do professorado. Mostraram que a Escola Complementar foi o ponto de partida na atenção à formação da mão de obra docente nos primórdios da República em São Paulo.

## REFERÊNCIAS

---

ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: 1907-1908. liii, 430p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10030062-1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: 1909-1910. vi, 436p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10030058-1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1913. São Paulo: Directoria Geral da Instrucção Publica, cxxvi, 591p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10011709-1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1917. São Paulo: Directoria Geral da Instrucção Publica, v.1, 1917. 398p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10011712-1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1917. São Paulo: Directoria Geral da Instrucção Publica, v.2 anexos, 1917. 434p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10011713-1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918. São Paulo: Directoria Geral da Instrucção Publica, 842p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10011714-1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ANNUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1926. São Paulo: Directoria Geral da Instrucção Publica, 520p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10011716-1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. **A instrução pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920**. São Paulo, SP: E.P.U, 1976.

BARROS, Léo Vaz. **O professor Jeremias**. Rio de Janeiro: Bom Texto: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

BENITO, Agustín Escolano. **A Escola como cultura: experiência, memória, arqueologia**. Campinas, SP: Alínea, 2017.

BERTOLAI, André Luiz. **A Escola Complementar de Itapetininga (1897-1911)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

BRAGA, Gabriel Garcia. Fabiano Lozano. **Estudos de Repertório Coral**, s.d. Disponível em: <https://estudosderepertoriocoral.wordpress.com/fabiano-lozano/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

CABRAL, Maria Aparecida da Silva. **A invenção do aluno: a implantação do Primeiro Gymnasio da Capital em São Paulo (1894-1917)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CATANI, Denice B. Informação, disciplina e celebração: os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.1, n.2, p.9-30, jul/dez.1995.

CATANI, Denice Barbara. **Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim. Modelos culturais, **Saberes pedagógicos, Instituições educacionais: Portugal e Brasil, Histórias conectadas**. [S.l.: s.n.], 2011.

CENTRO DO PROFESSORADO PAULISTA (CPP). Presidentes. **CPP**, [2021]. Disponível em: <https://www.cpp.org.br/institucional/presidentes>. Acesso em: 18 fev. 2021.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, abril 1991.

COHN, Amélia. Verbete Correio Paulistano. **FGV CPDOC** [on-line], s.d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-paulistano>. Acesso em: 26 dez. 2020.

CORBAGE, Debora Maria Nogueira. **História e memória da Escola Complementar de Guaratinguetá (1906-1913)**. 2010. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CORREIO PAULISTANO, 8 de março de 1900, p.01 [Acervo da Biblioteca Nacional]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201900\educacao%2013111&pagfis=265](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201900\educacao%2013111&pagfis=265). Acesso em: 07 mar. 2021.

CORREIO PAULISTANO, 27 de novembro de 1900, p. 01 [Acervo da Biblioteca Nacional].  
Disponível em:

[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201900\edicao%2014002&pagfis=1323](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201900\edicao%2014002&pagfis=1323). Acesso em: 07 mar. 2021.

CORREIO PAULISTANO, 12 de janeiro de 1902, p. 01. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201900\edicao%2014002&pagfis=1323](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201900\edicao%2014002&pagfis=1323). Acesso em: 07 mar. 2021.

CORREIO PAULISTANO, 7 de fevereiro de 1903, p. 01 [Acervo da Biblioteca Nacional].

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201903\edicao%2014158&pagfis=2417](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201903\edicao%2014158&pagfis=2417). Acesso em: 07 mar. 2021.

CORREIO PAULISTANO, 22 de abril de 1903, p. 01 [Acervo da Biblioteca Nacional].

Disponível

em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201903\edicao%2014247&pagfis=2747](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201903\edicao%2014247&pagfis=2747). Acesso em: 07 mar. 2021.

CORREIO PAULISTANO, 3 de janeiro de 1904, p.03 [Acervo da Biblioteca Nacional].

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201904\edicao%2014506&pagfis=3933](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201904\edicao%2014506&pagfis=3933). Acesso em: 07 mar. 2021.

CORREIO PAULISTANO, 17 de setembro de 1904, p.02 [Acervo da Biblioteca Nacional].

Disponível

em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201904\edicao%2014736&pagfis=5128](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201904\edicao%2014736&pagfis=5128). Acesso em: 07 mar. 2021.

CORREIO PAULISTANO, 6 de janeiro de 1905, p.01 [Acervo da Biblioteca Nacional].

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201905\edicao%2014873&pagfis=5805](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201905\edicao%2014873&pagfis=5805). Acesso em: 07 mar. 2021.

CORREIO PAULISTANO, 25 de fevereiro de 1910, p. 01 [Acervo da Biblioteca Nacional].

Disponível

em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201910\edicao%2016696&pagfis=17662](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201910\edicao%2016696&pagfis=17662). Acesso em: 07 mar. 2021.

CORREIO PAULISTANO, 29 de outubro de 1910, p. 07 [Acervo da Biblioteca Nacional].

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201910\edicao%2016982&pagfis=19480](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201910\edicao%2016982&pagfis=19480). Acesso em: 07 mar. 2021.

CORREIO PAULISTANO, 30 de março de 1904, p.01 [Acervo da Biblioteca Nacional].

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201904\edicao%2014587&pagfis=4299](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=escola+complementar&pasta=ano%201904\edicao%2014587&pagfis=4299). Acesso em: 07 mar. 2021.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

HONORATO, Tony. **Escola Complementar e Normal de Piracicaba**: formação, poder e civilidade (1897-1921). 2011.254 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2011.

HONORATO, Tony. A Reforma Sampaio Dória: professores, poder e figurações. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.42, n.4, p. 1279-1302, out/dez. 2017.

HONORATO, Tony; VIEIRA, Cesar Romero Amaral; NERY, Ana Clara; MARTIN, Carolina. Município Pedagógico: diretrizes teórico-metodológicas. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória ES, v.21, n 49, p.152-169, 2019.

INOUE, Leila Maria. **Entre livres e oficiais**: a expansão do ensino normal em São Paulo (1927-1933). 2015. 156f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

MATTOS, Virgínia Bastos de. **Léo Vaz**: o cético e sorridente caipira de Capivari. Ribeirão Preto: Migalhas, 2009.

MENESES, Marcelo Figueiredo de. **Circulação dos professores diplomados na Escola Normal de São Paulo pela instrução pública (1890-1910)**. 2012.(Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MONARCHA, Carlos. **Escola normal da praça**: o lado noturno das luzes. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista do Brasil: Sud Mennucci. *In*: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional**: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí/RS: Unijuí, 2007. p. 19-51.

MONTEIRO, Simone Maria. **A Escola Normal de Casa Branca**: criação, instalação, saberes e práticas escolares (1912 – 1932). 2016. 199f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2016.

MORAES, Agnes Iara Domingos. **A circulação das ideias do Movimento pela ruralização do ensino no Brasil (1930-1950)**. 2019. 181f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2019.

NERY, Ana Clara B. **A Sociedade de Educação de São Paulo**: embates no campo educacional (1922-1931). São Paulo: Unesp, 2009.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **ScholaMater**: a antiga escola Normal de São Carlos. São Carlos, SP: EDUFSCAR; FAPESP, 2002.

O ESTADO DE S. PAULO, 20 de setembro de 1892, p. 01 [Acervo Estadão]. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18920920-5248-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 17 mar. 2021.

O ESTADO DE S. PAULO, 24 de maio de 1893, p. 01 [Acervo Estadão]. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18930524-5437-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PAJARES, Vania Sanches. **Fabiano Lozano e o início da pedagogia vocal no Brasil**. 1995. 122f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

PAULA, Carlos Francisco de. **Monografia histórica do colégio culto à ciência**. 1946. Disponível em: [http://cultoaciencia.net/pag\\_monografia.htm](http://cultoaciencia.net/pag_monografia.htm). Acesso em: 18 fev. 2021.

PINHEIRO, Maria de Lourdes. **Trajetória e interlocuções do educador paulista João Toledo (1900-1939): a permanência dos modelos de lição**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ROCCO, Salvador *et al.* **POLIANTÉIA Comemorativa do centenário do Ensino Normal de São Paulo (1846-1946)**. São Paulo, 1946.

RODRIGUES, João Lourenço. **Livro Jubilar da Escola Normal da Capital**. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930a.

RODRIGUES, João Lourenço. **Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo**. São Paulo, SP: Instituto D. Anna Rosa, 1930b.

SANTOS, Fernando Henrique Tisque dos. **A vida do pensamento e o pensamento da vida: Sud Mennucci e a formação de professores rurais**. 2015. 243f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892. Reforma a Instrução pública do Estado. **Diário Oficial**, 15/09/1892, p. 4101. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/64173>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 218, de 27 de novembro de 1893. Aprova o regulamento da Instrução Pública para execução das leis n.s 88, de 08/09/1892, e 169, de 07/08/1893. **Diário Oficial**, 02/12/1893, p. 8718. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/137485>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 374, de 3 de setembro de 1895. Providência sobre o ensino das matérias do Curso das Escolas Complementares [...] marcando-lhe o pessoal e vencimentos. **Diário Oficial**, 07/09/1895, p. 14624. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/64465>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 2025, de 29 de março de 1911. Converte as atuais escolas complementares do estado em escolas normais primárias e dá-lhes regulamento. **Diário Oficial**, 30/03/1911, p. 1332. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=135390>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 1750, de 8 de dezembro de 1920. Reforma a Instrução Pública do Estado. **Diário Oficial**, 11/12/1920, p. 7657. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/65983>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 3.356, de 31 de maio de 1921. Reforma a instrução pública do Estado. **Diário Oficial**, 11/12/1920, p. 7657. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1921/decreto-3356-31.05.1921.html>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 3858, de 11 de junho de 1925. Dá regulamento à Lei 2.059, de 31/12/1924. **Diário Oficial**, 28/03/1925, p. 2517. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/133300>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 2095, de 24 de dezembro de 1925. Aprova o Decreto n. 3.858, de 11 de junho 1925, expedido pelo poder executivo, e que reformou a instrução pública do Estado. **Diário Oficial**, 29/12/1925, p.9075. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/66342>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº5.884, de 21 de abril de 1933. Institue o Código de Educação do Estado de São Paulo. **Diário Oficial**, 23/04/1933, p. 41. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=131161>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SILVA, Emerson Correia da. **A configuração do habitus professoral para o aluno mestre: a Escola Normal Secundária de São Carlos (1911-1923)**. 2009. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. 124f.

SOUZA, Rosa de Fátima. **Templos de civilização: implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo, SP: UNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. **O Ensino normal no Estado de São Paulo (1890-1930)**. Publicações da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: Estudos e Documentos, 1979.

TEIXEIRA JÚNIOR, Oscar. **Escola Complementar de Campinas (1903-1911): espaço, culturas e saberes escolares**. 2002. 259f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

VIEIRA, Cleber Santos. Civismo, República e manuais escolares. **Revista Brasileira de História**, v. 32, n. 63, p. 325-340, 2012.